



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2025

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA

Gestor atual: MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

Gestor das Contas: MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados 2025.docx)
- Relatório de Gestão (Relatorio_Circunstanciado_de_Gestao___Ex)
- Relatório do Controle Interno (III - Relatório do Controle Interno 2025)
- Parecer do Controle Interno (IV - Parecer do Controle Interno 2025.do)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (V - Relatório da CGE 2025.docx)
- Demonstrativo de Receitas (VI_RECEITA_SEGUNDO_AS_CATEGORIAS_ECONÔMI)
- Demonstrativo de Receitas (VI_DEMONSTRATIVO_DA_RECEITA_E_DESPESA_SE)
- Demonstrativos de Despesas (VII_DEMONSTRATIVO DA DESPESA_SEGUNDO_A_N)
- Comparativo da Receita (VIII_COMPARATIVO_DA_RECEITA_ORÇADA_COM_A)
- Comparativo de Despesas (IX_COMPARATIVO_DA_DESPESA_AUTORIZADA_COM)
- Comparativo de Despesas por espécie (X_COMPARATIVO_DA_DESPESA_AUTORIZADA_COM_)
- Demonstrativo da Dívida Pública (XI_DEMONSTRATIVO_DA_DIVIDA_FLUTUANTE.p7s)
- Relação de Restos a Pagar (XII_DEMONSTRATIVO_DE_SALDO_DE_EMPENHO_-_-)
- Balancete Sem Encerramento (XIII_BALANCETE DO MÊS DE DEZEMBRO, sem e)
- Declaração de Bens (Declaração Prestação de Contas - 2026 -)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI.a_BALANÇO_ORÇAMENTÁRIO.p7s)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI.a_ANEXO_1_-_-DEMONSTRATIVO_DE_EXECUÇÃO)

- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI.a_ANEXO_2_-_DEMONST_DE_EXECUÇÃO_DOS_)
- Balanço Financeiro (DCASP) (XVI.b_BALANÇO_FINANCEIRO)
- Balanço Financeiro (DCASP) (XVI.b_BALANÇO_FINANCEIRO_-_QUADRO_ANEXO)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_BALANÇO_PATRIMONIAL)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_BALANÇO_PATRIMONIAL_-_QUADRO_DAS_C)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_ANEXO_-_BALANÇO_PATRIMONIAL_-_QUAD)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_ANEXO_14.3_-_ANEXO_III_-_DEMONSTRA)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI.d_DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES_PATRIMO)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_DEMONSTRAÇÃO_DOS_FLUXOS_DE_CAIXA)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_QUADRO_DAS_TRANSFERÊNCIAS_RECEBIDA)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_QUADRO_DE_DESEMBOLSOS_DE_PESSOAL_E)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_QUADRO_DE_JUROS_E_ENCARGOS_DA_DÍVI)
- Notas explicativas às DCASP (XVI.f_Notas Explicativas_DPE)
- Outros Documentos (CERTIDÃO REGULARIDADE_CRC-PR.pdf (1).p7s)

PETICIONÁRIO: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ 13.950.733/0001-39, através do(a) Representante Legal MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF 360.178.388-65

Curitiba, 20 de março de 2026 14:22:50



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 192802/26

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 192802/26

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2025

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA

Gestor atual: MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

Gestor das Contas: MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados 2025.docx)
- Relatório de Gestão (Relatorio_Circunstanciado_de_Gestao___Ex)
- Relatório do Controle Interno (III - Relatório do Controle Interno 2025)
- Parecer do Controle Interno (IV - Parecer do Controle Interno 2025.do)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (V - Relatório da CGE 2025.docx)
- Demonstrativo de Receitas (VI_RECEITA_SEGUNDO_AS_CATEGORIAS_ECONÔMI)
- Demonstrativo de Receitas (VI_DEMONSTRATIVO_DA_RECEITA_E_DESPESA_SE)
- Demonstrativos de Despesas (VII_DEMONSTRATIVO DA DESPESA_SEGUNDO_A_N)
- Comparativo da Receita (VIII_COMPARATIVO_DA_RECEITA_ORÇADA_COM_A)
- Comparativo de Despesas (IX_COMPARATIVO_DA_DESPESA_AUTORIZADA_COM)
- Comparativo de Despesas por espécie (X_COMPARATIVO_DA_DESPESA_AUTORIZADA_COM_)
- Demonstrativo da Dívida Pública (XI_DEMONSTRATIVO_DA_DIVIDA_FLUTUANTE.p7s)

- Relação de Restos a Pagar (XII_DEMONSTRATIVO_DE_SALDO_DE_EMPENHO_-_)
- Balancete Sem Encerramento (XIII_BALANCETE DO MÊS DE DEZEMBRO, sem e)
- Declaração de Bens (Declaração Prestação de Contas - 2026 -)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI.a_BALANÇO_ORÇAMENTÁRIO.p7s)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI.a_ANEXO_1_-_DEMONSTRATIVO_DE_EXECUÇÃO)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI.a_ANEXO_2_-_DEMONST_DE_EXECUÇÃO_DOS_)
- Balanço Financeiro (DCASP) (XVI.b_BALANÇO_FINANCEIRO)
- Balanço Financeiro (DCASP) (XVI.b_BALANÇO_FINANCEIRO_-_QUADRO_ANEXO)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_BALANÇO_PATRIMONIAL)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_BALANÇO_PATRIMONIAL_-_QUADRO_DAS_C)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_ANEXO_-_BALANÇO_PATRIMONIAL_-_QUAD)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI.c_ANEXO_14.3_-_ANEXO_III_-_DEMONSTRA)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI.d_DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES_PATRIMO)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_DEMONSTRAÇÃO_DOS_FLUXOS_DE_CAIXA)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_QUADRO_DAS_TRANSFERÊNCIAS_RECEBIDA)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_QUADRO_DE_DESEMBOLSOS_DE_PESSOAL_E)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI.e_QUADRO_DE_JUROS_E_ENCARGOS_DA_DÍVI)
- Notas explicativas às DCASP (XVI.f_Notas Explicativas_DPE)
- Outros Documentos (CERTIDÃO REGULARIDADE_CRC-PR.pdf (1).p7s)

PETICIONÁRIO: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ 13.950.733/0001-39, através do(a) Representante Legal MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF 360.178.388-65

Curitiba, 20 de março de 2026 14:24:14



ANEXO I

FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

1.	ASSUNTO
	PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2025
2.	ENTIDADE
	Nome: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 13.950.733/0001-39
3.	GESTOR DAS CONTAS
	Período: 01 / 01 / 2025 a 31 / 12 / 2025 Ato de Nomeação: DECRETO ESTADUAL Nº 5.541/2024 Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO Nome: MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ CPF: 360.178.388-65
4.	GESTOR ATUAL
	Ato de Nomeação: DECRETO ESTADUAL Nº 5.541/2024 Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO Nome: MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ CPF: 360.178.388-65
5.	CONTROLADOR INTERNO
	Ato de Nomeação: RESOLUÇÃO DPG Nº 457/2024 Cargo: ANALISTA Nome: SILVIO DA CUNHA MESSIAS CPF: 009.565.379-10



DECLARAÇÃO	
6.	<p>Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 182/2023 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p> <p>Curitiba, 20 de março de 2026.</p> <hr/> <p>(Assinatura/Nome/cargo do gestor atual/representante legal)</p>



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2025

ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MARÇO/2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. LEGISLAÇÃO VIGENTE	4
2.1. Legislação Federal	5
2.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.	5
2.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL	6
2.2.1. Constituição Estadual	6
2.2.2. Lei Complementar 136/2011	7
2.2.3. Leis Estaduais	8
2.3. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	12
2.4. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	12
3. GESTÃO ADMINISTRATIVA	13
3.1. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	13
3.2. PESSOAL	14
3.3. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	17
3.4. ESTRUTURA FÍSICA	21
4. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	23
5. PLANO PLURIANUAL 2024-2027 E AÇÕES INSTITUCIONAIS	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Circunstanciado de Gestão é elaborado em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 201, de 12 de fevereiro de 2026, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das prestações de contas das entidades estaduais relativas ao exercício financeiro de 2025.

Ao longo do documento constarão informações acerca do planejamento e execução orçamentária e financeira da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), tal qual aspectos da gestão administrativa institucional, sem adentrar em aspectos relacionados ao gerenciamento da atividade-fim.

Para tanto, o documento será dividido em tópicos específicos, a fim de atender com maior assertividade o propósito de promover clareza, amplitude de análise e transparência nas informações prestadas, configurado na seguinte estrutura:

- Legislação Vigente;

- Gestão Administrativa;
- Análise Orçamentária e Financeira;
- Plano Plurianual 2024-2027 e Ações Institucionais; e,
- Considerações Finais.

A especificidade de cada ponto será pautada e correlacionada aos fatores que, porventura, vieram a potencializar ou reprimir os resultados da Instituição em suas atividades.

A confecção deste relatório, por fim, tem origem em documentos setoriais, especialmente aqueles produzidos pela Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Contratações e Diretoria de Orçamento e Finanças, compilados e contextualizados pela Assessoria Especial de Planejamento Estratégico.

2. LEGISLAÇÃO VIGENTE

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), instituída pela Lei Complementar Estadual nº 136, de 19 de maio de 2011, é definida como:

instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (art. 1º)

A edição da Lei Complementar nº 136/2011 representou marco institucional relevante, consolidando a autonomia da Defensoria Pública e formalizando sua desvinculação do Poder Executivo Estadual, no âmbito do qual permaneceu, entre 1991 e 2011, como órgão vinculado à então Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Desde sua instituição como órgão autônomo, a Defensoria Pública vem promovendo o fortalecimento de sua estrutura administrativa e funcional, com progressiva ampliação de sua atuação institucional e consolidação de suas prerrogativas constitucionais.

Nesse contexto, apresentam-se, a seguir, os principais diplomas legais que disciplinam a organização e o funcionamento da Instituição, bem como referência à jurisprudência recente

acerca da autonomia administrativa, financeira e orçamentária das Defensorias Públicas Estaduais.

2.1. Legislação Federal

2.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

A Carta Magna versa acerca das Defensorias Públicas Estaduais, da União e dos Territórios em diversas oportunidades. Transcrevem-se, abaixo, as passagens com maior pertinência às atividades administrativas e organização da DPE/PR:

1.	Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
2.	Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIII – assistência jurídica e Defensoria Pública. § 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados. § 3º. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
3.	Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. § 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: II – disponham sobre: d) - organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
4.	Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93) V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 93)

5.	<p>Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</p> <p>§ 1º. No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</p> <p>§ 2º. Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</p>
6.	<p>Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</p> <p>§ 1º. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</p> <p>§ 2º. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</p> <p>§ 3º. Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013)</p> <p>§ 4º. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</p>
7.	<p>Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</p>
8.	<p>Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</p>

2.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.2.1. Constituição Estadual

A Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 5 de outubro de 1989, contempla a Defensoria Pública em dispositivos específicos, estabelecendo fundamentos normativos complementares à disciplina prevista na Constituição Federal. Em consonância com a abordagem anteriormente adotada, destacam-se, a seguir, os principais dispositivos constitucionais estaduais aplicáveis à Instituição:

1.	Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: XIII - assistência jurídica e defensoria pública;
2.	Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;
3.	Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa: XII - processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade; (Renumerado pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)
4.	Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
5.	Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos: VII - processar e julgar, originariamente: b) - os mandados de segurança contra atos do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, de Secretário de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor-Geral da Defensoria Pública; § 2º. Os agentes do Ministério Público e da Defensoria Pública terão, no conjunto arquitetônico dos fóruns, instalações próprias ao exercício de suas funções, com condições assemelhadas às dos juízes de Direito junto aos quais funcionem.
6.	Art. 127. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei. Parágrafo único. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função.
7.	Art. 128. Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.
8.	Art. 6º. O Governador do Estado, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, encaminhará à Assembleia Legislativa anteprojeto de lei objetivando regulamentar a carreira da Defensoria Pública. Parágrafo único. A Assembleia Legislativa regulamentará, no mesmo prazo, o quadro de carreira de todos os seus servidores.

2.2.2. Lei Complementar 136/2011

Trata-se da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, instituída pela Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, diploma legal que estabelece as bases estruturais, organizacionais e funcionais da Instituição. Desde sua publicação, a referida norma

passou por alterações legislativas que promoveram adequações em sua estrutura administrativa, competências e regime jurídico, conforme as reformulações a seguir elencadas:

- i. Lei Complementar nº 142, de 23 de janeiro de 2012;
- ii. Lei Complementar nº 180, de 15 de dezembro de 2014, suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5217;
- iii. Lei Complementar nº 199, de 2 de setembro de 2016;
- iv. Lei Complementar nº 200, de 5 de dezembro de 2016;
- v. Lei Complementar nº 207, de 8 de janeiro de 2018;
- vi. Lei Complementar nº 209, de 5 de abril de 2018;
- vii. Lei Complementar nº 212, de 21 de novembro de 2018;
- viii. Lei Complementar nº 218, de 28 de novembro de 2019;
- ix. Lei Complementar nº 220, de 2 de abril de 2020;
- x. Lei Complementar nº 223, de 17 de junho de 2020;
- xi. Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020;
- xii. Lei Complementar nº 235, de 8 de junho de 2021;
- xiii. Lei Complementar nº 238, de 26 de novembro de 2021;
- xiv. Lei Complementar nº 248, de 1º de agosto de 2022;
- xv. Lei Complementar n.º 260, de 6 de novembro de 2023;
- xvi. Lei Complementar n.º 265, de 29 de abril de 2024;
- xvii. Lei Complementar nº. 271, de 25 de julho de 2024;
- xviii. Lei Complementar nº. 275, de 12 de dezembro de 2024; e
- xix. Lei Complementar nº 276, de 11 de fevereiro de 2025.

2.2.3. Leis Estaduais

Outras normas estaduais também contribuíram para o aprimoramento da estrutura institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná, incorporando novos instrumentos normativos e ajustes organizacionais, conforme elencado a seguir:

- i. Lei Estadual nº 17.138, de 02 de maio de 2012 – Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs;
- ii. Lei Estadual nº 17.139, de 02 de maio de 2012 – Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's;

- iii. Lei Estadual nº 17.140, de 02 de maio de 2012 – Altera a Lei nº 4.95, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário;
- iv. Lei Estadual nº 17.244, de 17 de julho de 2012 – Institui o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas;
- v. Lei Estadual nº 17.504, de 11 de janeiro de 2013 – Cria, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado responsável pela política pública da mulher, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Paraná;
- vi. Lei Estadual nº 17.726, de 23 de outubro de 2013 – Cria o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- vii. Lei Estadual nº 17.908, de 02 de janeiro de 2014 – Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, que trata do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná;
- viii. Lei Estadual nº 18.419, de 08 de janeiro de 2015 – Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná;
- ix. Lei Estadual nº 18.520, de 23 de julho de 2015 - Concessão, para revisão geral anual do ano de 2015, do índice geral de 8,17% (oito vírgula dezessete pontos percentuais) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- x. Lei Estadual nº 18.602, de 04 de novembro de 2015 – Alteração da Lei Estadual nº 17.726, de 23 de outubro de 2013, que trata da criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- xi. Lei Estadual nº 18.773, de 05 de maio de 2016 – Institui o auxílio-transporte aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xii. Lei Estadual nº 18.774, de 05 de maio de 2016 – Institui o auxílio-alimentação aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xiii. Lei Estadual nº 18.813, de 23 de junho de 2016 - Concessão, para revisão geral anual do ano de 2016, do índice geral de 9,28% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xiv. Lei Estadual nº 19.054, de 27 de junho de 2017 - Concede, para revisão geral anual do ano de 2017, o índice geral de 4,08% (quatro vírgula zero oito por cento) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xv. Lei Estadual nº 19.579, de 04 de julho de 2018 – Institui a honraria da Medalha do Mérito no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xvi. Lei Estadual nº 19.580, de 04 de julho de 2018 – Institui o Fundo Rotativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xvii. Lei Estadual nº 19.608, de 20 de agosto de 2018 - Concede, para revisão geral anual do ano de 2018, o índice geral de 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xviii. Lei Estadual nº 19.781, de 19 de dezembro de 2018 – Institui a assistência à saúde no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xix. Lei Estadual nº 19.828, de 27 de março de 2019 – Transforma cargos no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

- xx. Lei Estadual nº 19.935, de 24 de setembro de 2019 – Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social;
- xxi. Lei Estadual nº 19.954, de 02 de outubro de 2019 - Concede, para revisão geral anual do ano de 2019, o índice geral de 4,94% (quatro vírgula noventa e quatro por cento) nas tabelas de vencimento básico e das carreiras de servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxii. Lei Estadual nº 19.983, de 28 de outubro de 2019 - Institui regime de compensação de horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxiii. Lei Estadual nº 20.094, de 19 de dezembro de 2019 - Cria o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos;
- xxiv. Lei Estadual nº 20.170, de 7 de abril de 2020 - Autoriza o Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas a manter os pagamentos, durante estado de emergência nacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019, a empresas que mantêm contratos para prestação de serviços continuados com a Administração Pública do Estado do Paraná;
- xxv. Lei Estadual nº 20.245, de 17 de junho de 2020 - Altera a Lei nº 19.983, de 28 de outubro de 2019, que institui o regime de compensação de horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxvi. Lei Estadual nº 20.318, de 10 de setembro de 2020 – Estabelece princípios e diretrizes para criação de programas reflexivos e responsabilizantes para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- xxvii. Lei Estadual nº 20.442, de 17 de dezembro de 2020 – Institui o sistema estadual de medidas socialmente úteis e diretrizes gerais para sua implementação através de práticas de justiça restaurativa, mediação, conciliação e cultura de paz e dá outras providências;
- xxviii. Lei Estadual nº 20.635, de 16 de julho de 2021 – Altera dispositivos das Leis nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, e nº 18.469, de 30 de abril de 2015, para revisão e reestruturação do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social e adequações ao Sistema de Proteção Social e dá outras providências;
- xxix. Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021 – Estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná;
- xxx. Lei Estadual nº 20.777, de 17 de novembro de 2021 – Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;
- xxxi. Lei Estadual nº 20.808, de 22 de novembro de 2021 – Cria cargos no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná e adota outras providências;
- xxxii. Lei Estadual nº 20.857, de 07 de dezembro de 2021 – Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxxiii. Lei Estadual nº 20.927, de 17 de dezembro de 2021 - Institui o Diário Eletrônico da Defensoria Pública como meio oficial de comunicação de atos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

- xxxiv. Lei Estadual nº 20.991, de 30 de março de 2022 – Concede revisão geral anual dos anos de 2020 e 2021, alterando as tabelas de vencimento básico e subsídio do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxxv. Lei Estadual nº 21.109, de 30 de junho de 2022 – Dispõe sobre a transferência de responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de salário-família e auxílio-reclusão do Regime Próprio de Previdência Social para o Tesouro do Estado do Paraná, de acordo com o § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019;
- xxxvi. Lei Estadual nº 21.358, de 5 de janeiro de 2023 – Descreve funções e cargos previstos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, bem como as funções gratificadas previstas na Lei nº 20.857, 7 de dezembro de 2021, e os cargos em comissões criados pelas Leis nºs 19.828, 27 de março de 2019 e 20.808, 22 de novembro de 2021;
- xxxvii. Lei Estadual nº 21.363, de 19 de janeiro de 2023 – Institui o auxílio-creche, em caráter ressarcitório, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e dá outras providências;
- xxxviii. Lei Estadual nº 21.430, de 19 de abril de 2023 – Cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná e altera a Lei nº 17.425, de 18 de dezembro de 2012, que cria o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná;
- xxxix. Lei Estadual nº 21.461, de 8 de maio de 2023 – Dispõe sobre a comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública do Estado do Paraná;
 - xl. Lei Estadual nº 21.493, de 30 de maio de 2023 – Dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de cinco assistentes jurídicos para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
 - xli. Lei Estadual nº 21.581, de 14 de julho de 2023 - Altera a tabela de subsídio da carreira de membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná e a Lei nº 20.857, de 7 de dezembro de 2021 - Estatuto dos Servidores e Servidoras da Defensoria Pública do Paraná;
 - xlii. Lei Estadual nº. 22.080, de 23 de julho de 2024 – Institui o Regime de Compensação de Horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
 - xliii. Lei Estadual nº. 22.081, de 23 de julho de 2024 – Institui o programa de Residência Técnica no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
 - xliv. Lei Estadual nº. 22.082, de 23 de julho de 2024 – Autoriza a Defensoria Pública do Estado do Paraná a transferir recursos para o custeio de despesas do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais;
 - xlv. Lei Estadual nº. 22.260, de 12 de dezembro de 2024 – Altera a Lei nº. 19.781, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a assistência à saúde no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
 - xlvi. Lei Estadual nº 22.286, de 11 de fevereiro de 2025, que autoriza o Defensor Público-Geral do Estado a conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos integrantes da Polícia Militar, Civil, Científica e Penal quando no desempenho das funções junto ao Gabinete de Segurança Institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e dá outras providências; e

- xlvii. Lei Estadual nº 22.635, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a garantia da assistência jurídica integral e gratuita às pessoas com deficiência no Estado do Paraná e dá outras providências.

2.3. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Apresentam-se, a seguir, acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF) concernentes às Defensorias Públicas Estaduais:

- i. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.286;
- ii. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 339;
- iii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.287;
- iv. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.218
- v. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.217
- vi. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.381
- vii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.056.

2.4. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Em seções específicas, serão abordadas as seguintes leis:

- i. Lei Estadual nº 21.861, de 18 de dezembro de 2023 – Plano Plurianual 2024-2027;
- ii. Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025; e,
- iii. Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024 – Lei Orçamentária Anual para 2025.

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Serão apresentadas, no presente tópico, as principais informações da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná em 2025.

Para tanto, serão segmentadas quatro subseções, quais sejam:

- i. Administração Superior;
- ii. Quadro de Pessoal;
- iii. Aquisições e Contratações; e,
- iv. Estrutura Física.

3.1. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

- a) Defensor Público-Geral do Estado: Matheus Cavalcanti Munhoz.
- b) Primeira Subdefensora Pública-Geral do Estado: Livia Martins Salomão Brodbeck e Silva
- c) Segunda Subdefensora Pública-Geral do Estado: Thaisa Oliveira
- d) Corregedor-Geral: Henrique de Almeida Freire Gonçalves;
- e) Subcorregedora-Geral: Josiane Fruet Bettini Lupion.

A Administração Superior contou em sua composição com os(as) membros(as) do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná (CSDP), com a seguinte composição para o biênio 2024-2026:

- a) Defensor Público-Geral do Estado, membro nato, Matheus Cavalcanti Munhoz;
- b) Primeira Subdefensora Pública-Geral do Estado, membra nata, Livia Martins Salomão Brodbeck e Silva;
- c) Corregedor-Geral, membro nato, Henrique de Almeida Freire Gonçalves;
- d) Defensor Público Francisco Marcelo Freitas Pimentel Ramos Filho, eleito membro titular;
- e) Defensora Pública Gabriela Lopes Pinto, eleita membra titular;
- f) Defensor Público Marcelo Lucena Diniz, eleito membra titular;
- g) Defensora Pública Mariela Reis Bueno eleita membra titular;
- h) Defensora Pública Cláudia da Cruz Simas de Rezende, eleita membra titular
- i) Defensora Pública Talita Devós Faleiros, eleita membra suplente;
- j) Defensora Pública Luciana Tramujas Azevedo Bueno, eleita membra suplente;

- k) Defensor Público Maurício Faria Junior, eleito membra suplente;
- l) Defensor Público Renato Martins de Albuquerque, eleito membro suplente;
- m) Ouvidora-Geral, membra nata e sem direito à voto, Karollyne Nascimento; e,
- n) Pessoas com assento e voz, mas que não compõe o Conselho como membros e não têm direito a voto:
 - i) Representante da Associação dos(as) Defensores(as) Públicos(as) do Estado do Paraná (Adepar), Erick Lé Palazzi Ferreira;
 - ii) Representante da Associação das Servidoras e dos Servidores da Defensoria Pública do Paraná, Clodoaldo Porto Filho.

3.2. PESSOAL

A Defensoria Pública do Estado do Paraná manteve, ao longo do exercício de 2025, o processo de fortalecimento de sua estrutura de pessoal, com o objetivo de ampliar a capacidade institucional de atendimento à população e de garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas e finalísticas da instituição.

A composição da força de trabalho da Defensoria Pública compreende agentes públicos integrantes do quadro próprio da instituição, quais sejam: defensores(as) públicos(as), servidores(as) efetivos(as) e ocupantes de cargos em comissão; além de estagiários(as), residentes, voluntários(as) e profissionais terceirizados(as) que atuam em atividades de apoio ao funcionamento das unidades institucionais.

Em 31 de dezembro de 2025, o quadro de agentes públicos da Defensoria Pública do Estado do Paraná era composto por **658 profissionais**, distribuídos entre defensores(as) públicos(as), servidores(as) das carreiras administrativas e ocupantes de cargos em comissão, com presença em diversas mesorregiões do Estado.

Durante o exercício de 2025, observou-se crescimento do quadro de pessoal em relação ao exercício de 2024, impulsionado principalmente pela nomeação de novos(as) servidores(as) provenientes do III Concurso Público para Servidores(as) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, bem como pelo provimento de cargos nas carreiras institucionais.

Ao longo do exercício foram registradas 213 nomeações e 63 exonerações, resultando em saldo positivo de 150 vínculos no quadro institucional ao final do período.

COMPOSIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
--

Carreiras e cargos	Quantidade
Analistas	190
Técnicos Administrativos	84
Defensores Públicos	170
Cargos comissionados e funções	214
Total	658

Fonte: Diretoria de Pessoas

NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES EM 2025	
Situação	Quantidade
Nomeações	213
Exonerações	63
Saldo	150

Fonte: Diretoria de Pessoas

A Defensoria Pública também conta com programas de estágio e residência jurídica, que contribuem para a formação acadêmica e profissional de estudantes e pós-graduandos, ao mesmo tempo em que auxiliam no desenvolvimento das atividades institucionais.

Em 31 de dezembro de 2025, havia 490 estagiários(as) e residentes vinculados à instituição, distribuídos entre as diversas mesorregiões do Estado.

DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES POR MESORREGIÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	
Escolaridade	Total
Estágio – nível médio	19
Estágio – nível superior	243
Estágio – pós-graduação	75
Residência	153
Total	490

Fonte: Diretoria de Pessoas

A Defensoria Pública também conta com a colaboração de profissionais que atuam de forma voluntária, prestando apoio às atividades institucionais em diferentes áreas.

Em 2025, verificou-se crescimento no número de voluntários vinculados à instituição. Em janeiro de 2025 havia 16 voluntários, passando para 23 voluntários em dezembro de 2025, representando incremento ao longo do exercício.

DISTRIBUIÇÃO DE VOLUNTÁRIOS EM 2025	
Situação	Quantidade
Janeiro de 2025	16
Dezembro de 2025	23
Saldo	7

Fonte: Diretoria de Pessoas

Além do quadro próprio de agentes públicos, a Defensoria Pública conta com a atuação de profissionais terceirizados, responsáveis por atividades de apoio administrativo e operacional nas unidades institucionais.

Esses profissionais desempenham funções essenciais para o funcionamento das sedes da instituição, incluindo serviços de limpeza, recepção, vigilância, portaria, apoio administrativo, copa e transporte institucional, contribuindo para a manutenção da infraestrutura e para o adequado funcionamento das atividades institucionais.

A distribuição desses profissionais ocorre em diferentes unidades da Defensoria Pública no Estado, com maior concentração na capital e região metropolitana, onde se localizam as principais estruturas administrativas da instituição.

CARGO/ ATIVIDADE	Centro Occidental	Centro Oriental	Centro- Sul	Curitiba	Litoral	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneir o	Oeste	R M C	Sudoeste
ASG 40H	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
ASG 40h	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Copeira 40h	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Motoristas 44H	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
Portaria 40h	0	1	0	7	0	0	1	0	0	0	0
Recepção 40h	1	0	1	1	1	2	2	1	2	2	1
Servente 20h	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Servente 40h	0	1	0	18	0	0	4	0	1	2	0
Servente copeira 40H	1	1	1	0	1	2	3	1	3	0	1
Vigilancia 12X36 DIURNO	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Vigilancia 12X36 NOTURNO	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Vigilancia 44H	1	2	1	0	1	3	3	1	2	2	1

Fonte: Coordenação de Fiscalização de Contratos

A evolução observada no quadro de pessoal ao longo do exercício de 2025 evidencia o processo contínuo de fortalecimento institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná. O crescimento do número de agentes públicos, especialmente em razão das nomeações decorrentes do III Concurso Público para Servidores(as), contribuiu para ampliar a capacidade administrativa e operacional da instituição, permitindo melhor suporte às atividades finalísticas e maior estruturação das unidades de atendimento.

Além do quadro próprio de servidores(as) e defensores(as) públicos(as), a atuação de estagiários(as), residentes, voluntários(as) e profissionais terceirizados(as) desempenha papel relevante no funcionamento das unidades institucionais, assegurando apoio às rotinas administrativas e ao atendimento da população assistida.

Nesse contexto, a ampliação gradual da força de trabalho institucional constitui elemento essencial para o fortalecimento da política pública de acesso à justiça, bem como para a consolidação da presença da Defensoria Pública nas diversas regiões do Estado.

3.3. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

No exercício de 2025, a Defensoria Pública do Estado do Paraná realizou contratações destinadas à manutenção das atividades administrativas e ao fortalecimento da infraestrutura institucional, contemplando aquisição de bens, contratação de serviços especializados, manutenção predial, serviços terceirizados e implementação de soluções tecnológicas voltadas à modernização da gestão pública.

Os procedimentos de contratação observaram as modalidades previstas na legislação aplicável, incluindo pregões eletrônicos, dispensas e inexigibilidades de licitação, bem como adesões a atas de registro de preços e participação em licitações conduzidas por outros órgãos da Administração Pública.

Conforme dados consolidados até 31 de dezembro de 2025, o valor total homologado das contratações realizadas no exercício alcançou R\$ 34.430.075,74, considerando procedimentos licitatórios, adesões a atas de registro de preços, contratações diretas e credenciamentos.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir o **quadro síntese das contratações realizadas no exercício**, discriminadas por modalidade de contratação.

Resumo das contratações por modalidade

Modalidade de contratação	Valor homologado (R\$)
Pregões eletrônicos	R\$ 16.040.221,33
Dispensas de licitação	R\$ 6.071.385,34
Inexigibilidades de licitação	R\$ 10.714.680,16
Credenciamento	R\$ 11.628,36
Licitações externas / adesões	R\$ 1.592.160,55

Fonte: Diretoria de Contratações da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Relatório de Contratações Homologadas (2025)

A análise das contratações realizadas no período evidencia concentração de investimentos em três eixos principais:

a) manutenção e estrutura administrativa, abrangendo serviços de limpeza, portaria, manutenção predial, climatização e condução de veículos institucionais;

b) modernização tecnológica e infraestrutura de informação, com aquisição de equipamentos de informática, implementação de soluções de inteligência artificial, contratação de serviços de gestão de dados e ampliação da infraestrutura de conectividade;

c) suporte às atividades institucionais, incluindo contratação de serviços de impressão, agenciamento de viagens, exames laboratoriais periciais e organização de eventos institucionais.

Entre as contratações de maior impacto financeiro destacam-se os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, outsourcing de reprografia, contratação de motoristas e aquisição de mobiliário institucional, os quais contribuirão para assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas e de atendimento da Defensoria Pública.

Entre as contratações de maior impacto financeiro realizadas no exercício de 2025, destacam-se aquelas relacionadas à manutenção predial, infraestrutura administrativa e modernização tecnológica, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Principais contratações realizadas em 2025

Objeto	Modalidade	Valor homologado (R\$)
Manutenção predial preventiva e corretiva	Pregão eletrônico	R\$ 2.995.234,77
Outsourcing de reprografia	Pregão eletrônico	R\$ 2.458.220,00
Aquisição de mobiliário institucional	Pregão eletrônico	R\$ 2.324.133,65
Contratação de motoristas	Pregão eletrônico	R\$ 1.868.371,12
Serviços de manutenção de ar-condicionado	Pregão eletrônico	R\$ 1.110.311,28
Aquisição de equipamentos de informática	Pregão eletrônico	R\$ 226.512,50
Exames laboratoriais DNA	Pregão eletrônico	R\$ 197.512,50
Serviços de organização de eventos institucionais	Pregão eletrônico	R\$ 199.999,00
Solução de Wi-Fi institucional	Pregão eletrônico	R\$ 707.830,00
Aquisição de nobreaks	Pregão eletrônico	R\$ 97.470,00

Fonte: Diretoria de Contratações da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Relatório de Contratações Homologadas (2025)

No período compreendido entre **1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025**, foram firmados diversos contratos administrativos voltados à execução dessas atividades, totalizando **R\$ 26.486.613,93** em valores contratuais, acrescidos de **R\$ 7.161.504,69** decorrentes de aditivos e apostilamentos, perfazendo o montante global de **R\$ 33.648.118,62**.

Síntese dos contratos administrativos firmados em 2025

Descrição	Valor (R\$)
Valor total dos contratos celebrados	R\$ 26.486.613,93
Valores decorrentes de aditivos e apostilamento	R\$ 7.161.504,69
Valor global dos instrumentos contratuais	R\$ 33.648.118,62

Fonte: Diretoria de Contratações da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Relatório de Termos de Contrato, Atas de Registro de Preços e Convênios (2025).

Para fins de transparência e adequada compreensão dos dados apresentados, apresenta-se a seguir quadro sintético contendo os principais indicadores relacionados às contratações e à formalização de instrumentos contratuais no exercício de 2025.

Indicadores de contratações e instrumentos contratuais – 2025

Indicador	Descrição	Valor (R\$)
Contratações homologadas	Procedimentos de contratação concluídos (pregões, dispensas, inexigibilidades, adesões e credenciamentos)	R\$ 34.430.075,74
Contratos administrativos firmados	Instrumentos contratuais celebrados no exercício	R\$ 26.486.613,93
Aditivos e apostilamentos	Alterações contratuais formalizadas no período	R\$ 7.161.504,69
Total de instrumentos contratuais vigentes	Soma dos contratos firmados e respectivos aditivos/apostilamentos	R\$ 33.648.118,62

Fonte: Diretoria de Contratações da Defensoria Pública do Estado do Paraná – consolidação a partir dos relatórios de contratações homologadas e de instrumentos contratuais (2025).

Cumprir observar que o valor total das contratações homologadas no exercício não se confunde com o montante correspondente aos contratos administrativos formalizados no período. O primeiro refere-se ao resultado dos procedimentos de contratação concluídos no exercício, incluindo processos licitatórios, adesões a atas de registro de preços, contratações diretas e credenciamentos. Já o valor relativo aos contratos firmados corresponde apenas aos instrumentos contratuais efetivamente celebrados, bem como aos respectivos aditivos e apostilamentos, razão pela qual os montantes podem apresentar diferenças.

Conforme se observa das tabelas acima, também foram formalizadas Atas de Registro de Preços destinadas à aquisição de materiais de consumo, equipamentos institucionais, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção individual e serviços de apoio administrativo, permitindo maior eficiência na gestão das aquisições.

Em comparação ao exercício de 2024, observa-se manutenção do volume de contratações em patamar semelhante, com incremento de investimentos voltados à

infraestrutura tecnológica e à modernização da gestão administrativa. Destaca-se, especialmente, a ampliação de soluções digitais e a contratação de serviços voltados à gestão de dados e inteligência artificial, refletindo o processo de transformação digital em curso na instituição.

Por fim, tem-se que as contratações realizadas observaram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como os procedimentos estabelecidos na legislação vigente, sendo conduzidas pelas unidades administrativas competentes e registradas nos sistemas institucionais de controle e transparência.

3.4. ESTRUTURA FÍSICA

Em 2025, a Defensoria Pública do Estado do Paraná manteve e ampliou sua estrutura de atendimento à população, com unidades instaladas em diversas regiões do Estado. A atuação institucional ocorre por meio de sedes administrativas, unidades de atendimento e postos instalados em prédios locados ou em espaços cedidos por órgãos públicos, especialmente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por municípios e por outras instituições parceiras.

A estrutura física da instituição é composta majoritariamente por unidades locadas pela Defensoria Pública e por espaços cedidos mediante termos de cooperação ou cessão de uso, estratégia que possibilita a ampliação da presença institucional com racionalidade administrativa e otimização de recursos públicos.

Na Capital, a Defensoria Pública mantém unidades estruturadas em Curitiba, incluindo sede central, sede administrativa e sede dos núcleos especializados, além de diversos postos de atendimento instalados em espaços cedidos por órgãos públicos, como fóruns do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal e outras unidades do sistema de justiça.

Nas demais regiões do Estado, a atuação institucional ocorre por meio de sedes locadas e de espaços cedidos, principalmente em fóruns e prédios municipais, garantindo a presença da Defensoria Pública em diferentes mesorregiões paranaenses. Entre os municípios atendidos encontram-se, entre outros, Colombo, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu,

Guarapuava, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí, Cianorte, União da Vitória, Paranaguá, além de municípios do litoral e do interior do Estado.

Destaca-se que, em 2025, foi formalizada a aquisição do primeiro imóvel próprio da Defensoria Pública do Estado do Paraná, destinado a abrigar a futura sede administrativa da instituição em Curitiba. A iniciativa representa marco relevante no processo de consolidação da infraestrutura institucional, reduzindo a dependência de imóveis locados e contribuindo para maior estabilidade administrativa e planejamento de longo prazo da estrutura física da Defensoria Pública.

A utilização de imóveis locados e de espaços cedidos por meio de cooperação institucional tem sido estratégia relevante para a expansão e interiorização dos serviços da Defensoria Pública, permitindo ampliar o acesso à justiça e aproximar a instituição da população em situação de vulnerabilidade.

O quadro a seguir apresenta a distribuição das unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná, indicando os municípios de atuação e a situação das respectivas sedes (locação ou cessão de espaço físico).

MESORREGIÃO	CIDADE	SITUAÇÃO DA SEDE
CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA	Curitiba – Administração	Alugada
	Curitiba – Atendimento Central	Alugada
	Curitiba – Núcleos Especializados	Alugada
	Curitiba – Postos em Fóruns	Cedida pelo TJ/PR
	Curitiba – Tribunal do Júri	Cedida pelo TJ/PR
	Curitiba – Ahú	Cedida pelo TJ/PR
	Curitiba – Mauá	Cedida pelo TJ/PR
	Curitiba – Câmara Municipal	Cedida
	Curitiba – Assembleia Legislativa	Cedida
	Almirante Tamandaré	Cedida pelo TJ/PR
	Colombo	Cedida pelo TJ/PR
	São José dos Pinhais (Fórum)	Cedida pelo TJ/PR
	São José dos Pinhais (Prefeitura)	Cedida pelo Município
	Piraquara	Cedida pelo TJ/PR
	SUDOESTE	Francisco Beltrão

	Pato Branco	Cedida pelo TJ/PR
SUDESTE	União da Vitória	Alugada
OESTE	Guaíra	Cedida pelo DEPEN
	Cascavel	Alugada
	Foz do Iguaçu	Alugada
CENTRO OCIDENTAL	Campo Mourão	Alugada
	Cruzeiro do Oeste	Cedida pelo TJ/PR
CENTRO SUL	Guarapuava	Alugada
NOROESTE	Cianorte	Cedida pelo Município
	Paranavaí	Alugada
	Umuarama	Alugada
NORTE CENTRAL	Cambé	Cedida pelo TJ/PR
	Jandaia do Sul	Cedida pelo TJ/PR
	Maringá	Alugada
	Londrina	Alugada
	Apucarana	Cedida pelo Fórum / Município
NORTE PIONEIRO	Cornélio Procópio	Alugada
CENTRO ORIENTAL	Ponta Grossa	Alugada
	Castro	Cedida pelo Município
LITORAL	Paranaguá	Alugada
	Guaratuba	Cedida pelo TJ/PR
	Matinhos	Cedida pelo Município
	Pontal do Paraná (Fórum)	Cedida pelo TJ/PR
	Pontal do Paraná (Prefeitura)	Cedida pelo Município
	Antonina	Cedida pelo TJ/PR

Fonte: Controle da 2ª Subdefensoria Pública-Geral

Também foi objeto de estudo, no exercício de 2025, a implantação de PADEFs (Postos de Atendimento da Defensoria), concebidos em estruturas ecológicas e sustentáveis, com a finalidade de substituir gradualmente algumas unidades atualmente instaladas em imóveis localizados no interior do Estado, como Castro e Pontal do Paraná. A iniciativa integra o planejamento institucional de médio e longo prazo voltado à modernização e racionalização da infraestrutura física da Defensoria Pública.

4. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná (Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011) assegura à Instituição autonomia funcional, administrativa e financeira, bem como a iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites

estabelecidos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Importante ressaltar que a Defensoria Pública do Estado do Paraná dispõe, ainda, do Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná – FUNDEP, instrumento orçamentário e financeiro por meio do qual também são executadas despesas relacionadas às atividades institucionais. Nesse sentido, as licitações, contratações diretas e contratos firmados ao longo do exercício de 2025 tiveram lastro orçamentário e financeiro tanto no orçamento da própria Defensoria Pública quanto no FUNDEP, sendo que este último possui relatório próprio de prestação de contas.

Posto isso, passa-se à análise da execução orçamentária e financeira da Instituição (DPE-PR). Nesse aspecto, verifica-se que a Defensoria Pública apresentou índice de execução orçamentária consistente, mantendo a tendência observada nos exercícios anteriores, com execução de praticamente a totalidade do orçamento disponibilizado para a Instituição ao longo do exercício.

Inicialmente, apresentam-se os recursos orçamentários destinados à Defensoria Pública do Estado do Paraná no exercício de 2025, discriminados por fonte de recursos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2025.							
Fonte de Recursos	Orçamento Inicial (R\$)	Remanejamento de Dotação (R\$)	Suplementação de Dotações Tesouro Estadual / Convênio Federal (R\$)	Suplementação de Dotações por Superávit (R\$)	Suplementação por excesso de arrecadação (R\$)	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	Repasso Financeiro Estadual (R\$)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	122.428.739,00	-610.000,00	23.378.696,00	1.447.969,00	852.018,00	147.497.422,00	145.197.435,00
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO (Insuficiência Financeira)	3.571.261,00	610.000,00	0,00	0,00	0,00	4.181.261,00	4.181.261,00

700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	40.012,00	0,00	655.000,00	0,00	0,00	695.012,00	0,00
TOTAL	126.040.012,00	0,00	24.033.696,00	1.447.969,00	852.018,00	152.373.695,00	149.378.696,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Observa-se que o orçamento inicial da Defensoria Pública do Estado do Paraná para o exercício de 2025 foi fixado em R\$ 126.040.012,00, valor que foi ampliado ao longo do exercício por meio de suplementações orçamentárias, utilização de superávit financeiro e incorporação de recursos decorrentes de excesso de arrecadação.

As suplementações orçamentárias são provenientes majoritariamente de recursos do Tesouro Estadual, refletindo a necessidade de adequação da programação financeira às demandas institucionais verificadas ao longo do exercício.

Adicionalmente, foram incorporados R\$ 2.102.969,00 provenientes de superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, sendo R\$ 1.447.969,00 de recursos superavitários de transferências do Tesouro até 2024 e R\$ 655.000,00 de recursos de convênios já transferidos mas sem execução financeira até 2024, bem como R\$ 852.018,00 decorrentes de excesso de arrecadação, pela aplicação financeira das transferências mensais do Tesouro, contribuindo para a ampliação da capacidade orçamentária da instituição.

Com isso, a disponibilidade orçamentária total da Defensoria Pública no exercício de 2025 atingiu R\$ 152.373.695,00, valor que viabilizou a execução das atividades administrativas e institucionais da entidade.

No que se refere aos repasses financeiros realizados pelo Tesouro Estadual, estes totalizaram R\$ 149.378.696,00 ao longo do exercício, assegurando os recursos necessários ao cumprimento das obrigações institucionais, especialmente aquelas relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais.

A distribuição dos recursos orçamentários, em 2025, restou da seguinte forma:

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2025.							
Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	Orçamento Inicial (R\$)	Contingenciado	Ajustes Orçamentários (R\$)	Orçamento Atualizado	Disponibilidade Orçamentária	Disponibilidade de Extraorçame

					(R\$)	ia (R\$)	ntária (R\$)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	112.421.661,00	0,00	19.986.776,00	132.408.437,00	132.408.437,00	0,00
	Outras Despesas Correntes	9.957.078,00	0,00	5.131.907,00	15.088.985,00	15.088.985,00	0,00
	Investimentos	50.000,00	0,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00
	Insuficiência Financeira	3.571.261,00	0,00	610.000,00	4.181.261,00	0,00	4.181.261,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Pessoal e Encargos	17.000,00	0,00	250.000,00	267.000,00	267.000,00	0,00
	Outras Despesas Correntes	23.012,00	0,00	405.000,00	428.012,00	428.012,00	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		126.040.012,00	0,00	26.333.683,00	152.373.695,00	148.192.434,00	4.181.261,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Além disso, adentra-se na análise de execução orçamentária e financeira da Instituição. Nesse aspecto, a Defensoria Pública apresentou índice de execução orçamentária consistente, mantendo-se a toada dos anos anteriores:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2025				
Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	Empenhado (R\$)	Empenh./Disp. Orç. (%)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	132.408.437,00	132.408.431,81	100,000%
	Outras Despesas Correntes	15.088.985,00	15.088.983,62	100,000%
	Investimentos	0,00	0,00	0,00000%
	Pessoal e Encargos	267.000,00	229.052,08	85,78730%
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Outras Despesas Correntes	428.012,00	253.440,66	59,21345%
	Investimentos	0,00	0,00	0,00000%
TOTAL		148.192.434,00	147.979.908,17	99,857%

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

A análise da execução orçamentária demonstra elevado grau de utilização dos recursos disponibilizados à Defensoria Pública ao longo do exercício de 2025.

Do total de R\$ 148.192.434,00 de disponibilidade orçamentária considerada para fins de execução, foram empenhados R\$ 147.979.908,00, resultando em índice de execução de 99,86%.

Esse desempenho evidencia a capacidade institucional de planejamento, gestão e execução orçamentária da Defensoria Pública, garantindo que os recursos disponibilizados sejam efetivamente convertidos em ações institucionais voltadas à prestação de assistência jurídica integral e gratuita à população, mantendo, em 2025, elevado nível de eficiência na execução de seu orçamento institucional.

Dando sequência à análise da execução das despesas institucionais, observa-se que, além do elevado nível de empenhamento das dotações orçamentárias, houve também expressiva liquidação das despesas empenhadas ao longo do exercício de 2025.

Nesse contexto, verifica-se que a Defensoria Pública do Estado do Paraná manteve, no exercício de 2025, elevado índice de liquidação das despesas empenhadas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EM 2025							
Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Em Liquidação (R\$)	Pago (R\$)	RP Não Processados (R\$)	RP Processados (R\$)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	132.408.431,81	132.408.431,80	0,00	132.102.784,13	0,01	305.647,67
	Outras Despesas Correntes	15.088.983,62	15.086.706,62	0,00	15.086.706,62	2.277,00	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Pessoal e Encargos	229.052,08	228.047,84	0,00	228.047,84	1.004,24	0,00
	Outras Despesas Correntes	253.440,66	80.027,01	0,00	80.027,01	173.413,65	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		147.979.908,17	147.803.213,27	0,00	147.497.565,60	176.694,90	305.647,67

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

A análise dos dados demonstra que, do total de R\$ 147.979.908,00 empenhados no exercício, foram liquidados aproximadamente R\$ 147,8 milhões, o que representa percentual de liquidação superior a 99% do total empenhado.

Do montante liquidado, foram efetivamente pagos R\$ 147.497.565,60 ao longo do exercício financeiro, evidenciando elevado grau de execução financeira das despesas institucionais.

Observa-se que a maior parcela das despesas liquidadas e pagas corresponde às despesas com pessoal e encargos sociais, cuja execução apresentou percentual praticamente integral, refletindo a natureza estrutural dessas despesas no orçamento da Defensoria Pública.

De modo geral, os dados evidenciam que a Defensoria Pública manteve elevado grau de eficiência na execução financeira do orçamento institucional, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a continuidade das atividades institucionais.

No que se refere às despesas inscritas em **restos a pagar**, cumpre esclarecer que tais registros correspondem a despesas empenhadas em exercícios anteriores que não foram integralmente pagas até o encerramento do exercício financeiro em que foram empenhadas, permanecendo, portanto, registradas para execução no exercício subsequente.

De acordo com a legislação que rege a execução orçamentária e financeira da Administração Pública, os restos a pagar podem ser classificados em **processados e não processados**.

No que se refere aos restos a pagar processados, observa-se que os valores registrados decorrem, principalmente, de obrigações financeiras já liquidadas no exercício anterior, cujo pagamento foi realizado ao longo do exercício de 2025. A execução desses valores demonstra a regularização das obrigações assumidas pela instituição, garantindo a quitação de despesas previamente reconhecidas e contribuindo para a manutenção da regularidade da gestão financeira:

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE 2024 - EM 2025					
Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	RP Processados Inscritos (R\$)	RP Processados Pagos (R\$)	RP Processados Cancelados (R\$)	Saldo de RP Processados de 2024
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	116.811,25	116.811,25	0,00	0,00
	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Pessoal e Encargos	3.385,00	3.383,96	1,04	0,00
	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		120.196,25	120.195,21	1,04	0,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Os restos a pagar não processados correspondem às despesas empenhadas cuja liquidação ainda não havia ocorrido até o encerramento do exercício:

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2024 - EM 2025						
Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	Saldo Inicial RP Não Processados de 2024 em 2025 (R\$)	Cancelamento de RP Não Processados de 2024 em 2025 (R\$)	RP Não Processados de 2024 Liquidados em 2025 (R\$)	RP Não Processados de 2024 Pagos em 2025 (R\$)	Saldo Final RP Não Processados de 2024 em 2025 (R\$)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	63.186,07	3.265,50	59.920,57	59.920,57	0,00
	Outras Correntes	19.652,99	18.990,55	662,44	662,44	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais	Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Correntes	41.838,46	4.643,59	194,87	194,87	37.000,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		124.677,52	26.899,64	60.777,88	60.777,88	37.000,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Apresenta-se, a seguir, o fluxo de caixa da DPE/PR, dividido entre as fontes de recursos:

Fonte 500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Valores
Saldo Inicial 01/01/2025	1.647.619,79
Ingressos	
Repasse recebidos para Pagamentos do Orçamento e Insuficiência em 2025	149.378.696,00
<i>Restituição do INSS da FOPAG Março/2024 _ Transferido a maior para o TGE</i>	<i>51.363,98</i>
Rendimento Anual das Aplic. Financeiras Fonte_Recursos 100	986.837,93
Dispêndios	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados (2024)	116.811,25
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados (2024)	60.583,01
Pagamentos do Orçamento 2025	147.189.490,75
Cobertura de Insuficiência Financeira Inativos Fundo Financeiro	4.178.042,94
SALDO EM CAIXA 31/12/2025	519.589,75
(-) Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - Fonte 100	0,00
(-) Restos a Pagar Inscritos em 31/12/2025- Fonte 100	307.924,68
Superávit Financeiro 31/12/2025	211.665,07

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Fonte 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Valores
Saldo Inicial 01/01/2025	1.065.578,89
Ingressos	
<i>Transferências Voluntárias - INTER OFSS - UNIÃO</i>	<i>0,00</i>
Rendimento Anual da Aplicação Financeira dos Recursos do Convênio	97.699,96
Dispêndios	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados (2024)	3.383,96
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados (2024)	194,87
Pagamentos do Orçamento 2025	308.074,85
SALDO EM CAIXA 31/12/2025	851.625,17
(-) Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - Fonte 700	37.000,00
(-) Restos a Pagar Inscritos em 31/12/2025	174.417,89
Superávit Financeiro 31/12/2025	640.207,28

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Fonte 862 - Recursos de Depósitos de Terceiros (Extraorçamentários)	Valores
Saldo Inicial 01/01/2025	18.724,05

Ingressos Extraorçamentários	
<i>Rendimento de Depósitos de Terceiros_Caução em dinheiro da Oi.S/A</i>	1.219,19
SALDO EM CAIXA 31/12/2025	19.943,24
(-) Passivo Extraorçamentário decorrente de Depósitos e Cauções	19.943,24
Superávit Financeiro 31/12/2025	0,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Fonte 869 - Outros Recursos Extraorçamentários	Valores
Saldo Inicial 01/01/2025	2.700,93
Ingressos Extraorçamentários	
<i>Saldo a Prestar contas Suprimento de Fundos 2025</i>	37.828,46
Dispêndios	
Pagamento da Parcela de empréstimos Consignados CEF em Folha_Dezembro/2024	1.273,16
<i>Pagamento INSS Retido na Folha Dezembro/2024_Cargos em Comissão_Convênio</i>	1.427,77
SALDO EM CAIXA 31/12/2025	37.828,46
(-) Passivo Extraorçamentário decorrente de Outros Depósitos Restituíveis	37.828,46
Superávit Financeiro 31/12/2025	0,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Abaixo, com a finalidade de demonstrar o resultado do superávit financeiro total, observe-se o resumo geral:

RESUMO GERAL	Valores
SALDO INICIAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.734.623,66
INGRESSOS	150.553.645,52
DISPÊNDIOS	151.859.282,56
SALDO FINAL EM CAIXA	1.428.986,62
(-) RESTOS A PAGAR	519.342,57
(-) PASSIVO EXTRAORÇAMENTÁRIO	57.771,70
SUPERÁVIT FINANCEIRO TOTAL 2025	851.872,35

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

Por conseguinte, com fito em demonstrar a evolução orçamentária da Defensoria Pública do Estado do Paraná, apresenta-se o quadro a seguir, em que se observa os anos de 2021/2025:

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2021 E 2025.					
Informação	2021	2022	2023	2024	2025
Orçamento Disponível	71.878.320	71.441.023	107.914.473	122.971.468	148.192.434
Despesas Empenhadas	68.000.898	71.215.107	105.216.465	121.972.744	147.979.908
Saldo Orçamentário (em relação ao valor empenhado)	3.877.422,42	225.916,30	2.698.007,90	998.724,00	212.525,83
Despesas Liquidadas	65.440.781	71.169.715	103.434.651	121.848.066	147.803.213
Despesas Pagas	65.440.027	71.169.715	103.434.651	121.727.870	147.497.566

Fonte: SIAFIC/Diretoria de Orçamento e Finanças

Conforme demonstrado no quadro acima, observa-se trajetória de crescimento consistente do orçamento disponibilizado à Defensoria Pública do Estado do Paraná ao longo dos últimos anos. Em especial no período mais recente, verifica-se expansão significativa dos recursos institucionais, acompanhada de elevados níveis de execução das dotações autorizadas. No exercício de 2025, o orçamento disponível alcançou aproximadamente **R\$ 148 milhões**, mantendo-se padrão de execução próximo à totalidade das dotações autorizadas, o que evidencia a capacidade institucional de planejamento e gestão eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, a análise dos indicadores de execução orçamentária, financeira e de restos a pagar evidencia que a Defensoria Pública do Estado do Paraná manteve, ao longo do exercício de 2025, gestão orçamentária eficiente e responsável, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e contribuindo para o fortalecimento das atividades institucionais voltadas à promoção do acesso à justiça e à prestação da assistência jurídica gratuita à população do Estado do Paraná.

5. PLANO PLURIANUAL 2024-2027 E AÇÕES INSTITUCIONAIS

A Defensoria Pública do Estado do Paraná desenvolveu suas atividades, no exercício de 2025, em conformidade com o segundo ano de vigência do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027.

O acompanhamento das metas e indicadores previstos no referido instrumento de planejamento foi realizado pela Assessoria de Planejamento Estratégico da instituição, por meio do Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME.

No âmbito do PPA 2024–2027, a Defensoria Pública manteve como principal indicador de desempenho o quantitativo de atuações institucionais voltadas ao atendimento da população do Estado do Paraná. O monitoramento é realizado por meio de metas quantitativas anuais, possibilitando aferir o grau de execução das entregas previstas e comparar os resultados efetivamente alcançados em cada exercício.

Comparativo entre Metas Previstas e Resultados Alcançados – Exercício 2025:

Entrega do PPA	Meta prevista 2025	Resultado alcançado 2025	Grau de execução
Atuação descentralizada da Defensoria Pública	624.000	952.543	152,65%
Construção e Implantação de Unidade de Atendimento da Defensoria Pública no Município de Castro	N/A	N/A	N/A
Construção e Implantação de Unidade de Atendimento da Defensoria Pública no Município de Pontal do Paraná.	N/A	N/A	N/A

Fonte: Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME.

Os dados evidenciam desempenho institucional significativamente superior à meta originalmente prevista no planejamento plurianual. No que se refere à atuação finalística da instituição, foram registradas **952.543 atuações em 2025**, superando a meta anual de **624.000 atuações** e atingindo aproximadamente **152,65% do resultado esperado**.

Esse resultado reflete a ampliação da capacidade institucional de prestação de assistência jurídica integral e gratuita à população vulnerável, decorrente, entre outros fatores, da implementação de melhorias tecnológicas, da otimização de fluxos de trabalho, da consolidação de projetos de atendimento virtual e da ampliação de atendimentos concentrados em mutirões.

Também contribuiu de forma relevante para o incremento da produtividade institucional o aumento do número de órgãos de atuação em funcionamento, em decorrência da

implementação do plano de expansão institucional e da homologação do V Concurso Público para ingresso na carreira de Defensor Público do Estado do Paraná.

Por sua vez, as outras entregas previstas no PPA relacionadas à expansão física e adequação da estrutura institucional encontram-se em fase preparatória ou de planejamento, com execução prevista para exercícios subsequentes, a exemplo da implantação de unidades de atendimento no Município de Castro e no Município de Pontal do Paraná.

Dessa forma, os resultados alcançados no exercício de 2025 demonstram não apenas o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, mas também a superação de indicadores estratégicos relevantes, evidenciando o fortalecimento institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná e a ampliação do acesso à justiça para a população em situação de vulnerabilidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, no exercício de 2025, manteve trajetória de fortalecimento institucional, evidenciada pelo aprimoramento de sua estrutura administrativa, pela ampliação de sua força de trabalho e pela continuidade das ações voltadas à qualificação dos serviços prestados à população.

Nesse contexto, a nomeação de servidores provenientes do III Concurso Público para as carreiras administrativas contribuiu para o fortalecimento da estrutura institucional e para a ampliação da capacidade de atendimento da instituição.

No âmbito da gestão administrativa, destacam-se as licitações e contratações realizadas ao longo do exercício, voltadas à modernização da infraestrutura institucional, à implementação de soluções tecnológicas e à melhoria das condições de funcionamento das unidades da Defensoria Pública.

Também se destaca, no período, a aquisição do primeiro imóvel próprio destinado à futura sede administrativa da instituição, medida que representa marco relevante no processo de consolidação da infraestrutura institucional e no planejamento de longo prazo da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Os resultados alcançados no exercício refletiram-se nos indicadores de atuação institucional, que superaram as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2024–2027, evidenciando a capacidade da instituição em responder de forma eficiente às demandas da sociedade paranaense.


A disponibilidade de recursos orçamentários ao longo do exercício possibilitou a manutenção e o aperfeiçoamento da estrutura institucional, contribuindo para o fortalecimento das atividades finalísticas da Defensoria Pública e para o aprimoramento da prestação de assistência jurídica integral e gratuita à população em situação de vulnerabilidade.

Adicionalmente, a análise da execução orçamentária e financeira demonstra elevado grau de eficiência na gestão dos recursos públicos, com execução de praticamente a totalidade do orçamento disponibilizado, bem como adequada gestão das despesas, dos restos a pagar e do fluxo financeiro.

Dessa forma, os resultados apresentados no exercício de 2025 demonstram a consolidação do processo de fortalecimento institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná, reafirmando seu papel essencial na promoção do acesso à justiça, na defesa dos direitos fundamentais e na garantia de assistência jurídica integral e gratuita à população.

Nesse contexto, a Defensoria Pública do Estado do Paraná permanece comprometida com o contínuo aprimoramento de sua atuação institucional, com o fortalecimento da gestão administrativa e com a ampliação das políticas públicas voltadas ao acesso à justiça, contribuindo para a promoção da cidadania e para a efetivação dos direitos fundamentais da população paranaense.

Curitiba, 13 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO MARCELO FREITAS PIMENTEL RAMOS
Data: 13/03/2026 15:08:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO MARCELO FREITAS PIMENTEL RAMOS FILHO
Assessor Especial de Planejamento Estratégico



RELATÓRIO n.º 001/2026/UCI/DPPR

Curitiba, 19 de março de 2024.

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2025

1. INTRODUÇÃO

O Coordenador de Controle Interno da Defensoria Pública do Estado do Paraná, formalmente designado na Resolução nº 457/2024 da Defensoria-Pública Geral, atendendo ao disposto no art. 10, inciso III, da Instrução Normativa TCE/PR nº 201/2026/TCE-PR, vem apresentar relatório sobre os resultados obtidos durante a atuação do Controle Interno Avaliativo da Instituição no exercício financeiro de 2025.

2. METODOLOGIA

A análise empreendida se fundamenta em método referencial e avaliativo. Os procedimentos e as técnicas de controle foram aplicados para confirmar a observância à legislação vigente, avaliando-se a subsunção dos fatos às regras estabelecidas no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, nas leis orçamentárias, na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas normas e princípios administrativos.



3. ÁREAS AVALIADAS

Para o fim de atestar o cumprimento ao artigo 74 da Constituição da República e subsidiar o parecer do Controle Interno, este relatório discorrerá sobre i) metas previstas no Plano Plurianual, ii) avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; iii) apoio dado ao controle externo; e iv) ações realizadas internamente pelo Coordenador de Controle Interno, incluindo os resultados das ações de controle, bem como as recomendações expedidas e as medidas que foram implementadas.

3.1. METAS DO PPA/PROGRAMA DE GOVERNO

O **Plano Plurianual do Estado** (Lei Estadual nº 21.861, de 18 de dezembro de 2023) a regular o quadriênio 2024-2027 estabeleceu como metas à Defensoria Pública do Estado do Paraná: realizar **624.000 (seiscentas e vinte e quatro mil) atuações** (2025) e a Descentralização da Atuação da Defensoria Pública, como **programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**.

Como características da meta “atuação” da Defensoria Pública ficou estabelecida a realização de ações e a alocação de recursos de modo à:

- i) Promover a ampliação da atuação nas comarcas em que estão sediadas as unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A atuação consiste na orientação jurídica, na promoção dos direitos humanos e na defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
- ii) Promover a atuação da Defensoria Pública em todas as Regiões Intermediárias do Estado do Paraná. A atuação institucional



regionalizada considera a manutenção, estruturação e modernização das unidades de atendimento, a qualificação de pessoal, a implantação de sistemas e o aprimoramento das atividades.

Tratam-se de dois objetivos que são a essência da Defensoria Pública: assistência jurídica *lato sensu*, atuação suficiente quanto ao número de sedes e ao número de Defensores Públicos de modo a prestar um serviço eficiente à população, e promoção dos direitos humanos e dos direitos individuais e coletivos. Ao lado, está previsto um objetivo de meio, sem o qual não se alcançam aqueles, que é estruturar administrativamente o órgão.

Quanto à **assistência jurídica**, adotou-se uma metodologia na contabilização da atuação de forma a abranger todos os atos praticados pelos Defensores Públicos que impliquem no exercício da orientação jurídica ao cidadão, e não somente nos atendimentos realizados.

No ano de 2025, a Defensoria Pública, em seu compromisso de atender e defender a população paranaense mais vulnerável, executou 952.543 (novecentas e cinquenta e duas mil e quinhentas e quarenta e três) atuações através de seus canais de atendimento, correspondendo a, aproximadamente, 152% (cento e cinquenta por cento) da meta prevista para o período.

Foram executadas 501.091 atuações no 1º semestre e 451.452 atuações no segundo semestre, conforme a demanda da população pelos serviços da Instituição.

Por fim, em um panorama geral de 2021 a 2025, observou-se a manutenção da crescente, pois foram realizadas 513.648 atuações em 2021, 558.761 em 2022, 664.012 em 2023, 674.811 em 2024 e 952.543 em 2025 (ressalta-se serem estes os registros finais de atuações, retificando os valores apresentados nas prestações de contas anuais anteriores).

Dentre os fatores que permitiram essa contínua ampliação no atendimento verifica-se: i) implementação de melhorias tecnológicas; ii) otimização de fluxos de trabalho; iii) consolidação de projetos de atendimento virtual; iv) ampliação de



atendimentos concentrados em mutirões e v) aumento do número de órgãos de atuação em funcionamento, em decorrência da implementação do plano de expansão institucional e da homologação do V Concurso Público para ingresso na carreira de Defensor Público do Estado do Paraná.

Ao que se refere à manutenção e ampliação da estrutura, a Defensoria Pública do Estado do Paraná esteve presente em todas as mesorregiões durante o exercício de 2025, conforme a seguir indicado:

- Capital e Região Metropolitana: Curitiba - Administração, Curitiba – Atendimento Central, Curitiba – Núcleos Especializados, Curitiba – Postos em Fóruns, Curitiba – Tribunal do Júri, Curitiba – Ahú, Curitiba – Mauá, Curitiba – Câmara Municipal, Curitiba – Assembleia Legislativa, Almirante Tamandaré, Colombo, São José dos Pinhais (Fórum), São José dos Pinhais (Prefeitura) e Piraquara;
- Sudoeste: Francisco Beltrão e Pato Branco;
- Sudeste: União da Vitória;
- Oeste: Guaíra, Cascavel e Foz do Iguaçu;
- Centro Ocidental: Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste;
- Centro Sul: Guarapuava;
- Noroeste: Cianorte, Paranavaí e Umuarama;
- Norte Central: Cambé, Jandaia do Sul, Maringá, Londrina e Apucarana;
- Norte Pioneiro: Cornélio Procopio;
- Centro Oriental: Ponta Grossa e Castro;
- Litoral: Paranaguá, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná (Fórum); Pontal do Paraná (Prefeitura) e Antonina.

Quanto à **capacitação**, no exercício de 2025 foram executados diversos programas de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, os quais contemplaram a contratação de cursos aos servidores lotados na administração da



Defensoria Pública.

Assim, relatados os pontos e feita a avaliação pelo Controle Interno, é possível concluir que a Defensoria Pública do Estado do Paraná **atendeu satisfatoriamente suas metas** previstas no Plano Plurianual.

3.2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, em seu art. 19, apresentou que “a Defensoria Pública do Paraná terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de R\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais.”

Esse valor foi ampliado ao longo do exercício por meio de suplementações orçamentárias, utilização de superávit financeiro e incorporação de recursos decorrentes de excesso de arrecadação.

Além disso, o orçamento da instituição foi ampliado com a incorporação de R\$ 2.102.969,00 de superávit financeiro de exercícios anteriores. Desse montante, R\$ 1.447.969,00 referem-se a repasses do Tesouro acumulados até 2024 e R\$655.000,00 a convênios já recebidos, mas não executados. Somam-se ainda R\$852.018,00 de excesso de arrecadação gerado por aplicações financeiras, reforçando a capacidade orçamentária institucional.

A disponibilidade orçamentária total da Defensoria Pública no exercício de 2025 atingiu R\$ 152.373.695,00.

Ao que se refere à **eficácia** da gestão, como realização dos objetivos e metas previstos na Lei Orçamentária Anual com o orçamento efetivamente aplicado, tem-se que a **gestão orçamentária pode ser considerada eficaz**, pois segundo os dados colhidos com a Diretoria de Orçamento e Finanças, compilados no Relatório Circunstanciado de Gestão, praticamente a totalidade do orçamento foi executada durante o exercício, veja-se:



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EM 2025.

Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	Empenhado (R\$)	Empenh./Disp. Orç. (%)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	132.408.437,00	132.408.431,81	100,000%
	Outras Despesas Correntes	15.088.985,00	15.088.983,62	100,000%
	Investimentos	0,00	0,00	0,00000%
	Pessoal e Encargos	267.000,00	229.052,08	85,78730%
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Outras Despesas Correntes	428.012,00	253.440,66	59,21345%
	Investimentos	0,00	0,00	0,00000%
TOTAL		148.192.434,00	147.979.908,17	99,857%

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF)

Ademais, conforme descrito no Relatório de Gestão, é possível observar que houve ampla liquidação das despesas empenhadas no exercício, correspondendo a aproximadamente, 99% (noventa e nove por cento) do orçamento institucional. Do total de R\$ 147.979.908,00 empenhados no exercício, foram liquidados aproximadamente R\$ 147,8 milhões.

No mais, observou-se que houve bom controle da disponibilidade financeira, tendo os *restos a pagar* sido processados conforme detalhado no relatório circunstanciado de gestão, a partir da classificação em “processados” e “não processados”, a partir dos dados fornecidos pela Diretoria de Orçamento e Finanças, conforme planilhas a seguir juntadas:



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE 2024 - EM 2025					
Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	RP Processados Inscritos (R\$)	RP Processados Pagos (R\$)	RP Processados Cancelados (R\$)	Saldo de RP Processados de 2024
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	116.811,25	116.811,25	0,00	0,00
	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Pessoal e Encargos	3.385,00	3.383,96	1,04	0,00
	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		120.196,25	120.195,21	1,04	0,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2024 - EM 2025						
Fonte de Recursos	Espécie de Despesa	Saldo Inicial RP Não Processados de 2024 em 2025 (R\$)	Cancelamento de RP Não Processados de 2024 em 2025 (R\$)	RP Não Processados de 2024 Liquidados em 2025 (R\$)	RP Não Processados de 2024 Pagos em 2025 (R\$)	Saldo Final RP Não Processados de 2024 em 2025 (R\$)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos - 000000 - SEM DETALHAMENTO	Pessoal e Encargos	63.186,07	3.265,50	59.920,57	59.920,57	0,00
	Outras Correntes	19.652,99	18.990,55	662,44	662,44	0,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais	Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Correntes	41.838,46	4.643,59	194,87	194,87	37.000,00
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		124.677,52	26.899,64	60.777,88	60.777,88	37.000,00

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças



Por fim, visto ainda haver interferência na proposta orçamentária do órgão, novamente afirma-se que a **gestão financeira** que se almeja, como sendo aquela suficiente e planejável a longo prazo, **ainda pende de ser garantida** por numerário, via um orçamento satisfatório, e por efetiva liberação de recursos, possibilitando a assunção segura de compromissos financeiros.

O Relatório Circunstanciado de Gestão apresenta descrição pormenorizada das movimentações financeiras e os demonstrativos e balanços em anexo permitem a avaliação técnica, sendo desarrazoado repetir os dados fornecidos para além das indicações fundamentais de controle interno.

Por análise, conclui-se que **o desempenho orçamentário da Defensoria Pública pode ser considerado como satisfatório**, fundamentando-se nos dados dos sistemas administrativos e na avaliação supra. E, em conclusão parcial do ponto, pode-se afirmar que **a gestão financeira refletiu detidamente os fatos analisados na gestão orçamentária**, sendo considerada satisfatória.

Quanto à gestão **patrimonial**, o Controle Interno Avaliativo levantou que, em 2025 foi formalizada a aquisição do primeiro imóvel próprio da Defensoria Pública do Estado do Paraná, destinado a abrigar a futura sede administrativa da instituição em Curitiba (Decreto 11.962 de 17/11/2025).

Com foco na redução de custos de aluguel e na estabilidade administrativa, a iniciativa consolida a infraestrutura da Defensoria Pública e viabiliza um planejamento físico sustentável para o futuro.

A Administração em 2025, continuou os estudos para a implantação de PADEFs (Postos de Atendimento da Defensoria construídos em estruturas ecológicas) para substituição de algumas sedes do interior que estão em imóveis alugados, as quais também fazem parte das metas para execução no exercício de 2026.

Com relação às contratações, conforme dados consolidados até 31 de dezembro de 2025, o valor total homologado das contratações realizadas no exercício alcançou R\$ 34.430.075,74, considerando procedimentos licitatórios, adesões a atas de registro de preços, contratações diretas e credenciamentos.



Mantendo o patamar de contratações de 2024, a instituição priorizou investimentos em tecnologia e gestão. A ampliação de ferramentas de IA e análise de dados evidencia o avanço da transformação digital interna, otimizando a infraestrutura e a modernização administrativa

Em conclusão, tem-se que a gestão patrimonial foi eficaz no exercício de 2025.

Todavia deve continuar a receber ainda maior atenção quanto ao planejamento a médio e longo prazo para a aquisição de bens, por se tratar de área com elevado risco de desvios de recursos públicos.

3.3. APOIO AO CONTROLE EXTERNO – TCE-PR

A **3ª Inspeção de Controle Externo** deste Tribunal de Contas atuou na fiscalização da Defensoria Pública durante o exercício de 2025.

Seguindo os procedimentos estabelecidos entre as instâncias de controle externo e interno, à repetição do ocorrido nos exercícios anteriores, os trabalhos de fiscalização foram detidamente instruídos por esta Unidade. As solicitações foram impulsionadas por meio do Portal e-contas, do canal de comunicação (CACO) e do Sistema Integra do Tribunal de Contas, gerando a abertura de procedimentos administrativos internos aos departamentos para dar o devido andamento. Todos os setores atenderam prontamente as requisições e sempre se disponibilizaram aos esclarecimentos de dúvidas.

Quanto ao exercício de 2025, foram registradas 27 (vinte e sete) demandas por meio do CACO. Já com relação ao Sistema Integra, foram registradas 04 (quatro) demandas, quais sejam: 516, 554, 465 e 499.

Cumprir destacar que cada uma dessas demandas é desmembrada em “ID Ação Fiscalização” e “ID Assunto”, sendo que nem todas necessariamente geraram necessidade de cumprimento de prazos, mas todas tiveram necessidade de análise,



triagem e acompanhamento de forma geral pela Unidade de Controle Interno, verificando-se volume expressivo de dados, conforme planilha a seguir:

Demanda	ID Ação fiscalização	ID Assunto
516	2971	7687, 7988, 7689 e 7690
554	3160	7463, 8357, 8785, 9680, 9681, 9682, 9683, 9684, 9685, 9686, 9687, 9688 e 10935
465	1314	4462, 4463 e 4529
	1502	5075, 5108
	1543	5152
	1577	5305, 5306 e 5367
	1653	5452, 5490, 5491
	3290	10084 e 10087
	3391	11473 e 11504
	3410	11604
499	2810	6980, 7068, 7120, 7121, 7122, 7123, 7124, 7125
	3142	8467, 8479 e 8479
	3323	10465, 10466, 10807, 10808, 10809, 10810, 10811, 10812, 10813, 10814, 10815, 10816, 10806, 11713 e 11766

Como levantamento conclusivo, pode se destacar que a 3ª Inspetoria de Controle Externo auxiliou valiosamente a Defensoria Pública no melhoramento das atividades desenvolvidas pela administração, tendo equipe sempre pronta para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos na condução, sempre cortês, dos trabalhos desenvolvidos.



3.4. AÇÕES PONTUAIS DO CONTROLE INTERNO AVALIATIVO

A Unidade de Controle Interno da Defensoria Pública continuou no exercício de 2025 a organizar suas atividades, o que gerou efeitos positivos sobre o órgão.

Todavia, ainda que o cenário tenha melhorado, os desafios estruturais ainda permanecem. Esta Unidade, durante quase a integralidade do ano de 2025, atuou com apenas 02 (dois) servidores, contando com auxílio de 1 (uma) estagiária de pós-graduação durante alguns desses meses.

Nesse cenário, verifica-se ainda desproporcionalidade entre todas as demandas de controle e a disponibilidade de força de trabalho, mesmo com a determinação de que haja uma equipe pela deliberação reguladora¹.

A estrutura diminuta sobrecarrega significativamente os dois servidores designados, especialmente porque a Corte de Contas impõe **responsabilidades para as ações de controle interno que não podem ser efetivamente cumpridas por apenas duas pessoas.**

Mesmo com essa dificuldade, para o exercício de 2025, a Unidade de Controle Interno elaborou um Plano de Atividades, estabelecendo as inspeções realizadas, as ações de monitoramento, o detalhamento das prestações de contas, as atividades que permanentemente são exercidas e os levantamentos externos, conforme previsto na Deliberação CSDP n. 31/2014. Além disso, quanto ao mérito das avaliações, as limitações de ordem técnica no setor também devem ser consideradas, notadamente ao que se refere à ausência de servidores ocupantes de outras especialidades, como Administração, por exemplo.

Não obstante essas considerações, que relatam as limitações de pessoal e técnica encontradas pelo setor, especifica-se abaixo cada uma das atividades realizadas demonstrando que, mesmo com algumas adversidades, a

¹ **Art. 10 da Deliberação 31/2014.** A equipe de Gestão de Controle Interno será composta de servidores ou membros, designados pelo Defensor Público Geral, dentre os efetivos do Quadro Funcional da Defensoria Pública, ocupantes de cargo de nível superior nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Gestão Pública ou Direito.



Unidade de Controle Interno consegue desenvolver um trabalho relevante na Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Assim, considerando o levantamento de risco feito diretamente pela Unidade de Controle Interno, por meio de uma matriz, foram previstas as seguintes áreas para serem avaliadas no exercício de 2025: i) Diretoria de Operações (Patrimônio); ii) Diretoria de Orçamento e Finanças (Contabilização de elementos patrimoniais); iii) Diretoria de Contratações (Atas de Registro de Preços) e v) Diretoria de Captações (Convênio Central de Liberdades).

Além disso, em 2025, foi realizada fiscalização nas licenças compensatórias.

Essas atividades foram conduzidas de acordo com as normas e os procedimentos vigentes, fundamentadas nos registros e documentos analisados, necessários à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Ainda, foram monitoradas as medidas implementadas nos anos anteriores, bem como o portal de transparência, a folha de pagamento da Defensoria Pública, o Fundo Rotativo e os Suprimentos de Fundos.

Finalizados os trabalhos, não foram encontradas, nos processos analisados, irregularidades que prejudicassem os trabalhos desenvolvidos pela Instituição. Inclusive, observou-se que os controles internos instituídos pelos Departamentos envolvidos são, na maioria, suficientes para as atividades desenvolvidas. Todavia, algumas recomendações corretivas, de cunho preventivo e elucidativo foram expedidas, a fim de garantir a legalidade e eficiência dos procedimentos.

Assim, a Unidade de Controle Interno trabalhou sobre 09 (nove) Achados de Fiscalização e emitiu 08 (dez) Recomendações Internas²:

² Algumas recomendações são oriundas dos trabalhos de auditoria interna.



Nº	DATA DO ACHADO	DESCRIÇÃO DO ACHADO	PROCESSO
01/2025	09/01/2025	Prorrogação retroativa de contratação de pessoal.	25.0.000000169-7
02/2025	06/02/2025	Portal da transparência e fluxo desligamento pessoal	25.0.000000945-0
03/2025	23/05/2025	Achados sobre fluxos contratação estagiários	25.0.000000695-8
04/2025	12/06/2025	Achados (total 12) sobre patrimônio	25.0.000004949-5
05/2025	18/08/2025	Alteração normativa interna referente ao acesso à informação	25.0.000005145-7
06/2025	28/08/2025	Alteração forma de acessos aos e-mails setoriais	25.0.000007744-8
07/2025	17/09/2025	Atualização normativa interna fluxo RGF	25.0.000008646-3
08/2025	30/08/2024	Atas de Registros de Preços - fluxo	25.0.000011284-7



09/2025	04/12/2025	Convênio Central de Liberdades - fluxo	25.0.000011663-0
----------------	------------	--	-------------------------

Nº	TIPO DE RECOMENDAÇÃO	DATA DA RECOM.	OBJETO	PROCESSO	MEDIDAS IMPLEMENTADAS APÓS REC.
1	Recomendação Operacional	14/03/2025	Expedição de normativa - fluxo desligamento de pessoas	25.0.0000009 45-0	Recomendação acolhida. Expedida IN 101/2025.
2	Recomendação Operacional	23/05/2025	Recomendação a coordenadoria de estágios para publicização de normativa, controle e comunicação	25.0.0000006 95-8	Recomendação acolhida.
3	Recomendação Operacional	12/06/2025	Recomendações Auditoria Patrimônio - total 12	25.0.0000049 49-5	Parcialmente implementada. Em monitoramento.
4	Recomendação Operacional	14/06/2025	Atualização normativa interna referente ao acesso à informação	25.0.0000051 45-7	Recomendação acolhida. Publicada a Deliberação CSDP 33/2025
5	Recomendação Operacional	28/08/2025	Alteração forma de acessos aos e-mails setoriais	25.0.0000077 44-8	Recomendação acolhida. Providências realizadas.
6	Recomendação Operacional	17/09/2025	Atualização normativa interna fluxo RGF	25.0.0000086 46-3	Recomendação acolhida. Publicada a IN 126/2025.
7	Recomendação Operacional	04/12/2025	Recomendações Auditoria Atas de Registro de Preços - total 07	25.0.0000112 84-7	Recomendação acolhida. Em trâmite para implementação de medidas
8	Recomendação Operacional	04/12/2025	Recomendações Auditoria Convênio Central de Liberdades - total 08	25.0.0000116 63-0	Em trâmite.



As auditorias e os monitoramentos realizados levaram ao conhecimento dos gestores os resultados e as situações encontradas, permitindo-lhes a visão sobre os processos de trabalho e os procedimentos executados, com objetivo de racionalizar e otimizar a utilização dos recursos disponíveis e as providências necessárias pelos responsáveis.

Ainda quanto às ações executadas, registre-se que de modo permanente, os Relatórios de Gestão Fiscal foram acompanhados e avaliados pelo Controle Interno.

Foram prontamente atendidas as solicitações e devidamente promovidas as ações de responsabilidade da Defensoria Pública junto a este Tribunal (Prestações de Contas, Solicitações da Inspetoria etc).

Houve capacitação por parte de todos os/as servidores/as desta Unidade de Controle Interno, vez que as atividades de auditoria e controle são orientadas por princípios e normas nacionais e internacionais, razão pela qual é indispensável a constante atualização de conteúdos e de técnicas para o desenvolvimento das atribuições desta unidade.

Assim, a partir do exposto, pode-se concluir que o Controle Interno respondeu ao seu encargo de **modo satisfatório**, dentro das condições possíveis de atuação.

4. OBSERVAÇÃO SOBRE OS RELATÓRIOS DA COORDENADORIA GERAL DO ESTADO

Como já é de conhecimento, a Defensoria Pública ao final de 2014 instituiu seu próprio **Sistema de Controle Interno**, desvinculando-se da Coordenadoria Geral do Estado. Isso tem gerado inúmeros desafios ao Controle Interno, mas assegura a posição da instituição como órgão com autonomia, em diferença às Secretarias de Estado.



Nesse sentido, anunciou-se na Prestação de Contas dos exercícios anteriores que não mais se possui, como resultado de avaliação da Coordenadoria Geral do Estado, os Relatórios provenientes desse órgão – como os relatórios da Coordenadoria de Ouvidoria e da Coordenadoria de Transparência.

Com efeito, enquanto departamento em estruturação, o Controle Interno almeja implementar avaliações semelhantes, mas não havendo ainda sua efetivação, coloca-se à disposição para ceder outros documentos para a análise das contas, caso se entenda necessário.

Sendo essas as informações e as avaliações que cumpriam ser relatadas e aferidas pelo Controle Interno, despeço-me com cordiais cumprimentos.

SILVIO DA CUNHA MESSIAS
Coordenador de Controle Interno



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER DO CONTROLE INTERNO
AVALIAÇÃO DA GESTÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por esta Unidade de Controle Interno sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2025, da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Curitiba, 20 de março de 2025.

Silvio da Cunha Messias
Coordenador de Controle Interno



DECLARAÇÃO SOBRE A AUSÊNCIA DE RELATÓRIO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Defensoria Pública do Estado do Paraná declara, para fins de atendimento ao artigo 10, inciso V, da IN n.º 201/2026 do TCE/PR, que determina a apresentação do “**Relatório da Controladoria Geral do Estado, consolidado, contendo as avaliações pelas Coordenadorias de Controle Interno, de Integridade e Compliance, de Corregedoria, de Ouvidoria, de Transparência e Controle Social e de Desenvolvimento Profissional**”, que ao final de 2014 instituiu seu próprio Sistema de Controle Interno, desvinculando-se da Controladoria Geral do Estado do Paraná.

Nesse sentido, anunciou-se na Prestação de Contas dos exercícios anteriores que não mais se possui, como resultado de avaliação da Controladoria Geral do Estado, os Relatórios provenientes desse órgão.

Com efeito, isso assegura a posição da instituição como órgão autônomo, em diferença às Secretarias de Estado, ao tempo que gera o desafio de internamente desenvolver estruturas de controle semelhantes. Enquanto setor em desenvolvimento, esta Unidade de Controle Interno almeja implementar avaliações capazes de transferir as informações das ações realizadas em núcleos já existentes da Defensoria Pública, padronizando por exemplo os relatórios de sua Ouvidoria Externa e de sua Corregedoria, para os fins de atendimento similar aos dados exigidos. Não obstante, pelos termos apresentados no inciso V do artigo 10, deixa-se de dar cumprimento ao item.

É o que cabia declarar.

Curitiba, 20 de março de 2025.

Silvio da Cunha Messias
Coordenador de Controle Interno



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:07
R\$ 1,00

Anexo II, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1 - Receitas Correntes			1.084.537,89
13 - Receita Patrimonial		1.084.537,89	
132 - Valores Mobiliários		1.084.537,89	
1321010 - Remuneração de Depósitos Bancários	1.084.537,89		
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários	1.084.537,89		
1321010100 - Remuneração de Depósitos Bancários	1.084.537,89		
TOTAL RECEITAS			1.084.537,89
TOTAL DE DEDUÇÕES			
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA			1.084.537,89
RESUMO GERAL			1.084.537,89
13 - Receita Patrimonial		1.084.537,89	
TOTAL RECEITAS CORRENTES			1.084.537,89



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:07

R\$ 1,00

Anexo II, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL			0,00
TOTAL RECEITAS INTRA			0,00
TOTAL GERAL			1.084.537,89
DEDUÇÕES DA RECEITA			0,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA			1.084.537,89

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONOMICAS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:05
R\$ 1,00

Anexo I, da Lei 4.320/64

INGRESSOS	R\$	DISPÊNDIOS	R\$
RECEITAS CORRENTES	1.084.537,89	DESPESAS CORRENTES	138.101.579,43
TRIBUTÁRIAS	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.936.580,43
CONTRIBUIÇÕES	0,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
PATRIMONIAIS	1.084.537,89	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.164.999,00
AGROPECUÁRIAS	0,00		
INDUSTRIAL	0,00		
SERVIÇOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00		
TOTAL (A)	1.084.537,89	TOTAL (A)	138.101.579,43
DÉFICIT (B)	137.017.041,54	SUPERÁVIT (B)	0,00
TOTAL I (A + B)	138.101.579,43	TOTAL I (A + B)	138.101.579,43
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	INVESTIMENTOS	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA DE CAPITAL	0,00		
DEDUÇÕES RECEITA DE CAPITAL	0,00		
TOTAL (C)	0,00	TOTAL (C)	0,00
DÉFICIT (D)		SUPERÁVIT (D)	0,00
TOTAL II (C + D)	0,00	TOTAL II (C + D)	0,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.878.328,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.700.903,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	177.425,28
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	INVESTIMENTOS	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00		
TOTAL (E)	0,00	TOTAL (E)	9.878.328,74
DÉFICIT INTRA-ORÇAMENTÁRIA (F)		SUPERÁVIT INTRAORÇAMENTÁRIO (F)	
TOTAL III (E+F)	0,00	TOTAL III (E+F)	9.878.328,74
TOTAL (I + II + III)	138.101.579,43	TOTAL (I + II + III)	138.101.579,43
RECEITAS CORRENTES	1.084.537,89	DESPESAS CORRENTES	138.101.579,43
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.878.328,74
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E INTRA-ORÇAMENTÁRIO	146.895.370,28	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E INTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00
DEDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00		
TOTAL	147.979.908,17	TOTAL	147.979.908,17

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:06
R\$ 1,00

Anexo II, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
3 - DESPESAS CORRENTES			147.979.908,17
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		132.637.483,89	
90 - Aplicações Diretas	122.936.580,43		
319004 - Contratação por Tempo Determinado	221.281,84		
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	114.905.166,08		
319013 - Obrigações Patronais	3.494.301,18		
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.310.410,43		
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	54.947,22		
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.950.473,68		
91 - Aplicação Direta decor. de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integr. dos Orç, Fiscal e da Segur. Social	9.700.903,46		
319113 - Obrigações Patronais	9.518.703,74		
319192 - Despesas de Exercícios Anteriores	182.199,72		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.342.424,28	
90 - Aplicações Diretas	15.164.999,00		
339008 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	6.371.419,00		
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	326.533,81		
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.363,23		
339046 - Auxílio-Alimentação	5.705.979,23		
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	12.500,00		



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:06
R\$ 1,00

Anexo II, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
339049 - Auxílio-Transporte	2.692.554,00		
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	51.649,73		
91 - Aplicação Direta decor. de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integr. dos Orç, Fiscal e da Segur. Social	177.425,28		
339148 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	175.767,52		
339197 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.657,76		
RESUMO GERAL			
DESPESAS CORRENTES			147.979.908,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			132.637.483,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			15.342.424,28
TOTAL DO GRUPO			147.979.908,17
DESPESAS DE CAPITAL			



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:06
R\$ 1,00

Anexo II, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
INVESTIMENTOS			
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TOTAL DO GRUPO			
DESPESA TOTAL			147.979.908,17

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:08
R\$ 1,00

Anexo X, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
I- RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
1 - Receitas Correntes	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
13 - Receita Patrimonial	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
132 - Valores Mobiliários	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
1321010100 - Remuneração de Depósitos Bancários	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	992.743,00	986.837,93	0,00	5.905,07
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	40.012,00	97.699,96	57.687,96	0,00
II - DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RENÚNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA REALIZADA	0,00	0,00	0,00	0,00
III - RECEITAS LÍQUIDAS	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
1 - Receitas Correntes	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
13 - Receita Patrimonial	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
132 - Valores Mobiliários	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
1321010100 - Remuneração de Depósitos Bancários	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:08
R\$ 1,00

Anexo X, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	992.743,00	986.837,93	0,00	5.905,07
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	40.012,00	97.699,96	57.687,96	0,00
SUBTOTAL DA RECEITA	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00
SUBTOTAL DAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89	0,00

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:08
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/Modalidade/Natureza	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
3 - Despesas Correntes	148.192.434,00	0,00	148.192.434,00	147.979.908,17	212.525,83
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.675.437,00	0,00	132.675.437,00	132.637.483,89	37.953,11
90 - Aplicações Diretas	122.974.533,00	0,00	122.974.533,00	122.936.580,43	37.952,57
04 - Contratação por Tempo Determinado	257.000,00	0,00	257.000,00	221.281,84	35.718,16
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	114.905.167,00	0,00	114.905.167,00	114.905.166,08	0,92
13 - Obrigações Patronais	3.494.303,00	0,00	3.494.303,00	3.494.301,18	1,82
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.310.411,00	0,00	1.310.411,00	1.310.410,43	0,57
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	57.177,00	0,00	57.177,00	54.947,22	2.229,78
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.950.475,00	0,00	2.950.475,00	2.950.473,68	1,32
91 - Aplicação Direta decor. de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integr. dos Orç, Fiscal e da Segur. Social	9.700.904,00	0,00	9.700.904,00	9.700.903,46	0,54
13 - Obrigações Patronais	9.518.704,00	0,00	9.518.704,00	9.518.703,74	0,26
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	182.200,00	0,00	182.200,00	182.199,72	0,28
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	15.516.997,00	0,00	15.516.997,00	15.342.424,28	174.572,72



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:08
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/Modalidade/Natureza	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
90 - Aplicações Diretas	15.339.571,00	0,00	15.339.571,00	15.164.999,00	174.572,00
08 - Outros Benefícios	6.374.069,00	0,00	6.374.069,00	6.371.419,00	2.650,00
Assistenciais do Servidor e do Militar					
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	382.111,00	0,00	382.111,00	326.533,81	55.577,19
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.050,00	0,00	7.050,00	4.363,23	2.686,77
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - Auxílio-Alimentação	5.720.690,00	0,00	5.720.690,00	5.705.979,23	14.710,77
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	12.500,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00
49 - Auxílio-Transporte	2.741.501,00	0,00	2.741.501,00	2.692.554,00	48.947,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	101.650,00	0,00	101.650,00	51.649,73	50.000,27
91 - Aplicação Direta decor. de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integr. dos Orç, Fiscal e da Segur. Social	177.426,00	0,00	177.426,00	177.425,28	0,72
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	175.768,00	0,00	175.768,00	175.767,52	0,48
97 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.658,00	0,00	1.658,00	1.657,76	0,24



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:08
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
Total Despesas Correntes	148.192.434,00	0,00	148.192.434,00	147.979.908,17	212.525,83
4 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 - Equipamentos e Material	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permanente					
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Reserva de Contingência ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	148.192.434,00	0,00	148.192.434,00	147.979.908,17	212.525,83



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:08
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
---	--	---	-------	-----------	-----------

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

Nota de Rodapé 1 - A Nota é para inserir no final do relatório

Nota de Rodapé 2 - A Nota é para inserir no final do relatório

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR PROJETO-ATIVIDADE-OPERAÇÕES ESPECIAIS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:09
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
07 - Defensoria Pública do Estado do Paraná	148.192.434,00	0,00	148.192.434,00	147.979.908,17	212.525,83
0701 - Defensoria Pública	148.192.434,00	0,00	148.192.434,00	147.979.908,17	212.525,83
8008 - Atuação da Defensoria Pública	146.200.311,00	0,00	146.200.311,00	145.987.786,60	212.524,40
3 - DESPESAS CORRENTES	146.200.311,00	0,00	146.200.311,00	145.987.786,60	212.524,40
500.0000.0.000000	145.505.299,00	0,00	145.505.299,00	145.505.293,86	5,14
700.0000.1.000107	695.012,00	0,00	695.012,00	482.492,74	212.519,26
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500.0000.0.000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9124 - Encargos com Inativos e Pensionistas Defensoria Pública	177.426,00	0,00	177.426,00	177.425,28	0,72
3 - DESPESAS CORRENTES	177.426,00	0,00	177.426,00	177.425,28	0,72
500.0000.0.000000	177.426,00	0,00	177.426,00	177.425,28	0,72



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR PROJETO-ATIVIDADE-OPERAÇÕES ESPECIAIS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:09
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
9277 - Encargos Especiais Defensoria Pública do Paraná	1.814.697,00	0,00	1.814.697,00	1.814.696,29	0,71
3 - DESPESAS CORRENTES	1.814.697,00	0,00	1.814.697,00	1.814.696,29	0,71
500.0000.0.000000	1.814.697,00	0,00	1.814.697,00	1.814.696,29	0,71
Total	148.192.434,00	0,00	148.192.434,00	147.979.908,17	212.525,83

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até 13/2025

Emitido em: 16/03/26 11:09
R\$ 1,00

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	
Restos a Pagar Processados	120.196	305.648	120.195	1	305.648
Restos a Pagar Não Processados	124.678	176.695	60.778	26.900	213.695
Total Restos a Pagar	244.874	482.343	180.973	26.901	519.343
Valores Restituíveis	21.425	27.357.295	27.320.948	0	57.772
Outras Obrigações	0	0	0	0	0
Transferências Fiscais a Pagar	0	0	0	0	0
Total	21.425	27.357.295	27.320.948	0	57.772
Total Geral	266.299	27.839.637	27.501.921	26.901	577.114

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65

ÓRGÃO: / Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Ano de Empenho	Nome Credor	CNPJ/CPF	Dt Contábil	Nº Empenho	Natureza Despesa	Projeto Atividade	Fonte	Em Liqu. + Liquidar	Processado
07 - Defensoria Pública do Estado do Paraná								213.694,90	305.647,67
070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ								213.694,90	305.647,67
0701 - Defensoria Pública								213.694,90	305.647,67
2024	PAGAMENTO FOLHA DE ESTAGIARIOS	CE0000001	04/12/2024	2024NE000417	33903606	8008	700.0000.1.000107	30.000,00	0,00
2024	PAGAMENTO FOLHA DE ESTAGIARIOS	CE0000001	04/12/2024	2024NE000418	33904907	8008	700.0000.1.000107	7.000,00	0,00
2025	BANCO DO BRASIL S.A	000000000000191	11/07/2025	2025NE000157	33903981	8008	500.0000.0.000000	45,54	0,00
2025	BANCO DO BRASIL S.A	000000000000191	11/12/2025	2025NE000308	33903981	8008	500.0000.0.000000	100,00	0,00
2025	FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DO PARANA	17577996000103	24/11/2025	2025NE000299	31911310	8008	500.0000.0.000000	0,01	0,00
2025	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29979036000140	25/08/2025	2025NE000186	31900431	8008	700.0000.1.000107	1.002,68	0,00
2025	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29979036000140	23/09/2025	2025NE000215	31900431	8008	700.0000.1.000107	0,56	0,00
2025	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29979036000140	25/11/2025	2025NE000303	31900431	8008	700.0000.1.000107	1,00	0,00
2025	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29979036000140	12/12/2025	2025NE000307	31901301	8008	500.0000.0.000000	0,00	211.270,79
2025	MAIS ESTÁGIOS LTDA	28306309000123	22/01/2025	2025NE000007	33903905	8008	700.0000.1.000107	1.345,72	0,00
2025	MAIS ESTÁGIOS LTDA	28306309000123	06/06/2025	2025NE000132	33903905	8008	700.0000.1.000107	1.022,70	0,00
2025	MAIS ESTÁGIOS LTDA	28306309000123	29/08/2025	2025NE000208	33903905	8008	700.0000.1.000107	65,03	0,00
2025	MINISTERIO DA FAZENDA	00394460005887	02/04/2025	2025NE000091	33904701	9277	500.0000.0.000000	2.131,46	0,00

ÓRGÃO: / Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Ano de Empenho	Nome Credor	CNPJ/CPF	Dt Contábil	Nº Empenho	Natureza Despesa	Projeto Atividade	Fonte	Em Liqu. + Liquidar	Processado
2025	PAGAMENTO DE FOLHA DEFENSORIA	PF0000006	12/12/2025	2025NE000309	31901161	8008	500.0000.0.000000	0,00	94.376,88
2025	PAGAMENTO FOLHA DE ESTAGIARIOS	CE0000001	21/01/2025	2025NE000004	33903607	8008	700.0000.1.000107	90.226,80	0,00
2025	PAGAMENTO FOLHA DE ESTAGIARIOS	CE0000001	21/01/2025	2025NE000005	33904907	8008	700.0000.1.000107	23.760,00	0,00
2025	PAGAMENTO FOLHA DE ESTAGIARIOS	CE0000001	11/06/2025	2025NE000133	33903607	8008	700.0000.1.000107	45.113,40	0,00
2025	PAGAMENTO FOLHA DE ESTAGIARIOS	CE0000001	11/06/2025	2025NE000134	33904907	8008	700.0000.1.000107	1.880,00	0,00
2025	PAGAMENTO FOLHA DE ESTAGIARIOS	CE0000001	13/12/2025	2025NE000322	33903607	8008	700.0000.1.000107	10.000,00	0,00

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65

Balancete

Encerrado até Dezembro

Emitido em: 16/03/26 12:00

Identificação					
Unidade Gestora	Mês	Saldos Zerados?		Valor	
070000 - Defensoria Pública do Estado do Paraná	12/2025	Não		Acumulado	
Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
10000000 - ATIVO	19.592.208,37	572.968.520,28	535.106.770,28	57.453.958,37	D
11000000 - ATIVO CIRCULANTE	3.026.400,92	519.605.732,34	520.830.840,13	1.801.293,13	D
11100000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.734.623,66	514.875.549,99	516.181.187,03	1.428.986,62	D
11110000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.713.198,68	511.169.506,99	512.511.490,75	1.371.214,92	D
111110000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	2.713.198,68	511.169.506,99	512.511.490,75	1.371.214,92	D
111115000 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	2.713.114,56	148.402.767,47	149.744.667,11	1.371.214,92	D
111300000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUÍVEIS E VINCULADOS	21.424,98	3.706.043,00	3.669.696,28	57.771,70	D
111310000 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	21.424,98	3.706.043,00	3.669.696,28	57.771,70	D
111310400 - DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	18.724,05	10.479,48	9.260,29	19.943,24	D
111310600 - OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	2.700,93	3.695.563,52	3.660.435,99	37.828,46	D
115000000 - ESTOQUES	291.777,26	515.944,12	435.414,87	372.306,51	D
115600000 - ALMOXARIFADO	291.777,26	515.944,12	435.414,87	372.306,51	D
115610000 - ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	291.777,26	515.944,12	435.414,87	372.306,51	D
115610100 - MATERIAL DE CONSUMO	99.320,09	323.860,52	322.801,78	100.378,83	D
115610200 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	15.641,95	123.452,24	52.761,43	86.332,76	D
115610300 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	8.031,94	427,06	3.269,32	5.189,68	D
115610500 - MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	1.497,42	0,00	0,00	1.497,42	D
115610600 - MATERIAIS GRÁFICOS	38.044,55	1.849,90	7.443,29	32.451,16	D
115610700 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	129.241,31	49.257,89	48.540,54	129.958,66	D
115611700 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	17.096,51	598,51	16.498,00	D
120000000 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.565.807,45	53.362.787,94	14.275.930,15	55.652.665,24	D
123000000 - IMOBILIZADO	11.695.554,87	50.601.858,11	10.625.905,41	51.671.507,57	D
123100000 - BENS MOVEIS	20.799.602,64	11.339.858,71	3.393.926,53	28.745.534,82	D
123110000 - BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	20.799.602,64	11.339.858,71	3.393.926,53	28.745.534,82	D
123110100 - MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	539.259,88	504.402,91	84.139,77	959.523,02	D
123110101 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	346,00	0,00	0,00	346,00	D
123110102 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	45.224,27	0,34	31,95	45.192,66	D
123110103 - APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	0,00	46.667,70	0,00	46.667,70	D
123110104 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	296,00	0,00	0,00	296,00	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
123110105 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.844,63	0,00	0,00	1.844,63	D
123110107 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	154.344,72	64.983,30	1.335,88	217.992,14	D
123110108 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	2.598,47	0,00	0,00	2.598,47	D
123110109 - MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	122,82	0,00	0,00	122,82	D
123110121 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	49.538,52	0,00	0,00	49.538,52	D
123110199 - OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	284.944,45	392.751,57	82.771,94	594.924,08	D
123110200 - BENS DE INFORMÁTICA	9.752.608,22	9.372.247,13	183.182,99	18.941.672,36	D
123110201 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.752.608,22	9.372.247,13	183.182,99	18.941.672,36	D
123110300 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.303.569,72	1.325.202,36	1.867.414,51	7.761.357,57	D
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	357.702,07	52.716,54	73.135,18	337.283,43	D
123110302 - MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	61.486,57	0,00	0,00	61.486,57	D
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	7.884.381,08	1.272.485,82	1.794.279,33	7.362.587,57	D
123110400 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	136.053,75	13.800,00	4.176,65	145.677,10	D
123110402 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	8.931,07	0,00	0,00	8.931,07	D
123110405 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	127.122,68	13.800,00	4.176,65	136.746,03	D
123110500 - VEÍCULOS	1.102.161,30	45.500,26	210.531,00	937.130,56	D
123110501 - VEÍCULOS EM GERAL	31.604,30	5.526,26	0,00	37.130,56	D
123110503 - VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	1.070.557,00	39.974,00	210.531,00	900.000,00	D
123110800 - BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	174,21	0,00	0,00	174,21	D
123110801 - ESTOQUE INTERNO	174,21	0,00	0,00	174,21	D
123200000 - BENS IMÓVEIS	447.549,98	34.773.116,77	868.050,58	34.352.616,17	D
123210000 - BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	447.549,98	34.773.116,77	868.050,58	34.352.616,17	D
123210100 - BENS DE USO ESPECIAL	0,00	33.291.404,98	0,00	33.291.404,98	D
123210103 - EDIFÍCIOS	0,00	33.291.404,98	0,00	33.291.404,98	D
123210700 - INSTALAÇÕES	0,00	1.139.917,24	78.706,05	1.061.211,19	D
123800000 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	9.551.597,75	4.488.882,63	6.363.928,30	11.426.643,42	C
123810000 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	9.551.597,75	4.488.882,63	6.363.928,30	11.426.643,42	C
123810100 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	9.419.335,05	4.356.619,93	6.363.928,30	11.426.643,42	C
123810101 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	102.090,99	163.962,79	318.972,83	257.101,03	C
123810102 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	4.086.052,96	599.423,56	2.636.953,24	6.123.582,64	C
123810103 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.963.683,93	2.833.051,53	2.760.922,23	4.891.554,63	C
123810104 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	27.356,17	33.689,25	49.212,63	42.879,55	C
123810105 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	239.879,07	593.263,83	464.910,33	111.525,57	C
124000000 - INTANGÍVEL	4.870.252,58	2.760.929,83	3.650.024,74	3.981.157,67	D
124100000 - SOFTWARES	4.924.912,97	2.760.626,51	3.510.058,55	4.175.480,93	D
124110000 - SOFTWARES- CONSOLIDAÇÃO	4.924.912,97	2.760.626,51	3.510.058,55	4.175.480,93	D
124110100 - SOFTWARES	1.792.572,64	216.223,22	190.465,00	1.818.330,86	D
124110200 - SOFTWARES EM DESENVOLVIMENTO	3.132.340,33	2.544.403,29	3.319.593,55	2.357.150,07	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
124800000 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	54.660,39	303,32	139.966,19	194.323,26	C
124810000 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA- CONSOLIDAÇÃO	54.660,39	303,32	139.966,19	194.323,26	C
124810100 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES	54.660,39	303,32	139.966,19	194.323,26	C
200000000 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.592.208,37	1.633.054.141,63	1.633.024.767,94	19.562.834,68	C
210000000 - PASSIVO CIRCULANTE	954.098,65	356.799.798,66	356.740.127,52	894.427,51	C
211000000 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	763.790,08	286.821.265,07	286.602.103,85	544.628,86	C
211100000 - PESSOAL A PAGAR	712.527,31	248.624.089,28	248.244.920,04	333.358,07	C
211110000 - PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	712.527,31	248.624.089,28	248.244.920,04	333.358,07	C
211110100 - PESSOAL A PAGAR	712.527,31	248.624.089,28	248.244.920,04	333.358,07	C
211110103 - FÉRIAS	712.527,31	20.167.844,84	19.788.675,60	333.358,07	C
211400000 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	51.262,77	13.623.707,02	13.783.715,04	211.270,79	C
211430000 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	51.262,77	1.585.292,54	1.745.300,56	211.270,79	C
211430100 - CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	51.262,77	1.585.292,54	1.745.300,56	211.270,79	C
211430101 - CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	51.262,77	1.585.292,54	1.745.300,56	211.270,79	C
218000000 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	190.308,57	69.474.429,51	69.633.919,59	349.798,65	C
218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS	90.358,46	69.474.429,51	69.536.219,63	152.148,58	C
218810000 - VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	21.424,98	49.813.312,84	49.849.659,56	57.771,70	C
218810400 - DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	18.724,05	9.260,29	10.479,48	19.943,24	C
218810401 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	18.724,05	9.260,29	10.479,48	19.943,24	C
218819900 - OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	2.700,93	3.660.435,99	3.695.563,52	37.828,46	C
218819903 - VALORES RESTITUÍVEIS - CARTÃO CORPORATIVO	0,00	781.366,64	819.195,10	37.828,46	C
218830000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	68.933,48	2.003.954,46	2.029.397,86	94.376,88	C
218830100 - CONSIGNAÇÕES	68.933,48	2.003.954,46	2.029.397,86	94.376,88	C
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	68.933,48	2.003.954,46	2.029.397,86	94.376,88	C
218900000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	99.950,11	0,00	97.699,96	197.650,07	C
218930000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO- INTER OFSS - UNIÃO	99.950,11	0,00	97.699,96	197.650,07	C
218930400 - OBRIGAÇÕES COM TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	99.950,11	0,00	97.699,96	197.650,07	C
230000000 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.638.109,72	1.276.254.342,97	1.276.284.640,42	18.668.407,17	C
237000000 - RESULTADOS ACUMULADOS	18.638.109,72	1.276.254.342,97	1.276.284.640,42	18.668.407,17	C
237100000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	18.638.109,72	1.276.254.342,97	1.276.284.640,42	18.668.407,17	C
237110000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-632.653.563,18	327.045.690,89	981.773.568,76	22.074.314,69	C
237110200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-524.446.675,22	216.413.775,92	762.904.468,38	22.044.017,24	C
237110300 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-226.784,66	2.651.811,67	2.908.893,78	30.297,45	C
237130000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-3.335.132,78	4.289.077,26	4.289.077,26	-3.335.132,78	C
237130200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.905.440,36	2.859.384,84	1.429.692,42	-3.335.132,78	C
237140000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-69.821,14	0,00	0,00	-69.821,14	C
237140200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-69.821,14	0,00	0,00	-69.821,14	C
237150000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-953,60	0,00	0,00	-953,60	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
237150200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-953,60	0,00	0,00	-953,60	C
300000000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	306.357.919,10	106.300.300,10	200.057.619,00	D
310000000 - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	238.684.132,84	98.048.955,86	140.635.176,98	D
311000000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00	210.908.317,51	94.851.632,64	116.056.684,87	D
311100000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	191.191.599,68	85.867.636,16	105.323.963,52	D
311110000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	191.191.599,68	85.867.636,16	105.323.963,52	D
311110100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	189.693.883,39	85.680.330,30	104.013.553,09	D
311110101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	40.834.971,69	17.047.414,41	23.787.557,28	D
311110104 - ABONO DE PERMANÊNCIA	0,00	117.365,86	50.044,32	67.321,54	D
311110114 - GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	0,00	53.350,56	29.639,20	23.711,36	D
311110116 - GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	0,00	14.235.901,12	6.065.733,98	8.170.167,14	D
311110119 - GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS	0,00	753.155,68	243.527,87	509.627,81	D
311110121 - FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	14.913.156,19	7.385.995,43	7.527.160,76	D
311110122 - 13. SALÁRIO	0,00	6.526.554,58	6.500.199,35	26.355,23	D
311110124 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	2.772.815,77	1.964.967,61	807.848,16	D
311110131 - SUBSÍDIOS	0,00	108.372.553,08	46.083.982,18	62.288.570,90	D
311110132 - GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO	0,00	65.206,24	17.783,52	47.422,72	D
311110199 - OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RPPS	0,00	1.048.852,62	291.042,43	757.810,19	D
311110200 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	1.497.716,29	187.305,86	1.310.410,43	D
311110299 - OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	0,00	1.497.716,29	187.305,86	1.310.410,43	D
311200000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	0,00	19.716.717,83	8.983.996,48	10.732.721,35	D
311210000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	19.716.717,83	8.983.996,48	10.732.721,35	D
311210100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	0,00	19.381.004,00	8.868.560,25	10.512.443,75	D
311210101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	17.307.353,90	7.559.146,75	9.748.207,15	D
311210119 - GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS	0,00	439.416,86	179.100,33	260.316,53	D
311210121 - FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	511.690,38	248.435,05	263.255,33	D
311210122 - 13. SALÁRIO	0,00	748.601,09	695.112,37	53.488,72	D
311210124 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	373.941,77	186.765,75	187.176,02	D
311210400 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	335.713,83	115.436,23	220.277,60	D
311210401 - SALÁRIO CONTRATO TEMPORÁRIO - LEI 8.745/93	0,00	157.927,79	33.593,89	124.333,90	D
311210403 - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE CONTR. TEMPORÁRIO	0,00	59.841,72	21.435,84	38.405,88	D
311210413 - 13º SALÁRIO CONTRATO TEMPORÁRIO	0,00	48.380,66	35.133,60	13.247,06	D
311210414 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	35.879,05	21.286,76	14.592,29	D
311210426 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RGPS	0,00	33.684,61	3.986,14	29.698,47	D
312000000 - ENCARGOS PATRONAIS	0,00	13.276.915,98	81.711,35	13.195.204,63	D
312100000 - ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	0,00	9.747.588,71	46.685,26	9.700.903,45	D
312120000 - ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	0,00	9.747.588,71	46.685,26	9.700.903,45	D
312120100 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	0,00	9.747.588,71	46.685,26	9.700.903,45	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
312200000 - ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00	1.755.510,50	35.026,09	1.720.484,41	D
312230000 - ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	1.755.510,50	35.026,09	1.720.484,41	D
312230100 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	0,00	1.755.510,50	35.026,09	1.720.484,41	D
312500000 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	0,00	1.773.816,77	0,00	1.773.816,77	D
312510000 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.773.816,77	0,00	1.773.816,77	D
312510300 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PREVIDÊNCIA PRIVADA	0,00	1.773.816,77	0,00	1.773.816,77	D
313000000 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	10.549.022,08	2.176.128,85	8.372.893,23	D
313100000 - BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	0,00	7.020.998,72	1.800.576,08	5.220.422,64	D
313110000 - BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	7.020.998,72	1.800.576,08	5.220.422,64	D
313110100 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - RPPS	0,00	4.824.316,72	1.241.352,08	3.582.964,64	D
313110200 - AUXÍLIO TRANSPORTE - RPPS	0,00	2.196.682,00	559.224,00	1.637.458,00	D
313200000 - BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	0,00	3.528.023,36	375.552,77	3.152.470,59	D
313210000 - BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.528.023,36	375.552,77	3.152.470,59	D
313210100 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - RGPS	0,00	2.343.971,36	220.956,77	2.123.014,59	D
313210200 - AUXÍLIO TRANSPORTE - RGPS	0,00	1.184.052,00	154.596,00	1.029.456,00	D
319000000 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.949.877,27	939.483,02	3.010.394,25	D
319100000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	3.889.956,70	939.483,02	2.950.473,68	D
319110000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.889.956,70	939.483,02	2.950.473,68	D
319110100 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	3.889.956,70	939.483,02	2.950.473,68	D
319200000 - PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES	0,00	59.920,57	0,00	59.920,57	D
319220000 - PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES - INTRA OFSS	0,00	59.920,57	0,00	59.920,57	D
319220100 - PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	59.920,57	0,00	59.920,57	D
320000000 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	8.248.955,62	1.701.769,10	6.547.186,52	D
329000000 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	8.248.955,62	1.701.769,10	6.547.186,52	D
329900000 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	8.248.955,62	1.701.769,10	6.547.186,52	D
329910000 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	8.086.080,82	1.657.348,70	6.428.732,12	D
329910100 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	86.926,72	29.613,60	57.313,12	D
329919900 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	7.999.154,10	1.627.735,10	6.371.419,00	D
329920000 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - INTRA OFSS	0,00	162.874,80	44.420,40	118.454,40	D
329920100 - BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	162.874,80	44.420,40	118.454,40	D
330000000 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.078.308,31	3.977,95	3.074.330,36	D
331000000 - USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	262.579,59	463,10	262.116,49	D
331100000 - CONSUMO DE MATERIAL	0,00	262.579,59	463,10	262.116,49	D
331110000 - CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	262.579,59	463,10	262.116,49	D
331110600 - GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	52.761,43	0,00	52.761,43	D
331111600 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	48.032,73	319,20	47.713,53	D
331111700 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	528,51	0,00	528,51	D
331111900 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	0,00	3.092,47	0,00	3.092,47	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
331112100 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	28.356,14	0,00	28.356,14	D
331112200 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	101.610,16	0,00	101.610,16	D
331112400 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E INSTALAÇÕES	0,00	3.269,32	0,00	3.269,32	D
331112500 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	0,00	15.168,72	0,00	15.168,72	D
331112600 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	1.782,07	0,00	1.782,07	D
331112800 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	0,00	29,85	0,00	29,85	D
331114100 - MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	0,00	7.443,29	143,90	7.299,39	D
331114400 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	0,00	504,90	0,00	504,90	D
332000000 - SERVIÇOS	0,00	2.481,86	502,75	1.979,11	D
332300000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.481,86	502,75	1.979,11	D
332310000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	2.481,86	502,75	1.979,11	D
332313200 - SERVIÇOS BANCARIOS	0,00	1.483,72	29,26	1.454,46	D
332315100 - SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	0,00	998,14	473,49	524,65	D
333000000 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	2.813.246,86	3.012,10	2.810.234,76	D
333100000 - DEPRECIÇÃO	0,00	2.761.588,65	2.708,78	2.758.879,87	D
333110000 - DEPRECIÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	2.761.588,65	2.708,78	2.758.879,87	D
333110100 - DEPRECIÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	2.761.588,65	2.708,78	2.758.879,87	D
333110101 - DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	2.761.588,65	2.708,78	2.758.879,87	D
333200000 - AMORTIZAÇÃO	0,00	51.658,21	303,32	51.354,89	D
333210000 - AMORTIZAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	51.658,21	303,32	51.354,89	D
333210200 - AMORTIZAÇÃO DE INTANGÍVEL	0,00	51.658,21	303,32	51.354,89	D
340000000 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	181.193,61	0,00	181.193,61	D
342000000 - JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	181.193,61	0,00	181.193,61	D
342300000 - JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	181.193,61	0,00	181.193,61	D
342310000 - JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	181.193,61	0,00	181.193,61	D
342319900 - OUTROS ENCARGOS DE MORA	0,00	181.193,61	0,00	181.193,61	D
342319901 - OUTROS ENCARGOS S/ SERVIÇOS TERCEIROS	0,00	181.193,61	0,00	181.193,61	D
350000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	52.816.750,72	6.545.597,19	46.271.153,53	D
351000000 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	52.720.421,37	6.545.379,42	46.175.041,95	D
351100000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	47.276.073,02	5.286.320,09	41.989.752,93	D
351120000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	47.276.073,02	5.286.320,09	41.989.752,93	D
351120200 - REPASSE CONCEDIDO	0,00	47.276.073,02	5.286.320,09	41.989.752,93	D
351200000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	11.176,64	5.588,32	5.588,32	D
351220000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	11.176,64	5.588,32	5.588,32	D
351220200 - TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	11.176,64	5.588,32	5.588,32	D
351220204 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	0,00	5.588,32	0,00	5.588,32	D
351300000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	5.433.171,71	1.253.471,01	4.179.700,70	D
351320000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS	0,00	5.433.171,71	1.253.471,01	4.179.700,70	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
351320100 - FUNDO EM REPARTIÇÃO	0,00	5.431.386,43	1.253.343,49	4.178.042,94	D
351320101 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	5.431.386,43	1.253.343,49	4.178.042,94	D
351320200 - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00	1.785,28	127,52	1.657,76	D
351320202 - RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - APORTES PERIÓDICOS	0,00	1.785,28	127,52	1.657,76	D
352000000 - TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	96.329,35	217,77	96.111,58	D
352400000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	96.329,35	217,77	96.111,58	D
352450000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	0,00	96.329,35	217,77	96.111,58	D
352450100 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	0,00	96.329,35	217,77	96.111,58	D
352450104 - DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS - INTER MUNICÍPIOS	0,00	96.329,35	217,77	96.111,58	D
360000000 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	3.337.547,02	0,00	3.337.547,02	D
361000000 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	205.206,69	0,00	205.206,69	D
361100000 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	205.206,69	0,00	205.206,69	D
361110000 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	205.206,69	0,00	205.206,69	D
361110100 - REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	205.206,69	0,00	205.206,69	D
361110101 - REAVALIAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,00	1.330,56	0,00	1.330,56	D
361110102 - REAVALIAÇÃO DE BENS DE INFORMÁTICA	0,00	182.505,13	0,00	182.505,13	D
361110103 - REAVALIAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	21.371,00	0,00	21.371,00	D
365000000 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	3.132.340,33	0,00	3.132.340,33	D
365100000 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	3.132.340,33	0,00	3.132.340,33	D
365110000 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.132.340,33	0,00	3.132.340,33	D
365110800 - DESINCORPORAÇÃO DE INTANGÍVEL	0,00	3.132.340,33	0,00	3.132.340,33	D
370000000 - TRIBUTÁRIAS	0,00	11.030,98	0,00	11.030,98	D
372000000 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	11.030,98	0,00	11.030,98	D
372100000 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	11.030,98	0,00	11.030,98	D
372130000 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	11.030,98	0,00	11.030,98	D
372130200 - PIS/PASEP	0,00	11.030,98	0,00	11.030,98	D
400000000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	1.353.968,34	239.302.711,03	237.948.742,69	C
440000000 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	465,03	987.302,96	986.837,93	C
445000000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	465,03	987.302,96	986.837,93	C
445100000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	465,03	987.302,96	986.837,93	C
445110000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	465,03	987.302,96	986.837,93	C
445119900 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DIVERSOS	0,00	465,03	987.302,96	986.837,93	C
450000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	1.351.645,67	238.269.130,82	236.917.485,15	C
451000000 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	1.351.645,67	238.269.111,22	236.917.465,55	C
451100000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	922.472,84	192.342.285,75	191.419.812,91	C
451120000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	922.472,84	192.342.285,75	191.419.812,91	C
451120200 - REPASSE RECEBIDO	0,00	922.472,84	192.342.285,75	191.419.812,91	C
451200000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	112.594,52	45.610.247,16	45.497.652,64	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
451220000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	112.594,52	45.610.247,16	45.497.652,64	C
451220200 - TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	112.594,52	45.610.247,16	45.497.652,64	C
451220201 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	32.939.955,00	32.939.955,00	C
451220203 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	0,00	50.000,00	9.915.577,78	9.865.577,78	C
451220208 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS DE ATIVO INTANGÍVEL	0,00	2.253,22	2.356.191,51	2.353.938,29	C
451220299 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	60.341,30	398.522,87	338.181,57	C
459000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	19,60	19,60	C
459100000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	19,60	19,60	C
459110000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	19,60	19,60	C
459110100 - DOAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	19,60	19,60	C
460000000 - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	44.419,61	44.419,61	C
463000000 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	4.444,57	4.444,57	C
463900000 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	4.444,57	4.444,57	C
463910000 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	4.444,57	4.444,57	C
463910100 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	4.444,57	4.444,57	C
464000000 - GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	1,04	1,04	C
464100000 - GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	1,04	1,04	C
464130000 - GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	0,00	1,04	1,04	C
464130100 - CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	1,04	1,04	C
466000000 - REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO	0,00	0,00	39.974,00	39.974,00	C
466100000 - REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	0,00	39.974,00	39.974,00	C
466110000 - REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	39.974,00	39.974,00	C
466110100 - REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	39.974,00	39.974,00	C
466110105 - REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	39.974,00	39.974,00	C
500000000 - CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	244.873,77	390.752.567,99	93.065.128,25	297.932.313,51	D
520000000 - ORÇAMENTO APROVADO	0,00	390.025.351,65	92.820.254,48	297.205.097,17	D
521000000 - PREVISÃO DA RECEITA	0,00	1.032.755,00	0,00	1.032.755,00	D
521100000 - PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	0,00	180.737,00	0,00	180.737,00	D
521110000 - PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	180.737,00	0,00	180.737,00	D
521200000 - ALTERAÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA	0,00	852.018,00	0,00	852.018,00	D
521210000 - PREVISÃO ADICIONAL DA RECEITA	0,00	852.018,00	0,00	852.018,00	D
521210100 - REESTIMATIVA	0,00	852.018,00	0,00	852.018,00	D
522000000 - FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00	388.992.596,65	92.820.254,48	296.172.342,17	D
522100000 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	208.477.577,00	60.285.143,00	148.192.434,00	D
522110000 - DOTAÇÃO INICIAL	0,00	122.468.751,00	0,00	122.468.751,00	D
522110100 - CRÉDITO INICIAL	0,00	122.468.751,00	0,00	122.468.751,00	D
522120000 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	0,00	21.760.040,00	0,00	21.760.040,00	D
522120100 - CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00	21.760.040,00	0,00	21.760.040,00	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
522120101 - CRÉDITO SUPLEMENTAR	0,00	21.760.040,00	0,00	21.760.040,00	D
522130100 - SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	2.102.969,00	0,00	2.102.969,00	D
522130101 - SUPERAVIT FINANCEIRO - SUPLEMENTAR	0,00	2.102.969,00	0,00	2.102.969,00	D
522130200 - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00	852.018,00	0,00	852.018,00	D
522130201 - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - SUPLEMENTAR	0,00	852.018,00	0,00	852.018,00	D
522130300 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	0,00	18.805.053,00	0,00	18.805.053,00	D
522130301 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO - SUPLEMENTAR	0,00	18.805.053,00	0,00	18.805.053,00	D
522130900 - (-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	0,00	18.805.053,00	18.805.053,00	C
522130901 - (-) CANCELAMENTO DE DOTACOES	0,00	0,00	18.805.053,00	18.805.053,00	C
522139900 - VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00	18.805.053,00	21.760.040,00	-2.954.987,00	D
522190000 - CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00	23.683.693,00	19.720.050,00	3.963.643,00	D
522190100 - ALTERAÇÃO DO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA	0,00	23.378.696,00	610.000,00	22.768.696,00	D
522190101 - ACRÉSCIMO REMANEJAMENTO	0,00	23.378.696,00	0,00	23.378.696,00	D
522190109 - (-) REDUÇÃO REMANEJAMENTO	0,00	0,00	610.000,00	610.000,00	C
522190201 - ACRÉSCIMO	0,00	254.997,00	0,00	254.997,00	D
522190209 - (-) REDUÇÃO	0,00	0,00	254.997,00	254.997,00	C
522190210 - ACRÉSCIMO TRANSFERÊNCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	D
522190211 - (-) REDUÇÃO TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	C
522190400 - (-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	0,00	18.805.053,00	18.805.053,00	C
522900000 - OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	180.515.019,65	32.535.111,48	147.979.908,17	D
522920000 - EMPENHOS POR EMISSÃO	0,00	180.515.019,65	32.535.111,48	147.979.908,17	D
522920100 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	0,00	180.515.019,65	32.535.111,48	147.979.908,17	D
522920101 - EMISSÃO DE EMPENHOS	0,00	180.515.019,65	0,00	180.515.019,65	D
522920103 - (-) ANULAÇÃO DE EMPENHOS	0,00	0,00	32.535.111,48	32.535.111,48	C
530000000 - INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	244.873,77	727.216,34	244.873,77	727.216,34	D
531000000 - INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	124.677,52	301.372,42	124.677,52	301.372,42	D
531100000 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00	124.677,52	0,00	124.677,52	D
531700000 - RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	124.677,52	176.694,90	124.677,52	176.694,90	D
532000000 - INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	120.196,25	425.843,92	120.196,25	425.843,92	D
532100000 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	0,00	120.196,25	0,00	120.196,25	D
532700000 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	120.196,25	305.647,67	120.196,25	305.647,67	D
600000000 - CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	244.873,77	1.393.286.735,56	1.690.974.175,30	297.932.313,51	C
620000000 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	1.392.773.203,47	1.689.978.300,64	297.205.097,17	C
621000000 - EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00	1.085.467,95	2.118.222,95	1.032.755,00	C
621100000 - RECEITA A REALIZAR	0,00	1.085.002,92	1.033.220,03	-51.782,89	C
621200000 - RECEITA REALIZADA	0,00	465,03	1.085.002,92	1.084.537,89	C
622000000 - EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00	1.391.687.735,52	1.687.860.077,69	296.172.342,17	C
622100000 - DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00	861.299.922,48	1.009.492.356,48	148.192.434,00	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
622110000 - CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	220.672.970,65	220.845.484,48	172.513,83	C
622120000 - CRÉDITO INDISPONÍVEL	0,00	20.397.954,03	20.437.966,03	40.012,00	C
622120200 - CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO	0,00	65,03	40.077,03	40.012,00	C
622120201 - CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO A LIBERAR	0,00	65,03	40.077,03	40.012,00	C
622130000 - CRÉDITO UTILIZADO	0,00	620.228.997,80	768.208.905,97	147.979.908,17	C
622130400 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	9.072.253,82	156.569.819,42	147.497.565,60	C
622130401 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	6.036.898,11	117.398.054,28	111.361.156,17	C
622130402 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO RETIDO PAGO	0,00	3.035.355,71	39.171.765,14	36.136.409,43	C
622130500 - EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	176.694,90	176.694,90	C
622130700 - EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	305.647,67	305.647,67	C
622130701 - EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	211.270,79	211.270,79	C
622130702 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO RETIDO A PAGAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	94.376,88	94.376,88	C
622900000 - OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	530.387.813,04	678.367.721,21	147.979.908,17	C
622920000 - EMISSÃO DE EMPENHO	0,00	530.387.813,04	678.367.721,21	147.979.908,17	C
622920100 - EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	0,00	530.387.813,04	678.367.721,21	147.979.908,17	C
622920101 - EMPENHOS A LIQUIDAR	0,00	272.254.980,12	272.431.675,02	176.694,90	C
622920103 - EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	248.454.559,61	248.760.207,28	305.647,67	C
622920104 - EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	0,00	9.072.253,82	156.569.819,42	147.497.565,60	C
630000000 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	244.873,77	513.532,09	995.874,66	727.216,34	C
631000000 - EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	124.677,52	273.139,59	449.834,49	301.372,42	C
631100000 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	87.677,52	124.677,52	37.000,00	C
631400000 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	60.777,88	60.777,88	C
631410000 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	60.777,88	60.777,88	C
631410100 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	60.777,88	60.777,88	C
631410101 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	60.771,21	60.771,21	C
631410102 - RP NÃO PROCESSADOS RETIDOS PAGOS	0,00	0,00	6,67	6,67	C
631700000 - RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	124.677,52	124.677,52	176.694,90	176.694,90	C
631710000 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	124.677,52	124.677,52	176.694,90	176.694,90	C
631900000 - RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	0,00	0,00	26.899,64	26.899,64	C
631990000 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00	0,00	26.899,64	26.899,64	C
631990100 - CANCELAMENTOS DE RP NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	26.899,64	26.899,64	C
632000000 - EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	120.196,25	240.392,50	546.040,17	425.843,92	C
632200000 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	120.195,21	120.195,21	C
632210000 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	120.195,21	120.195,21	C
632210100 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	120.195,21	120.195,21	C
632210101 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	51.261,73	51.261,73	C
632210102 - RP PROCESSADOS RETIDOS PAGOS	0,00	0,00	68.933,48	68.933,48	C
632700000 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	120.196,25	120.196,25	305.647,67	305.647,67	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
632710000 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	120.196,25	120.196,25	305.647,67	305.647,67	C
632710100 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	120.196,25	120.196,25	305.647,67	305.647,67	C
632710101 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	51.262,77	51.262,77	211.270,79	211.270,79	C
632710102 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - SALDO RETENÇÃO	68.933,48	68.933,48	94.376,88	94.376,88	C
632900000 - RP PROCESSADOS CANCELADOS	0,00	0,00	1,04	1,04	C
632990000 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00	0,00	1,04	1,04	C
632990100 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00	0,00	1,04	1,04	C
632990101 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00	0,00	1,04	1,04	C
700000000 - CONTROLES DEVEDORES	8.832.413,13	685.734.083,99	136.994.618,58	557.571.878,54	D
710000000 - ATOS POTENCIAIS	3.960.462,40	3.288.637,61	3.463.150,33	3.785.949,68	D
711000000 - ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.106.318,15	3.067.778,90	2.553.189,21	3.620.907,84	D
711100000 - GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	18.724,05	929.262,61	918.797,43	29.189,23	D
711110000 - GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	18.724,05	929.262,61	918.797,43	29.189,23	D
711110100 - GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	18.724,05	929.262,61	918.797,43	29.189,23	D
711110105 - CAUÇÕES	18.724,05	10.479,48	14,30	29.189,23	D
711200000 - DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	3.087.594,10	2.138.516,29	1.634.391,78	3.591.718,61	D
711210000 - DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	3.087.594,10	2.138.516,29	1.634.391,78	3.591.718,61	D
711210100 - DIREITOS CONVENIADOS	3.087.594,10	2.138.516,29	1.634.391,78	3.591.718,61	D
712000000 - ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	854.144,25	220.858,71	909.961,12	165.041,84	D
712300000 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	854.144,25	220.858,71	909.961,12	165.041,84	D
712310000 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	854.144,25	220.858,71	909.961,12	165.041,84	D
712310200 - CONTRATOS DE SERVIÇOS	834.516,73	220.858,71	901.961,38	153.414,06	D
712319900 - OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	19.627,52	0,00	7.999,74	11.627,78	D
720000000 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.734.623,66	379.251.596,21	38.660.973,45	343.325.246,42	D
721000000 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.734.623,66	220.037.644,21	27.639.455,45	195.132.812,42	D
721100000 - CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.734.623,66	220.037.644,21	27.639.455,45	195.132.812,42	D
721110000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.647.619,79	215.644.161,25	26.947.023,86	190.344.757,18	D
721120000 - RECURSOS VINCULADOS	1.065.578,89	752.699,96	655.000,00	1.163.278,85	D
721130000 - RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	21.424,98	3.640.783,00	37.431,59	3.624.776,39	D
723000000 - INSCRIÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	0,00	159.213.952,00	11.021.518,00	148.192.434,00	D
723100000 - INSCRIÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	0,00	159.213.952,00	11.021.518,00	148.192.434,00	D
723130000 - CONTROLE DA EXECUÇÃO DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	159.213.952,00	11.021.518,00	148.192.434,00	D
723130100 - CONTROLE DA EXECUÇÃO DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	159.213.952,00	11.021.518,00	148.192.434,00	D
790000000 - OUTROS CONTROLES	2.137.327,07	303.193.850,17	94.870.494,80	210.460.682,44	D
797000000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	2.017.130,82	2.364.139,50	391.380,92	3.989.889,40	D
797100000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	2.017.130,82	2.364.139,50	391.380,92	3.989.889,40	D
797110000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E TRANSFERÊNCIAS	2.017.130,82	2.364.139,50	391.380,92	3.989.889,40	D
797110100 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS	842.516,47	225.623,21	230.670,30	837.469,38	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
797110102 - CONTRATOS DE DESPESA ASSINADOS	931.513,75	225.623,21	230.670,30	926.466,66	D
797110192 - CONTRATOS DE DESPESA EXECUTADOS (CTA REDUTORA)	88.997,28	0,00	0,00	88.997,28	C
797110300 - CONTROLE EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.174.614,35	2.138.516,29	160.710,62	3.152.420,02	D
797110301 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS REGISTRADAS	1.513.962,83	2.000.000,00	160.710,62	3.353.252,21	D
797110302 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS REGISTRADAS - CONTRAPARTIDA	0,00	40.816,33	0,00	40.816,33	D
797110303 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS REGISTRADAS - RENDIMENTOS	99.950,11	97.699,96	0,00	197.650,07	D
797110399 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUTADAS (CTA REDUTORA)	439.298,59	0,00	0,00	439.298,59	C
799000000 - DEMAIS CONTROLES	120.196,25	300.829.710,67	94.479.113,88	206.470.793,04	D
799100000 - OUTROS CONTROLES DIVERSOS	120.196,25	250.087.975,82	93.928.932,31	156.279.239,76	D
799110000 - OUTROS CONTROLES DIVERSOS	0,00	472.963,24	184.166,57	288.796,67	D
799110300 - CONTROLES DE DEA	0,00	472.963,24	184.166,57	288.796,67	D
799110301 - CONTROLE DE DEA	0,00	472.963,24	184.166,57	288.796,67	D
799120000 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	120.196,25	249.615.012,58	93.744.765,74	155.990.443,09	D
799120100 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	120.196,25	239.748.731,34	91.884.741,23	147.984.186,36	D
799120101 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	120.196,25	239.748.731,34	91.884.741,23	147.984.186,36	D
799120200 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO EXTRA	0,00	4.662.375,48	1.095.370,79	3.567.004,69	D
799120201 - CONTROLE DE PDS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	4.662.375,48	1.095.370,79	3.567.004,69	D
799120300 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÕES DE DESEMBOLSO DE TRANSFERÊNCIA	0,00	5.203.905,76	764.653,72	4.439.252,04	D
799120301 - CONTROLE DE PDS DE TRANSFERÊNCIA	0,00	5.203.905,76	764.653,72	4.439.252,04	D
799900000 - DEMAIS CONTROLES	0,00	50.741.734,85	550.181,57	50.191.553,28	D
799990000 - DEMAIS CONTROLES	0,00	50.741.734,85	550.181,57	50.191.553,28	D
799997700 - Controle de Haveres Financeiros	0,00	3.895.802,28	0,00	3.895.802,28	D
799997701 - Registro do Ingresso em Haveres Financeiros	0,00	3.895.802,28	0,00	3.895.802,28	D
799997800 - CONTROLE DA SOLICITAÇÃO DE RECEITA PREVISTA	0,00	852.018,00	0,00	852.018,00	D
799997801 - CONTROLE DA SOLICITAÇÃO DE RECEITA PREVISTA	0,00	852.018,00	0,00	852.018,00	D
799998100 - CONTROLE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PENDENTES	0,00	45.511.572,00	67.839,00	45.443.733,00	D
799998101 - CONTROLE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PENDENTES	0,00	45.511.572,00	67.839,00	45.443.733,00	D
800000000 - CONTROLES CREDORES	8.832.413,13	1.872.610.675,19	2.421.350.140,60	557.571.878,54	C
810000000 - EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	3.960.462,40	5.125.586,06	4.951.073,34	3.785.949,68	C
811000000 - EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.106.318,15	4.076.398,03	4.590.987,72	3.620.907,84	C
811100000 - EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	18.724,05	928.043,42	938.508,60	29.189,23	C
811110000 - EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	18.724,05	928.043,42	938.508,60	29.189,23	C
811110100 - EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	18.724,05	928.043,42	938.508,60	29.189,23	C
811110109 - CAUÇÕES A EXECUTAR	18.724,05	9.260,29	10.479,48	19.943,24	C
811110110 - CAUÇÕES EXECUTADAS	0,00	0,00	9.245,99	9.245,99	C
811200000 - EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	3.087.594,10	3.148.354,61	3.652.479,12	3.591.718,61	C
811210000 - EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	3.087.594,10	3.148.354,61	3.652.479,12	3.591.718,61	C
811210100 - EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	3.087.594,10	3.148.354,61	3.652.479,12	3.591.718,61	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
811210101 - CONVÊNIOS A RECEBER	1.513.962,83	1.513.962,83	2.040.816,33	2.040.816,33	C
811210102 - CONVÊNIOS A COMPROVAR	1.573.631,27	1.634.391,78	1.611.662,79	1.550.902,28	C
812000000 - EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	854.144,25	1.049.188,03	360.085,62	165.041,84	C
812300000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	854.144,25	1.049.188,03	360.085,62	165.041,84	C
812310000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	854.144,25	1.049.188,03	360.085,62	165.041,84	C
812310200 - CONTRATOS DE SERVIÇOS	834.516,73	1.041.188,29	360.085,62	153.414,06	C
812310201 - CONTRATOS DE SERVIÇOS A EXECUTAR	834.516,73	1.040.685,54	221.361,46	15.192,65	C
812310202 - CONTRATOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS	0,00	502,75	2.481,86	1.979,11	C
812310206 - CONTRATOS DE SERVIÇOS EXPIRADOS	0,00	0,00	136.242,30	136.242,30	C
812319900 - OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	19.627,52	7.999,74	0,00	11.627,78	C
812319901 - OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	19.627,52	7.999,74	0,00	11.627,78	C
820000000 - EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.734.623,66	1.195.421.724,24	1.536.012.347,00	343.325.246,42	C
821000000 - EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.734.623,66	924.708.343,11	1.117.106.531,87	195.132.812,42	C
821100000 - EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.734.623,66	924.708.343,11	1.117.106.531,87	195.132.812,42	C
821110000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	2.468.324,91	289.732.575,96	288.116.123,40	851.872,35	C
821110100 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	-23.311.546,06	228.803.366,71	252.593.055,14	478.142,37	C
821110200 - RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.779.870,97	60.929.209,25	35.523.068,26	373.729,98	C
821120000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	124.677,52	272.948.677,13	273.037.694,51	213.694,90	C
821120100 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	124.677,52	272.342.657,64	272.431.675,02	213.694,90	C
821130000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	141.621,23	347.413.398,71	347.635.196,85	363.419,37	C
821130100 - COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	51.262,77	272.189.649,37	272.349.657,39	211.270,79	C
821130200 - COMPROMETIDA POR RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	68.933,48	65.804.733,23	65.830.176,63	94.376,88	C
821130300 - COMPROMETIDA POR DEPÓSITOS E GARANTIAS	21.424,98	3.669.696,28	3.706.043,00	57.771,70	C
821140000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	14.613.691,31	208.317.517,11	193.703.825,80	C
821140100 - UTILIZADA COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	14.230.497,91	200.120.342,60	185.889.844,69	C
821140200 - UTILIZADA COM RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	0,00	0,00	68.933,48	68.933,48	C
821140300 - DEVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS E GARANTIAS	0,00	4.115,94	803.420,50	799.304,56	C
821149900 - DEMAIS UTILIZAÇÕES	0,00	379.077,46	7.324.820,53	6.945.743,07	C
823000000 - EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	0,00	270.713.381,13	418.905.815,13	148.192.434,00	C
823100000 - EXEC DO ÓRGÃO CENTRAL DA PROGR ORÇAMENTÁRIA	0,00	270.713.381,13	418.905.815,13	148.192.434,00	C
823130000 - EXECUÇÃO DAS COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	270.713.381,13	418.905.815,13	148.192.434,00	C
823130200 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A EMPENHAR	0,00	203.168.055,65	203.380.581,48	212.525,83	C
823130600 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	0,00	32.535.111,48	180.515.019,65	147.979.908,17	C
890000000 - OUTROS CONTROLES	2.137.327,07	672.063.364,89	880.386.720,26	210.460.682,44	C
897000000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	2.017.130,82	2.584.173,26	4.556.931,84	3.989.889,40	C
897100000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	2.017.130,82	2.584.173,26	4.556.931,84	3.989.889,40	C
897110000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E TRANSFERÊNCIAS	2.017.130,82	2.584.173,26	4.556.931,84	3.989.889,40	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
897110100 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS	842.516,47	376.240,39	371.193,30	837.469,38	C
897110101 - CONTRATOS EMPENHADOS	4.959,37	7.246,36	4.865,98	2.578,99	C
897110103 - CONTRATOS PAGOS	0,00	0,42	1.979,53	1.979,11	C
897110104 - CONTRATOS ASSINADOS	837.557,10	366.511,33	225.623,21	696.668,98	C
897110107 - CONTRATOS EXPIRADOS	0,00	0,00	136.242,30	136.242,30	C
897110300 - CONTROLE EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.174.614,35	2.207.932,87	4.185.738,54	3.152.420,02	C
897110301 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS REGISTRADAS	1.129.390,89	655.000,00	2.045.460,96	2.519.851,85	C
897110302 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS - RECEITA	0,00	704.665,10	831.496,90	126.831,80	C
897110303 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EMPENHADAS	41.838,46	457.760,73	627.340,16	211.417,89	C
897110305 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PAGAS	0,00	6.400,92	300.719,40	294.318,48	C
899000000 - DEMAIS CONTROLES	120.196,25	669.479.191,63	875.829.788,42	206.470.793,04	C
899100000 - CONTROLES DIVERSOS	120.196,25	618.737.456,78	774.896.500,29	156.279.239,76	C
899110000 - OUTROS CONTROLES	0,00	2.342.132,03	2.630.928,70	288.796,67	C
899110300 - CONTROLE DE DEA	0,00	2.342.132,03	2.630.928,70	288.796,67	C
899110305 - DEA PAGO	0,00	0,00	288.796,67	288.796,67	C
899120000 - CONTROLES DE PDS	120.196,25	616.395.324,75	772.265.571,59	155.990.443,09	C
899120100 - CONTROLES DE PDS	120.196,25	605.506.504,71	753.370.494,82	147.984.186,36	C
899120101 - PDS A EMITIR	51.262,77	306.610.250,01	306.770.258,03	211.270,79	C
899120102 - PDS DE RETENÇÃO A EMITIR	68.933,48	77.692.543,57	77.717.986,97	94.376,88	C
899120105 - PDS PAGAS	0,00	6.036.898,11	117.510.087,22	111.473.189,11	C
899120106 - PDS DE RETENÇÃO PAGAS	0,00	3.035.355,71	39.240.705,29	36.205.349,58	C
899120200 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO EXTRA	0,00	4.792.895,48	8.359.900,17	3.567.004,69	C
899120202 - PDS EXTRAS PAGAS	0,00	65.260,00	3.632.264,69	3.567.004,69	C
899120300 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO DE TRANSFERÊNCIA	0,00	6.095.924,56	10.535.176,60	4.439.252,04	C
899120302 - PDS DE TRANSFERÊNCIAS PAGAS	0,00	446.009,40	4.885.261,44	4.439.252,04	C
899900000 - DEMAIS CONTROLES	0,00	50.741.734,85	100.933.288,13	50.191.553,28	C
899990000 - DEMAIS CONTROLES	0,00	50.741.734,85	100.933.288,13	50.191.553,28	C
899997700 - Controle de Haveres Financeiros	0,00	3.895.802,28	7.791.604,56	3.895.802,28	C
899997702 - Haveres Financeiros - Estorno da inscrição	0,00	0,00	3.891.096,26	3.891.096,26	C
899997703 - Haveres Financeiros - Baixa	0,00	0,00	4.706,02	4.706,02	C
899997800 - CONTROLE DA SOLICITAÇÃO DE RECEITA PREVISTA	0,00	852.018,00	1.704.036,00	852.018,00	C
899997802 - SOLICITAÇÃO DE RECEITA PREVISTA APROVADA	0,00	0,00	852.018,00	852.018,00	C
899998100 - CONTROLE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PENDENTES	0,00	45.511.572,00	90.955.305,00	45.443.733,00	C
899998102 - ACRÉSCIMOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS APROVADOS	0,00	0,00	45.443.733,00	45.443.733,00	C



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Pessoas

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Declaro, para os devidos fins, que o Gestor da Conta da Defensoria Pública do Estado do Paraná no exercício de 2025, Sr. MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, está em dia com a obrigação de apresentação da declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047 de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivada nesta Unidade de Pessoal.

Curitiba, data da assinatura digital.

Daniel de Brito Aragão

DANIEL DE BRITO ARAGÃO

Diretor de Pessoas

Audit trail

Details

FILE NAME Declaração Prestação de Contas - 2026 - 03/03/2026, 11:54.pdf

STATUS ● Signed

STATUS TIMESTAMP 2026/03/03
14:54:50 UTC

Activity



SENT

daniel.aragao@defensoria.pr.def.br **sent** a signature request to:
• Daniel de Brito Aragão (daniel.aragao@defensoria.pr.def.br)

2026/03/03
14:54:19 UTC



SIGNED

Signed by Daniel de Brito Aragão (daniel.aragao@defensoria.pr.def.br)

2026/03/03
14:54:50 UTC



COMPLETED

This document has been signed by all signers and is **complete**

2026/03/03
14:54:50 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:10

R\$ 1,00

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)	180.737,00	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	180.737,00	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	180.737,00	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	180.737,00	1.032.755,00	1.084.537,89	51.782,89
Déficit (VI)	-	-	146.895.370,28	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	180.737,00	1.032.755,00	147.979.908,17	51.782,89



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:10
R\$ 1,00

Anexo XII, da Lei 4.320/64

Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	2.102.969,00	2.102.969,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	2.102.969,00	2.102.969,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:10
R\$ 1,00

Anexo XII, da Lei 4.320/64

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	122.418.751,00	148.192.434,00	147.979.908,17	147.803.213,27	147.497.565,60	212.525,83
Pessoal e Encargos Sociais	112.438.661,00	132.675.437,00	132.637.483,89	132.636.479,64	132.330.831,97	37.953,11
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.980.090,00	15.516.997,00	15.342.424,28	15.166.733,63	15.166.733,63	174.572,72
Despesas de Capital (IX)	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	122.468.751,00	148.192.434,00	147.979.908,17	147.803.213,27	147.497.565,60	212.525,83
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:10

R\$ 1,00

Anexo XII, da Lei 4.320/64

Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	122.468.751,00	148.192.434,00	147.979.908,17	147.803.213,27	147.497.565,60	212.525,83
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	122.468.751,00	148.192.434,00	147.979.908,17	147.803.213,27	147.497.565,60	212.525,83
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:11
R\$ 1,00

Anexo XII, da Lei 4.320/64

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
Despesas Correntes	0,00	124.677,52	60.777,88	60.777,88	26.899,64	37.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	63.186,07	59.920,57	59.920,57	3.265,50	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	61.491,45	857,31	857,31	23.634,14	37.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	124.677,52	60.777,88	60.777,88	26.899,64	37.000,00

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:11
R\$ 1,00

Anexo XII, da Lei 4.320/64

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)= (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
Despesas Correntes	0,00	120.196,25	120.195,21	1,04	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	120.196,25	120.195,21	1,04	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	120.196,25	120.195,21	1,04	-0,00

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO FINANCEIRO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:12
R\$ 1,00

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

INGRESSOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)	1.084.537,89	1.247.075,64
Recursos Não Vinculados	986.837,93	1.147.021,09
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	97.699,96	100.054,55
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	97.699,96	100.054,55
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	191.419.812,91	216.190.304,05
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	191.419.812,91	216.190.304,05
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	0,00	0,00
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Recebimentos Extra-orçamentários (IV)	4.188.385,57	3.165.341,49
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	176.694,90	124.677,52
Inscrição em Restos a Pagar Processados	305.647,67	120.196,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.706.043,00	2.920.467,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (V)	2.734.623,66	16.436.089,74
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	2.713.198,68	16.436.089,74
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (CEC)	21.424,98	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	199.427.360,03	237.038.810,92



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO FINANCEIRO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:12
R\$ 1,00

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

DISPÊNDIOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesas Orçamentárias (VII)	147.979.908,17	121.972.744,02
Recursos Não Vinculados	147.497.415,43	121.479.407,18
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	482.492,74	493.336,84
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	482.492,74	493.336,84
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	46.167.795,87	107.691.072,96
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	41.989.752,93	104.109.668,01
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para RPPS	4.178.042,94	3.581.404,95
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para RGPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	0,00	0,00
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)	3.850.669,37	4.640.370,28
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	60.777,88	1.680.476,24
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	51.261,73	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.669.696,28	2.959.894,04
Outros Pagamentos Extraorçamentários	68.933,48	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	1.428.986,62	2.734.623,66
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	1.371.214,92	2.713.198,68
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (CEC)	57.771,70	21.424,98
TOTAL (X) = (VII+VIII+IX+X+XI)	199.427.360,03	237.038.810,92

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:13
R\$ 1,00

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
Recursos Não Vinculados	986.837,93	0,00	986.837,93	1.147.021,09	0,00	1.147.021,09
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	97.699,96	0,00	97.699,96	100.054,55	0,00	100.054,55
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	97.699,96	0,00	97.699,96	100.054,55	0,00	100.054,55
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.084.537,89	0,00	1.084.537,89	1.247.075,64	0,00	1.247.075,64

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até 13/2025

Emitido em: 16/03/26 11:14
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.428.986,62	2.734.623,66
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	372.306,51	291.777,26
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	1.801.293,13	3.026.400,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	51.671.507,57	11.695.554,87
Intangível	3.981.157,67	4.870.252,58
Total do Ativo Não Circulante	55.652.665,24	16.565.807,45
TOTAL DO ATIVO	57.453.958,37	19.592.208,37



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até 13/2025

Emitido em: 16/03/26 11:14
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	544.628,86	763.790,08
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais de Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	349.798,65	190.308,57
Total do Passivo Circulante	894.427,51	954.098,65
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	56.559.530,86	18.638.109,72
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	56.559.530,86	18.638.109,72
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.453.958,37	19.592.208,37

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até 13/2025

Emitido em: 16/03/26 11:16
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	19.943,24	18.724,05
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	3.591.718,61	3.087.594,10
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	3.611.661,85	3.106.318,15
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	26.820,43	854.144,25
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até 13/2025

Emitido em: 16/03/26 11:16
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total dos Atos Potenciais Passivos	26.820,43	854.144,25

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até 13/2025

Emitido em: 16/03/26 11:15
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	1.428.986,62	2.734.623,66
Ativo Permanente	56.024.971,75	16.857.584,71
Total do Ativo	57.453.958,37	19.592.208,37
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	577.114,27	266.298,75
Passivo Permanente	531.008,14	812.477,42
Total do Passivo	1.108.122,41	1.078.776,17
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	56.345.835,96	18.513.432,20

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO 14.3 - ANEXO III - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até 13/2025

Emitido em: 16/03/26 11:16
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Ordinária	211.665,07	1.447.969,48
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	211.665,07	1.447.969,48
501 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00
Vinculada	640.207,28	1.020.355,43
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	640.207,28	1.020.355,43
703 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	0,00	0,00
Total	851.872,35	2.468.324,91

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:17
R\$ 1,00

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	986.837,93	1.147.125,53
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	986.837,93	1.147.125,53
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	236.917.485,15	218.969.319,73
Transferências Intra Governamentais	236.917.465,55	218.969.319,73
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	19,60	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	44.419,61	16.046,18
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com incorporação de Ativos	4.444,57	16.046,18
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1,04	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	39.974,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	237.948.742,69	220.132.491,44
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	140.635.176,98	117.363.023,17
Remuneração a Pessoal	116.056.684,87	91.226.201,52
Encargos Patronais	13.195.204,63	16.924.644,65
Benefícios a Pessoal	8.372.893,23	7.981.674,19
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.010.394,25	1.230.502,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.547.186,52	5.426.209,31
Aposentadoria e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.547.186,52	5.426.209,31
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.074.330,36	1.924.302,61
Uso de Material de Consumo	262.116,49	266.004,64
Serviços	1.979,11	73.109,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.810.234,76	1.585.188,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	181.193,61	674.984,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	181.193,61	674.984,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	46.271.153,53	107.809.220,91
Transferências Intra Governamentais	46.175.041,95	107.806.373,17
Transferências Inter Governamentais	96.111,58	2.847,74
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	3.337.547,02	0,00
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	205.206,69	0,00
Perdas com alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	3.132.340,33	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:17
R\$ 1,00

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Tributárias	11.030,98	13.820,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	11.030,98	13.820,60
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	200.057.619,00	233.211.560,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	37.891.123,69	-13.079.069,16

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:18
R\$ 1,00

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	192.562.122,50	217.458.804,67
Receitas derivadas e originárias	1.084.537,89	1.247.075,64
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	1.084.537,89	1.247.075,64
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Transferências recebidas	0,00	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	191.477.584,61	216.211.729,03
Desembolsos	193.867.759,54	231.047.929,00
Pessoal e demais despesas	137.740.289,39	107.794.797,19
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	9.938.249,30	15.501.207,55
Outros Desembolsos operacionais	46.189.220,85	107.751.924,26
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	-1.305.637,04	-13.589.124,33
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	112.341,75
Aquisição de Ativo Não Circulante	0,00	112.341,75
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	0,00	-112.341,75
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamento	0	0
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-1.305.637,04	-13.701.466,08
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	2.734.623,66	16.436.089,74
Caixa e Equivalente de caixa final	1.428.986,62	2.734.623,66

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
QUADRO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:18
R\$ 1,00

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Intragovernamentais	9.938.249,30	15.501.207,55
Outras Transferências Concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	9.938.249,30	15.501.207,55

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:20
R\$ 1,00

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
ENCARGOS ESPECIAIS	1.813.227,27	13.820,60
ESSENCIAL À JUSTIÇA	135.927.062,12	107.780.976,59
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	137.740.289,39	107.794.797,19

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
UG: 070000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Acumulado até Dezembro/2025

Emitido em: 16/03/26 11:20
R\$ 1,00

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

FONTE: SIAFIC-PR / SEFA-PR

EDIONE BERNARDINO
ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
CONTADORA - CRC-PR 062462/O

LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF 008.***.***-73

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CPF 360.***.***-65

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As presentes Notas Explicativas foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes, complementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

INFORMAÇÕES GERAIS

Segundo a Constituição da República “a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados” (art.134, caput).

Desde a emenda constitucional nº 45/2004, as Defensorias Públicas Estaduais passaram a contar com autonomia administrativa e funcional (art.134, §2º, CF), bem como financeira (art. 168, CF), estando fora, portanto, da estrutura do Poder Executivo. A Defensoria Pública presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também, por meio de tutela coletiva.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná foi instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 55/1991 e organizada pela Lei Complementar n.º 136/2011. Os membros da Defensoria Pública (defensores e defensoras públicas) devem ser aprovados em Concurso Público de Provas e Títulos e precisam ter, no mínimo, três anos de experiência jurídica. O defensor público tem independência funcional para atuar na defesa dos interesses dos usuários e usuárias, prestando-lhes assistência jurídica integral, inclusive quando a parte contrária é o próprio Estado.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná utiliza desde 2024 o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira, Contabilidade e Controle (SIAFIC), para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, juntamente com os órgãos da administração direta e indireta do estado e pelos poderes, de forma a possibilitar a consolidação das contas do Estado.



APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 e suas alterações, os Princípios Contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TST, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC’s e demais disposições normativas vigentes.

Informa-se que a DCASP, objeto das Notas Explicativas que se apresentam, são respectivamente:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- VI. Notas Explicativas

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis apresentadas são expressos em Reais e não contemplam arredondamentos.

1 - BALANÇO PATRIMONIAL

1.1. Informações Gerais

Parte integrante das demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial previsto no Art. 105 da Lei Federal nº 4.320/64 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Em relação a esta demonstração contábil destaca-se:

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis no Caixa – Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras.

Estão considerados os saldos das disponibilidades oriundas das transferências recebidas do Tesouro Estadual, de Convênios com a União, da remuneração dos depósitos bancários por sua respectiva fonte de recursos e os saldos dos ingressos de recursos extra orçamentários (cauções depositadas em dinheiro e suprimento de fundos a prestar contas), conforme evidenciados na tabela abaixo:

Tabela 1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Detalhamento	12 /2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Caixa	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Conta Única - Tesouro	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Conta Única RPPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bancos Conta Movimento - Demais Bancos	0,00	0,0000	84,12	0,0031	-100,00
Rede Bancária - Arrecadação	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	1.371.214,92	95,9572	2.713.114,56	99,2135	-49,46
Valores Restituíveis e Vinculados	57.771,70	4,0428	21.424,98	0,7835	169,65
Total	1.428.986,62	100,0000	2.734.623,66	100,0000	-47,74

A tabela evidencia uma redução de 47,74% nos recursos disponíveis na unidade em comparação ao exercício de 2024. Essa diminuição decorre da utilização das reservas de superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores, bem como dos valores provenientes da remuneração de depósitos bancários arrecadados no período, quais foram destinados à suplementação orçamentária para execução de despesas do exercício.

Na tabela abaixo evidencia-se as disponibilidades por suas respectivas fontes de recursos:

Tabela 1.2 - Caixa e Equivalente de Caixa - Por Fonte de Recursos

	Disponibilidade	Obrigações	Saldo de Disponibilidade
Ordinário	519.589,75	307.924,68	211.665,07
Vinculado	851.625,17	211.417,89	640.207,28
Vinculado à Educação	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Saúde	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Assistência	0,00	0,00	0,00
Vinculado ao RPPS	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Vinculações Decorrentes de Transferências	851.625,17	211.417,89	640.207,28
Demais Vinculações	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	57.771,70	57.771,70	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Recursos de Depósitos de Terceiros	19.943,24	19.943,24	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	37.828,46	37.828,46	0,00
Total	1.428.986,62	577.114,27	851.872,35

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Os recursos extraorçamentários referem-se a:

- R\$ 19.943,24 – cauções em dinheiro depositadas para garantia contratual;
- R\$ 37.828,46 – valores de adiantamento concedidos a servidores (suprimento de fundos) pendentes de prestação de contas;

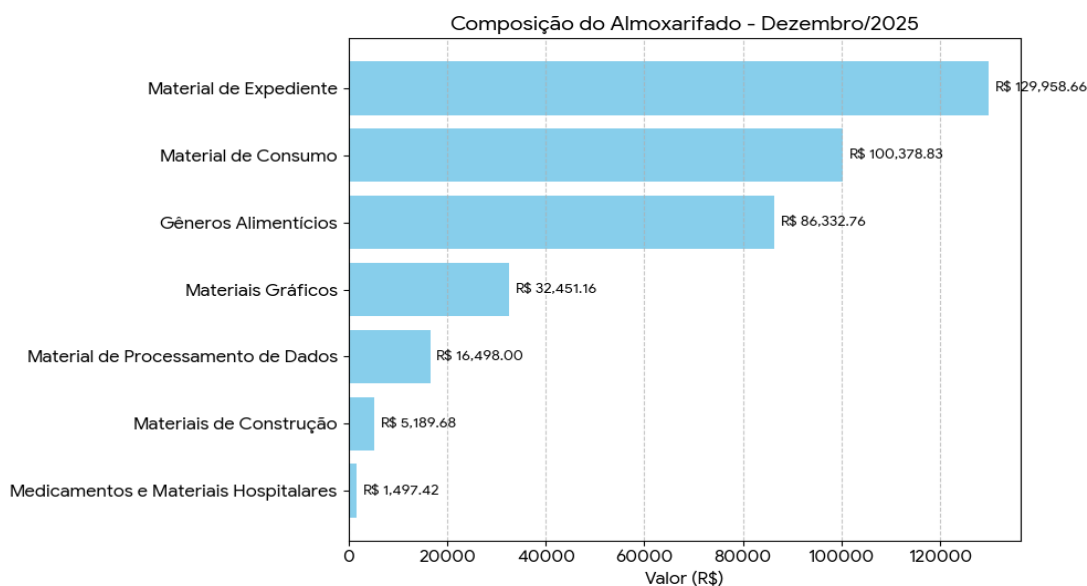
Nota 02 – Estoques

O estoque refere-se aos materiais armazenados no almoxarifado, utilizados nas atividades da entidade. Os itens são registrados no almoxarifado central e posteriormente distribuídos às sedes descentralizadas da DPE-PR. Ao término do exercício, a composição do estoque apresenta-se conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 2.1 – Almoxarifado – composição

Detalhamento	12 /2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Mercadoria para Revenda ou Doação	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Produtos de Serviços Acabados	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Produtos e Serviços em Elaboração	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Matérias Primas	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Materiais em Trânsito	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Material de Consumo	100.378,83	26,9613	99.320,09	34,0397	1,07
Gêneros Alimentícios	86.332,76	23,1886	15.641,95	5,3609	451,93
Materiais de Construção	5.189,68	1,3939	8.031,94	2,7528	-35,39
Autopeças	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Medicamentos e Materiais Hospitalares	1.497,42	0,4022	1.497,42	0,5132	0,00
Materiais Gráficos	32.451,16	8,7162	38.044,55	13,0389	-14,70
Material de Expediente	129.958,66	34,9064	129.241,31	44,2945	0,56
Materiais a Classificar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Estoques Sobressalentes a Aliengar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Material de Processamento de Dados	16.498,00	4,4313	0,00	0,0000	0,00
Outros	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Estoques	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Total	372.306,51	100,0000	291.777,26	100,0000	27,60
(-) Ajustes para perdas	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Total Líquido	372.306,51	100,0000	291.777,26	100,0000	27,60

Gráfico 01 – Almoxarifado – composição





Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

A execução orçamentária das aquisições de materiais de almoxarifado é, em regra, realizada pela unidade contábil Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná – FUNDEP. Após a liquidação dos títulos, essas aquisições são transferidas contabilmente para a unidade contábil Defensoria Pública, onde são registrados o consumo e realizados os demais controles.

Entre os itens adquiridos com maior relevância, destacam-se:

- Limpeza e higienização: papel higiênico, toalhas de papel;
- Copa e cozinha: garrafas térmicas, açucareiros, colheres, xícaras de chá, copos descartáveis;
- Processamento de dados: headsets;
- Gêneros alimentícios: café, açúcar, chá, leite em pó;
- Material de expediente: resmas de papel sulfite.

O controle do almoxarifado é conduzido pela Coordenadoria de Patrimônio e Materiais, utilizando a ferramenta GMS, disponibilizada pela SEAP. São realizadas conciliações mensais entre os relatórios do sistema e os saldos contábeis. Para fins de encerramento do exercício, os saldos foram devidamente atestados pela Coordenadoria de Patrimônio e Materiais, conforme procedimento interno SEI nº 25.0.00000816-0.

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado da entidade é composto por bens móveis e imóveis utilizados em suas atividades. Os bens adquiridos são registrados contabilmente pelo valor de aquisição. A execução orçamentária dessas aquisições ocorre, em regra, por meio da unidade contábil Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP e, após a liquidação, são transferidos para a unidade contábil Defensoria Pública, onde são realizados os registros de controle patrimonial.

Assim como ocorre no almoxarifado, o controle patrimonial dos bens móveis e imóveis é conduzido pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio. Para os bens móveis, utiliza-se a ferramenta GPM, desenvolvida pela SEAP.

No que se refere à gestão imobiliária, conforme informado pelo setor de patrimônio, encontra-se em trâmite o processo para adoção do sistema GPI, que a partir de 2026 será utilizado para o registro e controle de todos os atos relacionados a imóveis e situações correlatas.

Na tabela a seguir estão discriminadas as classes e valores de bens móveis registrados na unidade. Os valores apresentados incluem as aquisições realizadas em 2025, bem como registros de perdas por reavaliação e baixas/doações efetuadas.

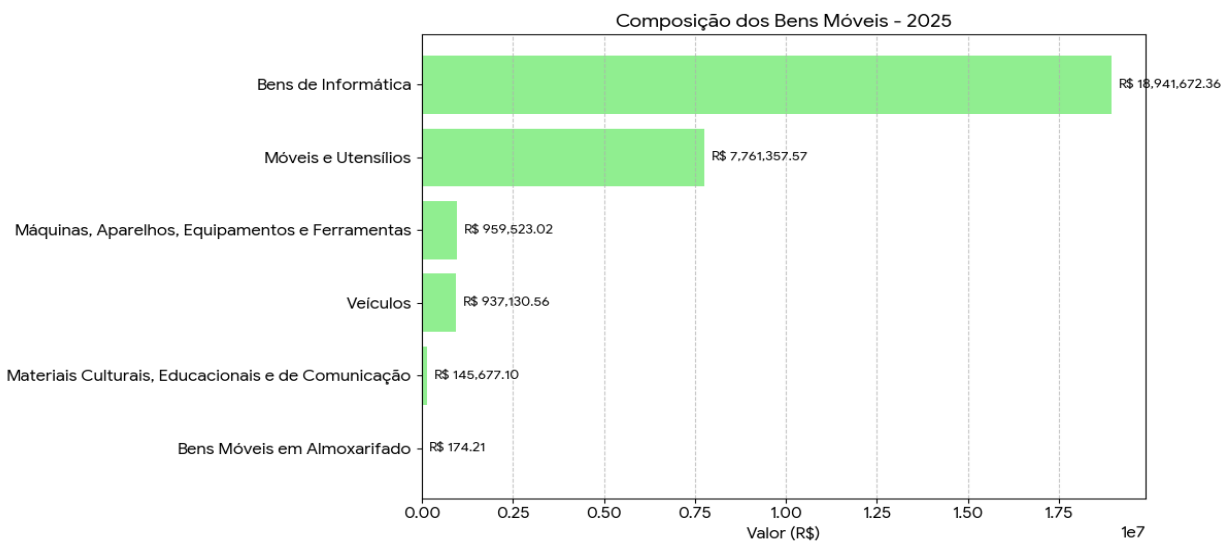
Tabela 3.1 – Imobilizado – Bens Móveis - Composição



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

	12 /2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis					
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	959.523,02	3,3380	539.259,88	2,5926	77,93
Bens de Informática	18.941.672,36	65,8943	9.752.608,22	46,8884	94,22
Móveis e Utensílios	7.761.357,57	27,0002	8.303.569,72	39,9218	-6,53
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	145.677,10	0,5068	136.053,75	0,6541	7,07
Veículos	937.130,56	3,2601	1.102.161,30	5,2990	-14,97
Peças e Conjuntos de Reposição	0,00	0,0000	664,37	0,0032	-100,00
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	174,21	0,0006	174,21	0,0008	0,00
Bens Móveis Inservíveis	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Armamentos	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Semoventes	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bens Móveis - Ativos de Concessão	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Demais Bens Móveis	0,00	0,0000	965.111,19	4,6400	-100,00
Total	28.745.534,82	100,0000	20.799.602,64	100,0000	38,20
(-) Depreciação Acumulada	-11.426.643,42	-39,7510	-9.419.335,05	-45,2861	21,31
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Total Líquido	17.318.891,40	60,2490	11.380.267,59	54,7139	52,18

Gráfico 02 – Imobilizado – composição



Na classe de bens móveis, as novas aquisições realizadas no exercício totalizam R\$ 9.865.577,78, cuja composição encontra-se detalhada na tabela a seguir.

Tabela 3.2 – Imobilizado – Bens Móveis – Aquisições em 2025

Item Patrimonial	12/2025	AV (%)
2210 - Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratorial e Hospitalar	46.667,70	0,47
2212 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	21.216,60	0,22
2220 - Máquinas e Equipamentos Energéticos	64.980,00	0,66
2222 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	13.800,00	0,14
2223 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	268.620,69	2,72
2224 - Equipamentos de Processamento de Dados	9.372.033,00	95,00
2229 - Mobiliário em Geral	78.259,79	0,79
Total	9.865.577,78	100,00



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

As aquisições registradas sob o item patrimonial 2223 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos correspondem a aparelhos de ar-condicionado, bebedouros e fornos micro-ondas destinados à estruturação das sedes da Defensoria Pública.

Adicionalmente, informa-se que, no decorrer do exercício, foram registradas três doações de bens do imobilizado considerados inservíveis:

- Mobiliário doado à Secretaria de Estado da Educação – SEED, no valor de R\$ 55.883,90, conforme Termo de Transferência GPM nº 2924412;
- Veículos doados ao Município de Mandirituba, no montante de R\$ 210.531,00, conforme Termo de Doação GPM nº 3053741;
- Equipamentos diversos (processamento de dados, máquinas e equipamentos energéticos, aparelhos e equipamentos de comunicação) doados ao Município de Tijucas do Sul, totalizando R\$ 497,36, conforme Termo de Doação GPM nº 3053874.

Tabela 3.3 – Imobilizado – Bens Imóveis

	12 /2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Bens Imóveis					
Bens de Uso Especial	33.291.404,98	96,9108	0,00	0,0000	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bens Imóveis em Andamento	0,00	0,0000	447.549,98	100,0000	-100,00
Instalações	1.061.211,19	3,0892	0,00	0,0000	0,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Demais Bens Imóveis	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Total	34.352.616,17	100,0000	447.549,98	100,0000	7.575,70
(-) Depreciação Acumulada	0,00	0,0000	-132.262,70	-29,5526	-100,00
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Contábil Líquido	34.352.616,17	100,0000	315.287,28	70,4474	10.795,66

Na classe de bens imóveis o valor de R\$ 447.549,98, registrado em 2024, corresponde às melhorias civis e adequações de infraestrutura realizadas em prédios ocupados pela Defensoria Pública, abrangendo as unidades da Defensoria Pública no CIAADI, DEPEN de Piraquara e São José dos Pinhais. Em 2025, tais valores foram reclassificados para as seguintes contas contábeis:

- Edifícios: R\$ 351.449,98
- Benfeitorias e Instalações: R\$ 96.000,00

Além das reclassificações mencionadas, o montante de R\$ 965.111,19, inicialmente registrado na conta de Peças Não Incorporáveis a Imóveis, foi reclassificado em 2025 para a conta contábil 123210700 – Instalações, elevando o saldo desta para R\$ 1.061.211,19. Os valores correspondem às adequações eletrológicas realizadas em unidades-sede da Defensoria Pública.

Tabela 3.4 – Grau de Depreciação por item do Imobilizado



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

	Valor Contábil Bruto (a)	Depreciação Acumulada (b)	% Depreciação c=(b/a)
Bens Móveis	28.745.534,82	-11.426.643,42	163,48
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	959.523,02	-257.101,03	26,79
Bens de Informática	18.941.672,36	-6.123.582,64	32,33
Móveis e Utensílios	7.761.357,57	-4.891.554,63	63,02
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	145.677,10	-42.879,55	29,43
Veículos	937.130,56	-111.525,57	11,90
Peças e Conjuntos de Reposição	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	174,21	0,00	0,00
Armamentos	0,00	0,00	0,00
Semoventes	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Imóveis	34.352.616,17	0,00	0,00
Bens de Uso Especial	33.291.404,98	0,00	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00	0,00
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	0,00	0,00	0,00
Instalações	1.061.211,19	0,00	0,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	63.098.150,99	-11.426.643,42	163,48

Quanto à depreciação, o valor registrado em 2025 foi apurado com base no Relatório Resumo Patrimonial Contábil extraído do Sistema GPM.

Um indicador relevante para avaliação do imobilizado é o grau de depreciação de cada item. Conforme evidenciado na tabela, o grupo de Móveis e Utensílios apresenta o maior grau de depreciação, com 63,02%, seguido pelos bens de informática, com 32,33%. Esses percentuais podem indicar a necessidade de reavaliação dos itens dessas classes ou mesmo de novas aquisições.

Nota 04 – Ativo Intangível

Compõem os bens intangíveis da Defensoria Pública do Estado do Paraná, os softwares próprios ou adquiridos de terceiros, além dos softwares em desenvolvimento, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 4.1 – Ativo Intangível – composição

O total de intangível corresponde às aquisições de licenças de softwares e softwares em desenvolvimento na entidade.

	12/2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Bens					
Softwares					
Softwares	1.818.330,86	43,5478	1.792.572,64	36,3981	1,44
Softwares em Desenvolvimento	2.357.150,07	56,4522	3.132.340,33	63,6019	-24,75
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas e Patentes Industriais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Direitos Autorais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Direito Sobre Recursos Naturais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Adiantamento para Transferência de Tecnologia	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Direitos - Bens Intangíveis	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Direito de Uso de Imóveis					
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Patrimônio Cultural Intangível					
Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Contábil Bruto	4.175.480,93	100,0000	4.924.912,97	100,0000	-15,22
(-) Amortização Acumulada	-194.323,26	-4,6539	-54.660,39	-1,1099	255,51
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Contábil Líquido	3.981.157,67	95,3461	4.870.252,58	98,8901	-18,26

Compõe como dedução do ativo intangível a desincorporação do intangível vinculado ao contrato com a empresa AUDORA - Tecnologia e Serviços Ltda. A desincorporação foi autorizada para registro como despesa

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

em razão da ausência de expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços por meio da utilização ou alienação do bem, conforme instruído no procedimento SEI nº 25.0.000001726-7.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar

Os valores demonstrados em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar são decorrentes de passivo reconhecido na unidade pela apropriação do 1/3 de férias a fruir de servidores/membros ativos da Defensoria Pública para futura execução orçamentária nos exercícios subsequentes e de parte da Contribuição da Previdência Social Patronal ao INSS dos servidores vinculados ao RGPS, derivada da folha de pagamento do mês de Dezembro/2025 a vencer em Janeiro/2026, conforme composição abaixo:

Tabela 5.1 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar

Detalhamento	12 /2025	12/2024	AH (%)
Pessoal a Pagar	333.358,07	712.527,31	-53,21
Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar	211.270,79	51.262,77	312,13
Total	544.628,86	763.790,08	-28,69

Nota 06 – Demais Obrigações

As Demais Obrigações apresentaram variação de 83,81% no período em relação ao exercício de 2024, correspondendo aos seguintes valores:

- R\$ 94.376,88 – retenções em folha de pagamento relativas à contribuição previdenciária ao INSS, descontada dos servidores vinculados ao RGPS;
- R\$ 19.943,24 – cauções em dinheiro depositadas para garantia contratual;
- R\$ 37.828,46 – valores de adiantamento concedidos a servidores (suprimento de fundos) pendentes de prestação de contas;
- R\$ 197.650,07 – rendimentos de aplicações financeiras provenientes dos recursos do Convênio nº 931625/2022.

Na tabela abaixo esses valores estão evidenciados nas linhas de valores restituíveis e Outras Obrigações a Curto Prazo.

Tabela 6.1 – Demais Obrigações – Composição

Detalhamento	12 /2025	12/2024	AH (%)
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Danos a Terceiros	0,00	0,00	0,00
Arrendamento Operacional a Pagar	0,00	0,00	0,00
Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	0,00	0,00	0,00
Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP	0,00	0,00	0,00
Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	152.148,58	90.358,46	68,38
Outras Obrigações a Curto Prazo	197.650,07	99.950,11	97,75
Total	349.798,65	190.308,57	83,81

Nota 07 – Resultado Acumulado – Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2025 foram contabilizados na unidade a título de ajustes de exercícios anteriores os seguintes valores conforme evidenciados na tabela abaixo:

Tabela 7.1 – Ajustes de Exercícios Anteriores - Composição

Detalhamento	Fundamento	31/12/2025
237110300 - Ajustes de Exercícios Anteriores	Verbas financeiras reconhecidas em Folha de Pagamento decorrentes de revisões de exercícios anteriores	106.596,95
237110300 - Ajustes de Exercícios Anteriores	Realização de ajustes de depreciação, amortização de licenças de softwares e incorporação de mobiliário adquirido em exercício pretérito.	- 136.894,40
Saldo Final na Conta		- 30.297,45

A incorporação de mobiliário refere-se à aquisição de 10 mesas de escritório retangulares médias, equipadas com duas gavetas e chave, conforme Nota Fiscal nº 10659 da empresa Layout Móveis para Escritório Ltda., no valor de R\$ 6.480,00.

Os itens foram adquiridos em 2022 com recursos da UG 076000 (FUNDEP) e transferidos pela referida unidade. Contudo, a entrada da transferência não foi contabilizada na UG 070000 (Defensoria Pública), motivo pelo qual a incorporação contábil dos itens foi registrada neste exercício.

Nota 08 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Trata-se dos valores a executar de garantias de avais, fianças, seguros-Garantias, Cauções relativos a garantias contratuais, conforme composição abaixo:

Tabela 8.1 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Contratos	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Avais a Executar			
Fianças a Executar			
Hipotecas a Executar			
Seguros-Garantia a Executar			
Caução a Executar	19.943,24	18.724,05	106,511
Apólices de Seguros a Executar			
Total	19.943,24	18.724,05	106,511

Os valores são decorrentes de depósitos em dinheiro para garantia de contratos da empresa Oi S.A. A execução orçamentária desse contrato de serviços ocorre através da unidade contábil Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP.

Nota 09 – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

Compreende os valores a receber, bem como os a comprovar decorrentes de convênios e outros instrumentos congêneres firmados.

Os registros decorrem da execução do Convênio Federal nº 931625/2022 que tem como objeto o Fomento da Assistência Jurídica às pessoas privadas de liberdade pelas Defensorias Públicas, de acordo com a Carteira de

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Políticas Públicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no eixo de Fortalecimento do Sistema Penitenciário e do Convênio Federal nº 970176/2024 que tem como objeto a Implementação de Postos de Atendimento Comunitário das Defensorias Públicas (PADEF's) nas comarcas de Pontal do Paraná, Castro, Cianorte e Lapa, no Estado do Paraná, conforme composição abaixo:

Tabela 9.1 – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

Detalhamento	12 /2025	12/2024	AH (%)
Direitos Conveniados	3.591.718,61	3.087.594,10	16,33
Termo de Cooperação	0,00	0,00	0,00
Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	0,00
Total	3.591.718,61	3.087.594,10	16,33

Nota 10 – Obrigações Contratuais a Executar

No final do exercício a entidade possuía um saldo contábil de R\$ 834.516,73 evidenciado em obrigações contratuais a executar. Contudo, verificou-se divergência em dois registros, sendo os ajustes efetuados no exercício corrente, explica-se:

- 1) o valor de R\$ 673.267,32 registrado para o contratado 40432544022469 – CLARO S.A. decorre de contabilização automática indevida oriunda do Sistema GMS, uma vez que os registros de contratos da unidade não são efetuados pelo processo integrado. O controle da execução do referido contrato está sendo efetuado através da unidade contábil 076000 – Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP. Assim, a regularização do registro foi efetuada em 2025 por meio de desreconhecimento do contrato nesta unidade contábil 070000, conforme orientação recebida através da resposta do chamado ao suporte do SIAFIC (Jira PRSD-7847).
- 2) O valor de R\$ 10.788,00 registrado para o contratado 09094300000151 - OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA teve a sua execução através da UG 076000 – Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP, sendo o registro a regularizado em 2025.

A tabela abaixo segrega os saldos atuais de obrigações a executar na unidade a partir das correções efetuadas, de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

Tabela 10.1 – Obrigações Contratuais - Composição

Detalhamento	12 /2025	12/2024	AH (%)
Seguros	0,00	0,00	0,00
Serviços	15.192,65	834.516,73	-98,18
Aluguéis	0,00	0,00	0,00
Fornecimento de Bens	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0,00	0,00	0,00
Contratos de PPP	0,00	0,00	0,00
Execução de Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00
Contratos de PPP - Do Ente Federado, Exceto Estatais Não Dependentes	0,00	0,00	0,00
Contratos de PPP - Das Estatais Não Dependentes	0,00	0,00	0,00
Contratos de Cessão de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Contratos de Cessão de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações Contratuais	11.627,78	19.627,52	-40,76
Total	26.820,43	854.144,25	-96,86



Nota 11 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 851.872,35, é composto pelas seguintes destinações:

Tabela 11.1 – Superávit/Déficit Financeiro

	Disponibilidade	Obrigações	Saldo de Disponibilidade
Ordinário	519.589,75	307.924,68	211.665,07
Vinculado	851.625,17	211.417,89	640.207,28
Vinculado à Educação	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Saúde	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Assistência	0,00	0,00	0,00
Vinculado ao RPPS	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Vinculações Decorrentes de Transferências	851.625,17	211.417,89	640.207,28
Demais Vinculações	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	57.771,70	57.771,70	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Recursos de Depósitos de Terceiros	19.943,24	19.943,24	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	37.828,46	37.828,46	0,00
Total	1.428.986,62	577.114,27	851.872,35

Os recursos ordinários são os que estão livres para utilização enquanto que os vinculados são aqueles que possuem destinação legal.

Na categoria Vinculados estão os recursos oriundos da transferência do Convênio Federal nº 931625/2022.

2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2.1 Informações Gerais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) prevista no Art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64 evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Em Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras demonstramos o reconhecimento do valor decorrente da remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras provenientes dos recursos disponíveis no caixa da entidade, que passaram a ser reconhecidos a partir de 2019 como receita financeira na própria Entidade.

Tabela 12.1 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras dos recursos ordinários	986.837,93	1.147.125,53	-13,97
Total	986.837,93	1.147.125,53	-13,97

A variação negativa em relação a 2024 decorre do maior volume de resgates das aplicações financeiras realizados ao longo de 2025 para atender à programação financeira da entidade. Essa utilização contínua dos recursos resultou em saldos progressivamente menores disponíveis para aplicação em cada mês, o que comprometeu os rendimentos e ocasionou a redução observada.

Nota 13 - Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Conforme evidenciado na tabela abaixo no exercício de 2025 as VPA's de Transferências e Delegações Recebidas totalizaram o montante de R\$ 236.917.465,55 que em relação a 2024 tiveram um aumento de 8,20%.

Segue abaixo detalhamento das transferências financeiras recebidas e concedidas intra-governamentais (entre órgãos, unidades que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS).

Tabela 13.1 – Transferências Intra-Governamentais Recebidas e Concedidas

RECEBIDAS/CONCEDIDAS	MONTANTE
RECEBIDAS	236.917.485,15
Transferências Intragovernamentais	236.917.465,55
Transferências Inter Governamentais	0,00
União	0,00
Estados	0,00
Municípios	0,00
Transf. Inter Gov. (Não pertence ao OFSS)	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00
Transferências do Exterior	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	19,60
CONCEDIDAS	46.271.153,53
Transferências Intragovernamentais	46.175.041,95
Transferências Inter Governamentais	96.111,58
União	0,00
Estados	0,00
Municípios	96.111,58
Transf. Inter Gov. (Não pertence ao OFSS)	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00
Transferências ao Exterior	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00

Nas Transferências e Delegações Recebidas, as Transferências Intragovernamentais são constituídas por transferências financeiras e não financeiras.

Em transferências financeiras os valores decorrem de:

- R\$ 149.378.696,00 – recursos provenientes dos repasses financeiros efetuados pelo Tesouro Geral do Estado, destinados à execução orçamentária das despesas da entidade;
- R\$ 51.363,98 – refere-se à restituição efetuada pelo Tesouro Estadual, relativa à parcela de INSS retido da competência de março/2024, que não havia sido descontada à época do montante transferido ao Tesouro Estadual para processamento da folha de pagamento da Defensoria Pública. O tratamento da restituição foi realizado por meio do e-protocolo nº 23.561.512-6.
- R\$ 41.861.676,93 – repasses financeiros entre as unidades contábeis Defensoria Pública e FUNDEP, destinados ao processamento complementar da folha de pessoal ativo da Defensoria Pública, uma vez que parte da folha é custeada pelo fundo. A partir de 2025, o pagamento da folha de pessoal passou a ser realizado diretamente pela Defensoria Pública, por meio da conta bancária nº 10.852-9;
- R\$ 128.076,00 - registros escriturais dos repasses para execução da folha de pagamento de estagiários.

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Compõe ainda o valor as transferências não financeiras. Os valores decorrem de transferências de ativos entre as unidades em conformidade com o artigo 234 da Lei Complementar nº 136/2011.

- R\$ 9.865.577,78 – transferências de bens móveis adquiridos com recursos do FUNDEP;
- R\$ 2.353.938,29 – transferências de ativos intangíveis adquiridos com recursos do FUNDEP;
- R\$ 338.181,57 – transferências de itens de almoxarifado adquiridos com recursos do FUNDEP;
- R\$ 32.939.955,00 – transferências de bens imóveis adquiridos com recursos do FUNDEP.

É importante destacar que os lançamentos escriturais de repasses geram um movimento contábil duplicado, em que o valor recebido é registrado simultaneamente como repasse concedido. Esse procedimento decorre da sistemática de contabilização adotada, garantindo a rastreabilidade e a conformidade dos registros, ainda que represente um reflexo repetido no demonstrativo.

Nas Transferências e Delegações Concedidas – Transferências Intragovernamentais, além dos registros escriturais simultâneos referentes aos repasses de recursos do Fundo da Defensoria (FUNDEP) para execução financeira da folha de pagamento da entidade, no montante de R\$ 41.989.752,93, são evidenciados:

- Valores destinados à cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro, no total de R\$ 4.178.042,94, decorrente do pagamento de aposentadorias de servidores inativos vinculados à Defensoria Pública. Desde março de 2020, em observância à repartição de responsabilidades no custeio do sistema previdenciário, a Secretaria da Fazenda determinou que, nos casos de insuficiência, cada ente ou órgão autônomo deve complementar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios;
- Repasses de aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial do Fundo de Previdência, no valor de R\$ 1.657,76;
- Transferência não financeira concedida, referente à doação de mobiliário para a UG 410000 – Secretaria de Estado da Educação, no valor Líquido de R\$ 5.588,32.

O valor de R\$ 96.111,58 na linha de Transferências e Delegações Concedidas – Transferências Intergovernamentais, compreendem o valor líquido das doações de bens móveis realizadas aos municípios de Mandirituba e Tijucas do Sul.

Nota 14 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. De Passivos

O valor apresentado na linha Ganhos com Incorporação de Ativos corresponde à reincorporação de saldo de estoque identificado em inventário realizado no almoxarifado central da Defensoria Pública em Curitiba.

Já o valor registrado na linha Ganhos com Desincorporação de Passivos refere-se à anulação parcial do empenho nº 2024NE000402, inscrito em restos a pagar processados, relativo à despesa com INSS patronal sobre salários de servidores temporários (PSS). Ressalta-se que o valor exato da despesa somente pode ser apurado após o envio das informações pelo e-Social, procedimento que, via de regra, ocorre no mês subsequente à competência da folha de pagamento. Esse fator justifica o estorno realizado no exercício seguinte.

Tabela 14.1 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. De Passivos



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Detalhamento	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Valorização e Ganhos com Ativos					
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.444,57	99,98	16.046,18	100,00	27,70
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1,04	0,02	-	0,00	0,00
Total	4.445,61	100,00	16.046,18	100,00	27,71

Nota 15 – Pessoal e Encargos Sociais

Conforme evidenciado na tabela abaixo, as VPD's de Pessoal e encargos com execução orçamentária através da unidade contábil Defensoria Pública tiveram em 2025 um crescimento de 19,83% em relação a 2024. Esta variação se deu pelo crescimento vegetativo da folha (plano de cargos e salários), nomeação de novos servidores e pagamento de indenização de férias vencidas devidas aos membros e servidores.

Importante destacar que parte da despesa de pessoal e encargos da Defensoria Pública é custeada com recursos do FUNDEP, consoante ao Parágrafo único do Art. 229 da Lei complementar nº 223/2020.

Tabela 15.1 – Pessoal e Encargos Sociais



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Detalhamento	12/2025	12/2024	AH (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - RPPS	104.013.553,09	82.896.547,07	25,47
Vencimentos e Salários	23.787.557,28	18.409.906,15	29,21
Abono Permanência	67.321,54	103.654,84	-35,05
Gratificação por Exercício de Cargos	23.711,36	23.513,77	0,84
Gratificação por Exercício de Funções	8.170.167,14	5.920.553,78	38,00
Gratificações Especiais	509.627,81	0,00	100,00
Férias Vencidas e Proporcionais	7.527.160,76	4.307.034,48	74,76
13º Salário	26.355,23	161.341,20	-83,66
Férias - Abono Constitucional	807.848,16	3.924.940,11	-79,42
Subsídios	62.288.570,90	50.045.602,74	24,46
Gratificação por Exercício de Cargo em Comissão	47.422,72	0,00	100,00
Outros Vencimentos e Vantagens Fixas	757.810,19	0,00	100,00
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil - RPPS	1.310.410,43	378.611,08	246,11
Outros Vencimentos e Vantagens Variáveis - Pessoal Civil RPPS	1.310.410,43	378.611,08	246,11
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RPPS	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil - RPPS	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - RGPS	10.512.443,75	7.629.972,83	37,78
Vencimentos e Salários	9.748.207,15	6.868.875,39	41,92
Gratificações Especiais	260.316,53	448.279,44	-41,93
Férias Vencidas e Proporcionais	263.255,33	16.764,05	1.470,36
13º Salário	53.488,72	104.844,25	-48,98
Férias - Abono Constitucional	187.176,02	191.209,70	-2,11
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil - RGPS	0,00	20.261,26	-100,00
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	20.261,26	-100,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Contratação por Tempo Determinado	220.277,60	300.809,28	-26,77
Salário Contrato Temporário - Lei 8.745/93	124.333,90	180.968,46	-31,30
Adicional de Periculosidade Contr. Temporário	38.405,88	49.701,00	-22,73
13º Salário Contrato Temporário	13.247,06	19.432,44	-31,83
Férias - Abono Constitucional	14.592,29	5.159,33	182,83
Contribuição Patronal ao RGPS	29.698,47	45.548,05	-34,80
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RGPS	0,00	0,00	0,00
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RGPS	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Setenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	0,00	0,00	0,00
Encargos	13.195.204,63	16.924.644,65	-22,04
Patronais - RPPS	9.700.903,45	14.832.220,00	-34,60
Patronais - RGPS	1.720.484,41	1.415.871,82	21,51
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	1.773.816,77	676.552,83	162,18
Benefícios a Pessoal	8.372.893,23	7.981.674,19	4,90
Auxílio Alimentação - RPPS	3.582.964,64	4.046.389,13	-11,45
Auxílio Transporte - RPPS	1.637.458,00	1.501.848,00	9,03
Auxílio Alimentação - RGPS	2.123.014,59	1.677.101,06	26,59
Auxílio Transporte - RGPS	1.029.456,00	756.336,00	36,11
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.010.394,25	1.230.502,81	144,65
Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.950.473,68	1.071.103,82	175,46
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	59.920,57	159.398,99	-62,41
Total	140.635.176,98	117.363.023,17	19,83

Da parte das VPDs com Pessoal e Encargos executadas na unidade as mais representativas são as relativas a Subsídios, vencimentos e Salários, gratificação por exercício de funções, férias indenizadas e Encargos Patronais ao RPPS que representam 86,19% do total.



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Nota 16 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As VPD's com Benefícios Previdenciários e Assistenciais registrados na unidade contábil Defensoria Pública totalizaram o montante de R\$ 6.547.186,52 no exercício de 2025, representando um aumento de 20,66% em relação a 2024.

Tabela 16.1 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	12 /2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Aposentadoria e Reformas					
Aposentadorias - RPPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Aposentadorias - RGPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Reserva Remunerada - Pessoal Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Reforma - Pessoal Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outras Aposentadorias	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Pensões					
Pensões - RPPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Pensões - RGPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Pensões - Pessoal Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outras Pensões	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios de Prestação Continuada					
Benefícios de Prestação Continuada Ao Idoso	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios de Prestação Continuada Ao Portador de Deficiência	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios Eventuais					
Auxílio por Natalidade	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Auxílio por Morte	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda					
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios Assistenciais					
Outros Benefícios Assistenciais - Servidor Civil	0,00	0,0000	3.036,23	0,0560	-100,00
Outros Benefícios Assistenciais - RGPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios Assistenciais - Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	6.547.186,52	100,0000	5.423.173,08	99,9440	20,73
Total	6.547.186,52	100,0000	5.426.209,31	100,0000	20,66

Em Outros Benefícios Assistenciais o total demonstrado refere-se à Auxílio-Saúde e Auxílio-Creche pagos a Membros/Servidores Ativos e Inativos do RPPS e à Servidores Ativos do RGPS.

Nota 17 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Em 2025, as VPDs decorrentes do uso de bens, serviços e consumo de capital fixo totalizaram R\$ 264.095,60, representando uma redução de 22,12% em relação ao exercício de 2024.

Esse valor é composto por:

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

- Baixas de consumo de almoxarifado;
- Contribuição institucional a empresa de agenciamento de estágio;
- Tarifas bancárias.

A composição detalhada encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

Tabela 17.1 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	12/2025	12/2024	AH (%)
Detalhamento			
Consumo de Material	262.116,49	266.004,64	-1,46
Gêneros de Alimentação	52.761,43	37.932,70	39,09
Material de Expediente	47.713,53	56.607,09	-15,71
Material de Processamento de Dados	528,51	14.126,03	-96,26
Material de Acondicionamento e Embalagem	3.092,47	7.798,48	-60,35
Material de Copa e Cozinha	28.356,14	23.449,63	20,92
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	101.610,16	78.788,67	28,97
Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	3.269,32	39.759,53	-91,78
Material para Manutenção de Bens	15.168,72	329,76	4.499,93
Material Elétrico e Eletrônico	1.782,07	4.066,51	-56,18
Material de Proteção e Segurança	29,85	445,50	-93,30
Suprimentos para Máq. E Motores Navios e Embarcações	0,00	892,92	-100,00
Material Hospitalar	0,00	83,19	-100,00
Material para Utilização em Gráfica	7.299,39	855,73	753,00
Ferramentas	0,00	779,80	-100,00
Material de Sinalização Visual e Outros	504,90	89,10	466,67
Serviços de Terceiros - PF	0,00	69.818,83	-100,00
Estagiários	0,00	69.818,83	-100,00
Serviços de Terceiros - PJ	1.979,11	3.290,45	-39,85
Serviços Bancários	1.454,46	579,09	151,16
Serviços Técnicos Profissionais	524,65	2.711,36	-80,65
Total	3.074.330,36	1.924.302,61	59,76
Ajustes	2.810.234,76	1.585.188,69	77,28
(-)Depreciação, Amortização e Exaustão	2.810.234,76	1.585.188,69	77,28
Valor Total Líquido	264.095,60	339.113,92	-22,12

Nota 18 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O valor evidenciado na linha de Reavaliação de Bens Móveis na tabela abaixo decorre do reconhecimento de perda em processo de reavaliação de itens das classes Mobiliário em Geral, Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos e Equipamentos de Comunicação e Máquinas e Equipamentos Energéticos.

Já o valor registrado na linha Desincorporação de Ativos refere-se à baixa de ativo intangível vinculado ao contrato com a empresa Audora Tecnologia e Serviços Ltda., autorizada em razão da ausência de expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços por meio da utilização ou alienação do bem, conforme instruído no procedimento SEI nº 25.0.000001726-7.

Tabela 18.1 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	12 /2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Desvalorização e Perdas de Ativos					
Reavaliação de Bens Móveis	205.206,69	6.1484	0,00	0,00	0,00
Reavaliação de Bens Imóveis	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Reavaliação de Intangíveis	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Perdas de Estoques	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Outras Perdas	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	3.132.340,33	93.8516	0,00	0,00	0,00
Total	3.337.547,02	100,0000	0,00	0,00	0,00



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Nota 19 – Resultado Patrimonial

Conforme evidenciado na tabela abaixo o Resultado Patrimonial no exercício de 2025 foi de R\$ 37.891.123,69, superior ao apurado em 2024.

	12 /2025	AV (%)	12/2024	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Variações Patrimoniais Aumentativas	237.948.742,69	627,9802	220.132.491,44	-1.683,0899	8,09
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	200.057.619,00	527,9802	233.211.560,60	-1.783,0899	-14,22
Resultado Patrimonial	37.891.123,69	1.155,9603	-13.079.069,16	-3.466,1798	-389,71

A principal variação que contribuiu para o resultado positivo em 2025 está relacionada às transferências não financeiras, decorrentes das aquisições de bens realizadas com recursos do FUNDEP, posteriormente transferidos para a unidade contábil da Defensoria Pública.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

3.1 Informações Gerais

Nos moldes do Art. 102 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário contempla receitas e apresenta devidamente as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Nota 20 – Receita Orçamentária

Em relação a Receita Orçamentária, a previsão inicial foi de R\$ 180.737,00, sendo atualizada para R\$ 1.032.755,00. Dessa previsão foi arrecadado R\$ 1.084.537,89 o que representa 5,01% acima da previsão atualizada, gerando assim um excesso de arrecadação de R\$ 51.782,89 conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 20.1 – Detalhamento da Receita Prevista/Arrecadada

	Previsão Inicial da Receita Líquida (a)	Previsão Atualizada da Receita Líquida (b)	Receita Realizada Líquida (c)				Saldo (b-c)
			No Bimestre (d)	% (d/b)	Até o Bimestre (e)	% (e/b)	
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	180.737,00	1.032.755,00	47.684,99	4,62	1.084.537,89	105,01	-51.782,89
RECEITAS CORRENTES	180.737,00	1.032.755,00	47.684,99	4,62	1.084.537,89	105,01	-51.782,89
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	180.737,00	1.032.755,00	47.684,99	4,62	1.084.537,89	105,01	-51.782,89
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	180.737,00	1.032.755,00	47.684,99	4,62	1.084.537,89	105,01	-51.782,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	180.737,00	1.032.755,00	47.684,99	4,62	1.084.537,89	105,01	-51.782,89

A Receita Patrimonial evidenciada no valor de R\$ 1.084.537,89, decorre da Remuneração dos depósitos bancários provenientes dos recursos financeiros no caixa do órgão no decorrer do exercício, que foram aplicados em fundos de investimentos de curto prazo e reconhecidos como receita financeira na própria Entidade.

Para execução das dotações orçamentárias custeadas com fontes do Tesouro Estadual – Recursos Ordinários Não Vinculados - Fonte 500, a unidade contábil contou com os repasses mensais, em duodécimos, efetuados pelo Tesouro Estadual, conforme estabelecido no Art. 21 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 22.065 de 18 de julho de 2024). Estes recursos não são reconhecidos como receita orçamentária para fins desta demonstração. Estes repasses constam evidenciados no Balanço Financeiro.

Na composição da Receita Orçamentária realizada pela remuneração dos depósitos bancários, os desdobramentos por fonte de recursos no exercício de 2025 são os seguintes:

Tabela 20.2 - Detalhamento da Receita Arrecadada

Receitas orçamentárias	Ingressos
Recursos Não Vinculados	
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	986.837,93
Recursos Vinculados	
700 - Recursos não Vinculados de Impostos	97.699,96
Total de Receitas Orçamentárias	1.084.537,89

Nota 21 – Despesa Orçamentária

No exercício de 2025 o Orçamento foi aprovado pela Lei nº 22.267/2024, que teve uma previsão inicial de receita de R\$ 180.737,00 e uma dotação inicial para execução da despesa orçamentária de R\$ 122.468.751,00. Durante o exercício houve a abertura de crédito adicional suplementar com recursos do Tesouro Estadual, superávit financeiro e excesso de arrecadação, conforme é evidenciado no detalhamento abaixo:

Tabela 21.1 – Composição por tipo de Créditos

Detalhamento	Orçamento Inicial (R\$)	Crédito Suplementar/Remanejamento de dotação (R\$)	Crédito Especial (R\$)	Crédito Extraordinário (R\$)	Disponibilidade Orçamentária (R\$)
Pessoal e Encargos	112.438.661,00	20.236.776,00	-	-	132.675.437,00
Outras Despesas de Custeio	9.980.090,00	5.536.907,00	-	-	15.516.997,00
Investimentos	50.000,00	50.000,00	-	-	-
Total	122.468.751,00	25.723.683,00	-	-	148.192.434,00

Destaca-se nas suplementações R\$ 23.378.696,00 efetuados com recursos do Tesouro Estadual, consoante à autorização estabelecida no Parágrafo Único – Art. 19 da LDO 2025.

Conforme evidenciado na tabela abaixo da dotação atualizada de R\$ 148.192.434,00 foi empenhado o valor de R\$ 147.979.908,17 que corresponde a 99,86% da dotação. Em relação à despesa empenhada foi liquidado o valor de R\$ 147.803.213,27 que corresponde a 99,88%, e a despesa paga foi de R\$ 147.497.565,60 o que representa 99,79% em relação a despesa liquidada.

Tabela 21.2 – Execução da Despesa Orçamentária

Despesas orçamentárias	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	% Empenho = b/a	Despesas Liquidadas (c)	% Liquidação = c/b	Despesas Pagas (d)	% Pagamento = d/c
Despesas Correntes	148.192.434,00	147.979.908,17	99,86	147.803.213,27	99,88	147.497.565,60	99,79
Pessoal e Encargos Sociais	132.675.437,00	132.637.483,89	99,97	132.636.479,64	100,00	132.330.831,97	99,77
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.516.997,00	15.342.424,28	98,87	15.166.733,63	98,85	15.166.733,63	100,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	148.192.434,00	147.979.908,17	99,86	147.803.213,27	99,88	147.497.565,60	99,79

Nota 22 – Resultado Orçamentário

Conforme demonstrado na tabela abaixo no exercício de 2025 o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 146.895.370,28 quando comparado a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Tabela 22.1 – Resultado Orçamentário



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Detalhamento	12/2025	12/2024	AH (%)
Receita Arrecada Líquida	1.084.537,89	1.247.075,64	-13,03
(-) Despesas Empenhadas	147.979.908,17	121.972.744,02	21,32
(=) Resultado Orçamentário	-146.895.370,28	-120.725.668,38	21,68

Importante reafirmar que os repasses duodecimais efetuados pelo Tesouro Estadual para custeio das dotações de fontes do Tesouro, assim como a utilização de recursos do superávit financeiro, não são considerados como receitas na unidade contábil, o que influenciou no resultado deficitário.

Nota 23 – Execução dos Restos a Pagar

Tabela 23.1 – Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Detalhamento	Inscritos e Exercícios anteriores (menos os cancelados) (a)	Liquidado (b)	Pago (c)	Saldo (a-c)	% Execução d=(c/a)
DESPESAS CORRENTES	217.973,09	0,00	180.973,09	37.000,00	83,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.857,31	0,00	857,31	37.000,00	2,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	180.115,78	0,00	180.115,78	0,00	100,00
Total	217.973,09	0,00	180.973,09	37.000,00	83,03

Conforme evidenciado na tabela acima, dos restos a pagar inscritos em 2024 e não cancelados, foram pagos no período 83%. O saldo remanescente decorre de empenhos de despesas do convênio 931625/2022 que dependem da análise do convênio para serem executadas.

Os Restos a Pagar não processados cancelados, no valor de R\$ 26.899,64, resulta da análise dos empenhos relativos aos restos a pagar de 2024 e exercícios anteriores, em cumprimento ao Comunicado Técnico Contábil nº 009/2025 – DCG/SEFA, à Resolução SEFA nº 935/2025 e ao Decreto nº 3.169/2019, registrados nos protocolos nº 25.0.000004774-3 e 25.0.000011076-3.



4 - BALANÇO FINANCEIRO

4.1. Informações Gerais

O Balanço Financeiro previsto no Art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, permitindo apurar o confronto entre receitas e despesas, o resultado financeiro do exercício e o saldo de caixa que se transfere para o exercício seguinte.

Nota 24 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração. No caso da Defensoria Pública as transferências financeiras ocorreram entre a UG 070000 - DEFENSORIA, UG 076000 – FUNDEP, UG 880000 – Fundo Financeiro e UG 990000 – Tesouro Estadual.

Nas Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária, o montante de R\$ 191.419.812,91 é composto por:

- R\$ 149.378.696,00 – repasses do Tesouro Estadual referentes às parcelas duodecimais;
- R\$ 51.363,98 – refere-se à restituição efetuada pelo Tesouro Estadual, relativa à parcela de INSS retido da competência de março/2024, que não havia sido descontada à época do montante transferido ao Tesouro Estadual para processamento da folha de pagamento da Defensoria Pública. O tratamento da restituição foi realizado por meio do e-protocolo nº 23.561.512-6.
- R\$ 41.989.752,93 – repasses financeiros entre as unidades contábeis Defensoria Pública e FUNDEP, destinados ao processamento complementar da folha de pagamento do pessoal ativo da Defensoria Pública. A partir de 2025, a folha passou a ser paga diretamente pela Defensoria Pública, por meio da conta bancária nº 10.852-9. Como parte dessa folha é custeada pelo fundo, as transferências realizadas geram simultaneamente registros de repasse recebido e repasse concedido entre as unidades. Por esse motivo, o valor também aparece na linha de Transferências Concedidas para Execução Orçamentária.

Além dos valores processados decorrentes da folha de pagamento, em TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS estão considerados os repasses financeiros extraorçamentários, conforme estabelecido na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, efetuados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado, no valor de R\$ 4.178.042,94, para aporte à cobertura da insuficiência financeira dos inativos da Defensoria Pública vinculados ao Fundo Financeiro.

Nota 25 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Integram os Recebimentos Extraorçamentários as inscrições de restos a pagar processados e não processados, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros recebimentos extraorçamentários com movimentações a crédito das contas 2188, a exemplo das movimentações das contas cartão e outros depósitos de terceiros, com exceção das consignações.

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Sob a ótica dos dispêndios, os pagamentos extraorçamentários representam os pagamentos de restos a pagar não processados e processados, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros pagamentos extraorçamentários com movimentações a débito das contas 2188, a exemplo das citadas acima.

Os valores pagos no exercício, referentes a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, estão evidenciados na Nota 23 – Execução de Restos a Pagar.

Os restos a pagar inscritos no exercício constam ao lado dos ingressos extraorçamentários para compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício da emissão do empenho, em atendimento ao parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta-se na tabela abaixo a composição dos restos a pagar inscritos no exercício em comparação com os inscritos em 2024.

Tabela 25.1 – Inscrição de Restos a Pagar

	Restos a Pagar Inscritos 2025	AV(%)	Restos a Pagar Inscritos 2024	AV(%)	AH(%)
Restos a Pagar Não Processados	176.694,90	0,00	124.677,52	0,00	41,72
DESPESAS CORRENTES	176.694,90	0,00	124.677,52	0,00	41,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.690,65	0,00	61.491,45	0,00	185,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.004,25	0,00	63.186,07	0,00	-98,41
Restos a Pagar Processados	305.647,67	0,00	120.196,25	0,00	154,29
DESPESAS CORRENTES	305.647,67	0,00	120.196,25	0,00	154,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	305.647,67	0,00	120.196,25	0,00	154,29
Total	482.342,57	0,00	244.873,77	0,00	96,98

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

5.1. Informações Gerais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia como a entidade gera e utiliza seus recursos monetários, segregando suas entradas e saídas de caixa com base na natureza dos fluxos de ingressos e desembolsos, e as classifica em fluxos das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Nesta demonstração destaca-se:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Evidencia-se as principais atividades que geraram recursos para a entidade, sendo a principal as transferências financeiras recebidas do Tesouro Estadual, bem como os desembolsos em atividades operacionais.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Refere-se à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos, não incluídos nos equivalentes de caixa.

Conforme evidenciado na Demonstração a unidade não possui registros nessa atividade.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Conforme evidenciado na Demonstração a unidade não possui registros nessa atividade.

Nota 26 – Análise do Fluxo de Caixa

Da análise dos resultados apurados na Demonstração de Fluxo de Caixa do exercício de 2025 evidencia-se na tabela abaixo uma variação negativa de -R\$ 1.305.637,04 de geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, consoante à variação do caixa e equivalentes de caixa final e inicial do exercício demonstrada no balanço financeiro. Tal variação se deve em especial pelo déficit gerado no fluxo das atividades operacionais.

Tabela 26.1 – Fluxo de Atividades Operacionais, de Investimentos ou de Financiamento

Fluxos	2025	2024
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	-1.305.637,04	-13.589.124,33
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	0,00	-112.341,75
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	0,00	0,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	-1.305.637,04	-13.701.466,08

Tabela 26.2 – Geração Líquida de Caixa/Resultado Financeiro

	12/2025	12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	2.734.623,66	16.436.089,74
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.428.986,62	2.734.623,66
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.305.637,04	-13.701.466,08

6. REGRAS DE INTEGRIDADE

6.1. Informações Gerais

A estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi criada com intuito de garantir a integridade e qualidade das informações contábeis, bem como a consistência dos procedimentos de cunho patrimonial, orçamentário e de controle.

A metodologia empregada proporciona o acompanhamento, de forma organizada, dos registros contábeis e auxilia na análise de informações de acordo com a sua natureza, visando assegurar a escrituração.

Nesse sentido, vale ressaltar as regras de integridade das disponibilidades de recursos e dos ativos e passivos financeiros.

Nota 27 - Regras de Integridade de D.D.R

As disponibilidades de recursos têm o intuito de demonstrar os recursos que não estão comprometidos pela despesa, ou em outros compromissos assumidos oriundo da execução orçamentária.

Tabela 27.1 - Regra de Disponibilidade por Destinação de Recursos

Descrição	Conta	Valor R\$
I	Ativo Financeiro	1.428.986,62
II	Passivo Financeiro	577.114,27
III	6.2.2.1.3.01.00 (Empenhado a Liquidar) +	-
	6.3.1.7.1.00.00 (RPNP) +	
	6.3.1.1.0.00.00 (RPNP)	
IV = (I-II-III)	A F - PF - Execução	851.872,35
V	82111 - DDR	851.872,35
VI = IV - V	Diferença	-

Nota 28 - Regras de Integridade do Ativo Financeiro

Os valores escriturados no Ativo Financeiro, menos os pagamentos realizados devem ser iguais ao saldo da Conta Contábil 82111 – Disponibilidade por Destinação de Recursos.



Tabela 28.1 - Regra do Ativo Financeiro

Descrição	Conta	Valor R\$
I	72111000000	190.344.757,18
II	72112000000	1.163.278,85
III	72113000000	3.624.776,39
IV = (I+II+III)	72100 - Total	195.132.812,42
V	82114000000	193.703.825,80
VI	82115000000	-
VII = IV - V - VI	Dif. 72111 x 8211x	1.428.986,62
VIII	Ativo Financeiro	1.428.986,62
IX = VIII - VII		-

Nota 29 - Regras de Integridade do Empenho

O PCASP tem regras específicas para as etapas da execução orçamentária, como reforçado em epígrafe, visam trazer integridade e consistência para execução contábil, assim, tem-se que tal regra busca evidenciar a paridade das contas de classe orçamentária com a classe de controle.

Tabela 29.1 – Regra de Execução de Empenho

Descrição	Conta	Valor R\$
I	622130500	
II	622130101	-
III	631710000	176.694,90
IV	631100000	37.000,00
V	821120100	213.694,90
V = I + II + III + IV - V		-

Nota 30 - Regras de Integridade da Liquidação

Outrossim, se faz necessário demonstrar a regra equivalente à execução da etapa da Liquidação, que apresenta adequação conforme quadro subsequente.

Tabela 30.1 - Regra de Execução da Liquidação

Descrição	Conta	Valor R\$
I	622130700	-
II	622130301	-
III	631300000	-
IV	632100000	-
V	632700000	305.647,67
VI	821130100	211.270,79
VII	821130200	94.376,88
VI = I + II + III + IV + V - VI - VII		-

Nota 31 - Regras de Integridade de Recursos Extraorçamentários

Os recursos extraorçamentários são aqueles em que o Estado atua como depositário temporário. Tratam das retenções e valores restituíveis, como caução e garantias. Para maior controle dessas operações, o PCASP separou contas específicas para seu tratamento, as quais apresentam estar em conformidade com o esperado no encerramento do exercício.

Tabela 31.1 - Regra de Recursos Extraorçamentários

Descrição	Conta	Valor R\$
I	218810000	57.771,70
II	218820000	-
III	218830000	94.376,88
IV	218850000	-
V	821130200	94.376,88
VI	821130300	57.771,70
VII = I + II + III + IV	TOTAL 2188x	152.148,58
VIII = V + VI	TOTAL 82213.0x	152.148,58
VIII = VI - VII		-

Fonte das Informações: SIAFIC

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Edione Bernardino
Analista da Defensoria Pública
Contadora
CRC-PR 062.462/O-PR

Luciano Bonamigo de Sousa
Diretor de Orçamento e Finanças
CPF 008.***.***-73

Matheus Cavalcanti Munhoz
Defensor Público-Geral
CPF 360.***.***-65



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: EDIONE BERNARDINO
REGISTRO.....	: PR-062462/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.119.769-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 16/03/2026 as 12:13:19.

Válido até: 14/06/2026.

Código de Controle: 7171892.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº1123/2026

Processo Nº: 192802/26

Data e hora da distribuição: 20/03/2026 14:34:54

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA

Interessado: MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

Exercício: 2025

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Impedimentos: